

Sexta-feira, 4 de Maio de 1984



# DIÁRIO

# da Assembleia da República

III LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (1983-1984)

## REUNIÃO PLENÁRIA DE 3 DE MAIO DE 1984

**Presidente:** Ex.<sup>mo</sup> Sr. Manuel Alfredo Tito de Moraes

**Secretários:** Ex.<sup>mos</sup> Srs. Rosa Maria da Silva Bastos Albernaz

Reinaldo Alberto Ramos Gomes

José Manuel Maia Nunes de Almeida

Manuel António de Almeida de Azevedo e Vasconcelos

**SUMÁRIO.** — O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 55 minutos.

**Antes da ordem do dia.** — Deu-se conta do expediente, da apresentação de requerimentos e da resposta a outros.

Em declaração política, o Sr. Deputado Jerónimo de Sousa (PCP) referiu-se ao significado que tiveram, na presente situação que o País vive, as comemorações do 25 de Abril e do 1.º de Maio.

Respondeu, no final, a pedidos de esclarecimento e protestos dos Srs. Deputados Martins Ferreira e Silva Marques (PSD), João Fernandes e Edmundo Pedro (PS) e Leonel Santa Rita (PSD), que invocou o direito de defesa.

Ainda em declaração política, a Sra. Deputada Maria do Céu Fernandes (PS) abordou a necessidade urgente da construção da auto-estrada Porto-Braga.

A Câmara aprovou, após apreciação e debate, a constituição de uma comissão de inquérito parlamentar à situação que se vive actualmente na RTP, cuja proposta estava constida no projecto de resolução n.º 5/III, do CDS.

Intervieram no debate, a diverso título, além do Sr. Ministro de Estado e dos Assuntos Parlamentares (Almeida Santos), os Srs. Deputados Narana Coissoró (CDS) — que fundamentou o pedido de inquérito —, Octávio Cunha (UEDS), Carlos Lage (PS), Hasse Ferreira (UEDS), Magalhães Mota (ASDI), José Vitorino (PSD), Lopes Cardoso (UEDS), Jorge Lemos (PCP), Silva Marques (PSD), José Luís Nunes (PS), Marques Mendes (PSD), César Oliveira (UEDS), João Corregedor da Fonseca (MDP/CDE) e Nogueira de Brito (CDS).

O Sr. Presidente encerrou a sessão eram 20 horas e 15 minutos.

**O Sr. Presidente:** — Srs. Deputados: Temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 10 horas e 55 minutos.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:

Partido Socialista (PS):

Abílio Henrique Nazaré Conceição.  
Acácio Manucl de Frias Barreiros.  
Agostinho de Jesus Domingues

Alberto Manuel Avelino.

Alberto Rodrigues Ferreira Camboa.

Alexandre Monteiro António.

Almerindo da Silva Marques.

Américo Albino da Silva Salteiro.

António Cândido Miranda Macedo.

António da Costa.

António Frederico Vieira de Moura.

António José dos Santos Meira.

António Manuel Carmo Saleiro.

Beatriz Almeida Cal Brandão.

Belmiro Moita da Costa.

Bento Gonçalves da Cruz.

Carlos Augusto Coelho Pires.

Carlos Cardoso Lage.

Carlos Justino Luís Cordeiro.

Carlos Luís Filipe Gracias.

Dinis Manuel Pedro Alves.

Edmundo Pedro.

Eurico Faustino Correia.

Fernando Fradinho Lopes.

Fernando Henriques Lopes.

Francisco Augusto Sá Morais Rodrigues.

Francisco Igrejas Caeiro.

Francisco Lima Montciro.

Francisco Manuel Marcelo Curto.

Frederico Augusto Händel de Oliveira.

Gaspar Miranda Teixeira.

Gil da Conceição Palmeiro Romão.

Hermínio Martins de Oliveira.

João de Almeida Eliseu.

João Eduardo Coelho Ferraz de Abreu.

João do Nascimento Gama Guerra.

João Luís Duarte Fernandes.

Joel Maria da Silva Ferro.

Joaquim José Catanho de Menezes.

Jorge Alberto Santos Correia.  
 Jorge Lacão Costa.  
 Jorge Manuel Aparício Ferreira Miranda  
 José de Almeida Valente.  
 José António Borja S. dos Reis Borges  
 José Augusto Filhol Guimarães.  
 José Barbosa Mota.  
 José Carlos Pinto Basto Torres.  
 José da Cunha e Sá.  
 José Luís do Amaral Nunes.  
 José Luís Diogo Preza.  
 José Manuel Lello Ribeiro de Almeida  
 José Manuel Nunes Ambrósio.  
 José Manuel Torres Couto.  
 José Maria Roque Lino.  
 José Martins Pires.  
 Juvenal Baptista Ribeiro.  
 Litério da Cruz Monteiro.  
 Luís Abílio da Conceição Cacito  
 Luís Silvério Gonçalves Saias  
 Manuel Alegre de Melo Duarte.  
 Manuel Alfredo Tito de Moraes.  
 Manuel Fontes Orvalho.  
 Maria Ângela Duarte Correia.  
 Maria do Céu Sousa Fernandes.  
 Maria da Conceição Pinto Quintas  
 Maria Helena Valente Rosa.  
 Maria de Jesus Barroso Soares  
 Maria Luísa Modas Daniel.  
 Maria Margarida Ferreira Marques.  
 Mário Augusto Sottomayor Leal Cardia.  
 Nelson Pereira Ramos.  
 Paulo Manuel de Barros Barral.  
 Raul d'Assunção Pimenta Rego.  
 Raul Fernando Sousela da Costa Brito.  
 Ricardo Manuel Rodrigues de Barros.  
 Rodolfo Alexandrino Suzano Crespo.  
 Rosa Maria da Silva Bastos Albernaz.  
 Rui Joaquim Cabral Cardoso das Neves  
 Rui Monteiro Picciocchi.  
 Silvino Manuel Gomes Sequeira.  
 Teófilo Carvalho dos Santos.  
 Victor Hugo Jesus Sequeira.  
 Victor Manuel Caio Roque.

#### Partido Social-Democrata (PSD/PPD)

Abílio Mesquita Araújo Guedes.  
 Adérrito Manuel Soares Campos.  
 Agostinho Correia Branquinho.  
 Amadeu Vasconcelos Matias.  
 Amândio S. Domingues Basto Oliveira.  
 Anacleto Silva Baptista.  
 António Augusto Lacerda de Queiroz.  
 António Joaquim Bastos Marques Mendes.  
 António Maria de Ornelas Ourique Mendes.  
 António Nascimento Machado Lourenço.  
 António Roleira Marinho.  
 António Sérgio Barbosa de Azevedo.  
 Arménio dos Santos.  
 Cecília Pita Catarino.  
 Cristóvão Guerreiro Norte.  
 Daniel Abílio Ferreira Bastos.  
 Domingos Duarte Lima.  
 Eleutério Manuel Alves.  
 Fernando José Alves Figueiredo.  
 Fernando José da Costa.  
 Fernando Manuel Cardoso Ferreira

Fernando Monteiro do Amaral.  
 Fernando dos Reis Condesso.  
 Francisco Antunes da Silva.  
 Gaspar de Castro Pacheco.  
 Guido Orlando Freitas Rodrigues.  
 Jaime Adalberto Simões Ramos.  
 João Evangelista Rocha de Almeida  
 João Luís Malato Correia.  
 João Maria Ferreira Teixeira.  
 João Maurício Fernando Salgueiro.  
 João Pedro de Barros.  
 João Domingos Abreu Salgado.  
 Joaquim Eduardo Gomes.  
 Joaquim Luís Esteves Pinto Monteiro.  
 Joaquim dos Santos Pereira Costa.  
 Jorge Nélia P. Ferraz Mendonça.  
 José Adriano Gago Vitorino.  
 José de Almeida Cesário.  
 José Ângelo Ferreira Correia.  
 José António Valério do Couto.  
 José Augusto Santos Silva Marques.  
 José Bento Gonçalves.  
 José Júlio Carvalho Ribeiro.  
 José Mário de Lemos Damião  
 José Silva Domingos.  
 José Vargas Bulcão.  
 Leonel Santa Rita Pires.  
 Licínio Moreira da Silva.  
 Luís António Martins.  
 Luís António Pires Baptista.  
 Manuel António Araújo dos Santos.  
 Manuel da Costa Andrade.  
 Manuel Ferreira Martins.  
 Manuel Filipe Correia de Jesus.  
 Manuel Maria Moreira.  
 Manuel Maria Portugal da Fonseca.  
 Manuel Pereira.  
 Maria Margarida Salema Moura Ribeiro  
 Mariana Santos Calhau Perdigão.  
 Marília Dulce Coelho Pires Raimundo.  
 Mário Júlio Montalvão Machado.  
 Pedro Augusto Cunha Pinto.  
 Pedro Paulo Carvalho Silva.  
 Reinaldo Alberto Ramos Gomes.  
 Rui Manuel de Oliveira Costa.  
 Vasco Francisco Aguiar Miguel.  
 Vítor Manuel Ascensão Mota.  
 Victor Manuel Dias Pereira Gonçalves.  
 Virgílio Higino Gonçalves Pereira.

#### Partido Comunista Português (PCP)

Álvaro Favares Brasileiro.  
 António Anselmo Aníbal.  
 António Dias Lourenço  
 António José Monteiro Vidigal Amaro  
 António da Silva Mota.  
 Belchior Alves Pereira.  
 Carlos Alberto da Costa Espadinha.  
 Carlos Alberto Gomes Carvalhas.  
 Carlos Alfredo de Brito.  
 Custódio Jacinto Gingão.  
 Francisco Manuel Costa Fernandes.  
 Francisco Miguel Duarte.  
 Georgette de Oliveira Ferreira.  
 Jerónimo Carvalho de Sousa.  
 João António Gonçalves do Amaral.

João António Torrinhas Paulo.  
 João Carlos Abrantes.  
 Joaquim António Miranda da Silva  
 Jorge Manuel Abreu de Lemos.  
 Jorge Manuel Lampreia Patrício.  
 José Manuel Antunes Mendes.  
 José Manuel Maia Nunes de Almeida  
 José Manuel Santos Magalhães.  
 José Rodrigues Vitoriano.  
 Lino Carvalho de Lima.  
 Lino Paz Paulo Bicho.  
 Manuel Correia Lopes.  
 Manuel Gaspar Cardoso Martins  
 Manuel Rogério de Sousa Brito.  
 Maria Luísa Mesquita Cachado.  
 Mariana Grou Lanita.  
 Octávio Augusto Teixeira.  
 Octávio Floriano Rodrigues Pato.  
 Paulo Simões Areosa Feio.  
 Zita Maria de Seabra Rosciro.

**Centro Democrático Social (CDS):**

Abel Augusto Gomes Almeida.  
 Adriano José Alves Moreira.  
 Alexandre Carvalho Reigoto.  
 Alfredo Albano de Castro Azevedo Soares.  
 António Gomes de Pinho.  
 Armando Domingos Lima Ribeiro Oliveira.  
 Basílio Adolfo Mendonça Horta da Franca.  
 Francisco António Lucas Pires.  
 Francisco Manuel de Menezes Falcão.  
 Henrique Manuel Soares Cruz.  
 Hernâni Torres Moutinho.  
 Horácio Alves Marçal.  
 João Lopes Porto.  
 Joaquim Rocha dos Santos.  
 José António de Moraes Sarmento Moniz.  
 José Augusto Gama.  
 José Luís Nogueira de Brito  
 José Miguel Anacoreta Correia.  
 Luís Eduardo da Silva Barbosa.  
 Manuel António de Almeida Vasconcelos  
 Manuel Jorge Forte Goes.  
 Manuel Tomás Rodrigues Queiró.  
 Narana Sinai Coissoró.

**Movimento Democrático Português (MDP/CDE):**

António Monteiro Taborda.  
 João Cerveira Corregedor da Fonseca.  
 Maria Alfreda Cruz Ribeiro Viana.

**Agrupamento Parlamentar da União da Esquerda para a Democracia Socialista (UEDS):**

António César Gouveia de Oliveira.  
 António Poppe Lopes Cardoso.  
 Joel Eduardo Neves Hasse Ferreira.  
 Octávio Luís Ribeiro da Cunha.

**Agrupamento Parlamentar da Acção Social Democrata Independente (ASDI):**

Joaquim Jorge de Magalhães Mota.  
 Manuel Cardoso Vilhena de Carvalho.  
 Ruben José de Almeida Raposo.

**ANTES DA ORDEM DO DIA**

**O Sr. Presidente:** — Srs. Deputados, vai proceder-se à leitura do expediente.

*Deu-se conta do seguinte:*

**Expediente**

**Discurso**

De Konstantin Tchernenko, secretário-geral do Comité Central do Partido Comunista da União Soviética, proferido em Plenário realizado no dia 10 de Abril de 1984.

**Ofícios**

Da Assembleia Municipal de Oeiras a enviar uma moção, na qual solicita a elevação da freguesia de Carnaxide a concelho.

Da Assembleia de Freguesia de Marinha das Ondas, Figueira da Foz, condenando a instalação da Central Termoeléctrica a Carvão em Lavos, ou de qualquer outra unidade poluidora, no sul do concelho, onde já existem 2 fábricas que consideram serem já uma sobre-carga altamente poluidora do meio ambiente, que não pode, de maneira nenhuma, ser alargada nem ultrapassada.

Da Assembleia Distrital de Setúbal a remeter cópia de uma moção pela mesma aprovada e respeitante à legislação publicada e a publicar sobre o poder local.

Da Assembleia de Freguesia de São João, em Lisboa, transcrevendo uma moção, na qual manifesta a sua opinião sobre o anteprojecto das rendas habitacionais, que considera carecer de estudo mais detalhado e melhor definição, nomeadamente no concernente à actuação das rendas antigas, às obras de conservação e à atribuição de subsídios de arrendamento.

Da Câmara Municipal de Viana do Alentejo, juntando fotocópia de uma moção, aprovada por unanimidade em reunião realizada no dia 5 de Abril, referente às instalações da escola preparatória e secundária daquela localidade, que consideram assunto da máxima prioridade.

**Telegrama**

Da Comissão Pró-Associação Sindical da Polícia de Segurança Pública, recorrendo a esta Assembleia no sentido de que na amnistia a formular oportunamente sejam abrangidos todos os elementos da PSP que têm processos disciplinares por motivos sindicais.

**Telex**

Do conselho de administração da Cerâmica do Liz, S. A. R. L., de Leiria, solicitando seja reposta nesta Assembleia pelo Sr. Deputado Joaquim Gomes a verdade dos factos acerca de informações aqui proferidas e consideradas injuriosas sobre salários em atraso daquela empresa, visto o Sr. Deputado já se ter deles retratado particularmente.

**O Sr. Secretário (Reinaldo Gomes):** — Nas últimas sessões foram apresentados os requerimentos que a seguir indicarei:

No dia 16 de Abril de 1984: ao Governo, formulados pelos Srs. Deputados Nogueira de Brito e Araújo

Guedes; a diversos ministérios (17), formulados pelo Sr. Deputado Magalhães Mota; ao Ministério da Indústria e Energia, formulado pelo Sr. Deputado Araújo dos Santos e outros; ao Governo e ao Ministério da Educação (2), formulados pelo Sr. Deputado Caio Roque; ao Ministério do Equipamento Social (5), formulados pelo Sr. Deputado Lino Paulo; a diversos ministérios (2), formulados pelo Sr. Deputado Pedro Alves; ao Ministério da Saúde, formulados pelos Srs. Deputados Almeida Eliseu e Ilda Figueiredo; ao Ministério do Mar, formulado pelo Sr. Deputado José Vitorino; ao Ministério da Defesa Nacional, formulado pelo Sr. Deputado Moreira da Silva; ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, formulado pelo Sr. Deputado Carlos Brito e outros, e à Secretaria de Estado da Habitação, formulado pelo Sr. Deputado Daniel Bastos e outros.

No dia 17 de Abril de 1984: ao Governo, formulado pelos Srs. Deputados Margarida Tengarrinha, Álvaro Brasileiro e Carlos Carvalhas; ao Ministério das Finanças e do Plano, formulado pelo Sr. Deputado Alexandre Reigoto; aos Ministérios da Educação e do Equipamento Social, formulado pelos Srs. Deputados Maia Nunes de Almeida e Jorge Lemos; ao Ministério do Trabalho, formulado pelo Sr. Deputado Cunha e Sá; ao Ministério das Finanças e do Plano e do Equipamento Social, formulado pelo Sr. Deputado Gomes de Pinho; ao Ministério da Administração Interna, formulado pelo Sr. Deputado António Mota e outros; a diversos ministérios (4), formulados pelos Srs. Deputados Ilda Figueiredo, Carlos Carvalhas, Jorge Lemos e Joaquim Miranda; aos Ministérios das Finanças e do Plano, da Administração Interna e da Educação, formulado pelo Sr. Deputado Anselmo Aníbal e outros, e a diversos ministérios e à Secretaria de Estado do Tesouro (5), formulados pelo Sr. Deputado Octávio Teixeira.

No dia 26 de Abril de 1984: ao Governo, formulado pelos Srs. Deputados Carlos Espadinha, João Abrantes, Octávio Teixeira, Carlos Brito e Margarida Tengarrinha; ao Governo e a diversos ministérios (10), formulados pela Sr.ª Deputada Zita Seabra; ao Ministério da Administração Interna, formulado pelo Sr. Deputado Carlos Brito e outros; ao Ministério da Saúde, formulado pelo Sr. Deputado Daniel Bastos; ao Ministério do Equipamento Social, formulado pelo Sr. Deputado Domingos Lima; aos Ministérios do Trabalho e da Administração Interna, formulado pelo Sr. Deputado João Amaral; ao Governo, formulado pelo Sr. Deputado Daniel Bastos e outros, e às Secretarias de Estado do Ambiente e da Administração Pública (2), formulados pelo Sr. Deputado Cunha e Sá.

Foram ainda recebidas respostas a requerimentos apresentados ao Governo pelos Srs. Deputados: Magalhães Mota, nas sessões de 16 de Setembro, 12 de Dezembro, 13 de Janeiro, 7, 16 e 23 de Fevereiro e na reunião da Comissão Permanente do dia 8 de Setembro; José Tengarrinha e outros, na sessão de 22 de Setembro; Paulo Barral e José Manuel Mendes, na sessão de 26 de Outubro; Luís Monteiro, na sessão de 14 de Novembro; Pedro Pinto, na sessão de 25 de Novembro; Álvaro Brasileiro, Avelino Rodrigues e Ricardo Barros, na sessão de 10 de Janeiro; Octávio Teixeira, nas sessões de 25 e 26 de Janeiro; Lopes Cardoso, na sessão de 31 de Janeiro; Jorge Lemos e Rogério Brito, na sessão de 3 de Fevereiro; Jaime

Ramos, Luís Monteiro, João Correger da Fonseca, Dinis Pedro Alves e outros, na sessão de 16 de Fevereiro; Carlos Brito e Margarida Tengarrinha, na sessão de 21 de Fevereiro; Bento Elísio de Azevedo, na sessão de 14 de Julho; José Tengarrinha e outros, na sessão de 22 de Setembro; Soares Cruz, na sessão de 17 de Outubro; António da Costa, na sessão de 3 de Novembro; Margarida Marques e Laranjeira Vaz, na sessão de 4 de Novembro; Manuel Fontes Orvalho e Lima Monteiro, nas sessões de 10 de Novembro e 25 de Janeiro; Almeida Eliseu, nas sessões de 14 e 25 de Novembro; António Mota, na sessão de 17 de Novembro; Carlos Espadinha, na sessão de 12 de Dezembro; Silvino Sequeira, na sessão de 12 de Janeiro; Antunes da Silva e José Pereira Lopes, na sessão de 25 de Janeiro, e João Abrantes, nas sessões de 16 e 23 de Fevereiro.

Doze câmaras municipais responderam a requerimentos apresentados pelo Sr. Deputado Magalhães Mota.

O Sr. Silva Marques (PSD): — Sr. Presidente, peço a palavra para interpelar a Mesa.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Silva Marques (PSD): — Sr. Presidente, foi lido um *telex* enviado pela empresa Liz, que é particularmente grave para a honorabilidade política de um nosso colega, o Sr. Deputado Joaquim Gomes.

O Sr. Deputado Joaquim Gomes não estava presente quando foi lido esse *telex*, pelo que pergunto à Mesa se esta tem a intenção de dar esclarecimento directo — como penso que deveria fazer — ao Sr. Deputado em causa, até porque certamente que o Sr. Deputado não se deixará de retratar nesta Assembleia, tal como já o fez por via particular face à empresa em questão.

*Entretanto, tomaram lugar na bancada do Governo os Srs. Secretários de Estado dos Assuntos Parlamentares (António Vitorino) e Adjunto do Ministro de Estado (Anselmo Rodrigues).*

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Silva Marques, é evidente que a Mesa dará conhecimento directo ao Sr. Deputado em questão.

Para uma declaração política, tem a palavra o Sr. Deputado Jerónimo de Sousa.

O Sr. Jerónimo de Sousa (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Sem esquecer as preocupações e as dificuldades que são presentes ou se anunciam no horizonte do regime democrático, os trabalhadores, os democratas e patriotas que se identificam com os ideais da Revolução libertadora encetada há 10 anos pelo Movimento dos Capitães, têm razões muito fortes para acreditar no futuro da democracia portuguesa.

Quando estava em curso uma autêntica campanha de intoxicação e manipulação da opinião pública por parte dos sectores mais reaccionários da sociedade portuguesa; quando alguns com sentido demissionista falavam em desmobilização e em indiferença das massas populares; quando os principais responsáveis do Governo apregoavam aos quatro ventos o pseudo-enfraquecimento da luta dos trabalhadores, as comemorações populares e unitárias do 10.º aniversário do 25 de

Abril, a par das comemorações do 1.º de Maio, vieram deitar por terra todas estas teses.

A comemoração dos 10 anos de Abril foi uma grande afirmação da vontade popular e da unidade dos democratas. A participação massiva dos trabalhadores nas manifestações e realizações convocadas pelo movimento sindical unitário permitiu que se assistisse, passados 6 dias, a um dos maiores 1.º de Maio até hoje realizados no Portugal de Abril.

**Vozes do PCP:** — Muito bem!

**O Orador:** — Uma e outra comemoração encerram lições profundas que estão ligadas aos anseios, às aspirações e à determinação dos trabalhadores e do povo português na actualidade política.

Uma e outra significam uma severa condenação e uma clamorosa derrota da política que está a ser seguida pelo governo de Mário Soares e Mota Pinto.

**Vozes do PCP:** — Muito bem!

**O Orador:** — Não basta ter nas mãos a televisão e outros órgãos de comunicação social estatizados, quando se está divorciado dos trabalhadores e do povo. Todos assistimos à forma escandalosa como se apelou à participação do povo português nas comemorações governamentais, enquanto se silenciavam as iniciativas unitárias e populares. A televisão conseguiu, como diz o nosso povo, «meter o Rossio na Rua da Betesga» quando se tratou de mostrar as imagens da grandiosa manifestação da Avenida da Liberdade envolvendo centenas de milhar de democratas. Mas nem as maravilhas da técnica puderam esconder o fracasso das comemorações governamentais, cujo epílogo merecido teve lugar naquele conclave bisonho, frio e chato da Aula Magna da Universidade de Lisboa.

*Aplausos do PCP.*

Também no 1.º de Maio se confundiu alguns piqueiros com as grandes manifestações de trabalhadores realizadas pela CGTP — Intersindical Nacional em dezenas de localidades do País, com particular destaque para Lisboa e Porto.

Não, Sr. Presidente e Srs. Deputados!

Não bastaram os apelos, as súplicas e a manipulação de alguns órgãos de comunicação social para mistificar os objectivos dos que não se identificam com os ideais e as grandes transformações de Abril. Não basta isso como não basta a ameaça à repressão e à provocação.

Arrancaram e destruíram centenas de panos e cartazes nalguns casos com o apoio da GNR, pagaram inscrições e murais, desmontaram palcos e proibiram a colocação de bancas e estrados.

A tentativa de impedir o desfile unitário na baixa do Porto fracassou rotundamente, porque os democratas portuenses, com serenidade, mas com firmeza, acorreram em massa àquele local de tantas tradições históricas ligadas à luta pela democracia.

*Aplausos do PCP.*

Foi essa mesma serenidade que, também em Lisboa e no mesmo dia, se evitou qualquer incidente, quando, inexplicavelmente, carros da polícia de intervenção

irromperam pelo meio da multidão concentrada no Rossio, com a desculpa tola que se tinham enganado no percurso.

**Vozes do PCP:** — Vergonha!

**O Orador:** — Está por saber, mas a história há-de provar e desmascarar, por que é que, e quem sob a sigla confusionista provocatória das FP-25, precisamente nas vésperas do 1.º de Maio quando os trabalhadores se preparavam para comemorar pacificamente o seu Dia Mundial, foi levado a cabo um acto terrorista que vitimou uma senhora e uma criança acrescentando este crime ao assassinato recente do sindicalista algarvio. A quem servem estes actos terroristas? Aos trabalhadores, aos democratas não é de certeza!

Mas os factos mostraram que nada consegue sufocar a vontade de um povo unido e decidido à luta.

A grande participação popular nas comemorações destas 2 datas históricas, a par do fiasco rotundo das comemorações governamentais, para além de constituir uma grande afirmação de unidade democrática, para além da confiança que foi manifestada pelos trabalhadores, provou que o Governo perde cada vez mais a sua base social de apoio.

25 de Abril foi mais do que uma jornada festiva. Revelou que apesar de ferido, atacado e traído nos seus mais belos ideais e nas suas profundas transformações, por parte dos sucessivos governos de direita, ele está vivo e bem vivo no coração do nosso povo.

*Aplausos do PCP.*

Revelou que existe uma base social e política poderosa e alargada capaz de encontrar uma alternativa democrática; que estão criadas as condições para a unidade de acção ou pelo menos a acção convergente de todas as forças democráticas e patrióticas na busca das soluções nacionais que conduzam a essa alternativa e, finalmente, que amadureçam as condições para a demissão deste Governo se conduzindo assim Portugal aos caminhos rasgados com a Revolução libertadora do 25 de Abril, através da formação de um Governo democrático com uma nova política democrática, reclamada por milhões de portugueses.

No 1.º de Maio as palavras de ordem e os panos das empresas, faziam compreender por que é que os trabalhadores reclamam uma nova política e um novo governo democrático.

Estiveram ali dezenas de milhares de homens e mulheres com os salários em atraso, as centenas de milhares de desempregados e contratados a prazo, a juventude à procura do primeiro emprego, os reformados que recebem uma miséria de reforma cada vez mais degradada com o aumento vertiginoso do custo de vida.

Estavam ali os sectores mais combativos da classe operária que não vergaram à repressão governamental e lutam pela defesa dos seus direitos como os trabalhadores da Marinha Grande, da Lisnave e da Sorefame.

Mas com eles, desde trabalhadores dos serviços aos intelectuais e quadros técnicos, foram muitos aqueles que se juntaram ali pela primeira vez sobre o lema «lutar por Maio, para cumprir Abril».

**Vozes do PCP:** — Muito bem!

**O Orador:** — Os trabalhadores demonstraram que os seus problemas não se podem resolver com panaceias ou com o recurso à polícia de intervenção, tentando calar à bastonada o seu protesto e a sua luta.

E se o Governo julga que, passado o 1.º de Maio, estão reunidas as condições para aumentar os preços, alterar a legislação laboral, nomeadamente a Lei da Greve e dos Despedimentos, desiluda-se!...

O 25 de Abril e o 1.º de Maio provaram precisamente o contrário!

**Vozes do PCP:** — Muito bem!

**O Orador:** — Os trabalhadores não estão dispostos a que sejam eles a pagar todo o preço da crise. Sabem que esta política pode ter servido e serviu os interesses de alguns grandes capitalistas, dos especuladores e intermediários, mas não serviu nem o povo português, nem o País, face ao agravamento dos grandes problemas nacionais.

**Vozes do PCP:** — Muito bem!

**O Orador:** — E invente o Governo as «insurreições» e atoardas que inventar que, quando ameaçar degradar ainda mais o nível de vida dos trabalhadores e atacar algum direito inscrito na Constituição e na lei, haverá decerto a sua resistência e a sua luta. Um Governo que faz a guerra social aos trabalhadores tem os dias contados.

**Vozes do PCP:** — Muito bem!

**O Orador:** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: 10 anos de Abril e Maio em liberdade foram comemorados. Diferentes do 25 de Abril e do 1.º de Maio de 1974 é certo. Mas as dificuldades, as tentativas de liquidação das conquistas obtidas e os perigos, temperaram a determinação e a consciência de milhões de homens e mulheres que quiseram manifestar a sua vontade inquebrantável de prosseguir irreversivelmente o caminho do progresso, da justiça e da independência nacional.

«Ninguém mais cerra as portas que Abril abriu.»

*Aplausos do PCP e do MDP/CDE.*

**O Sr. Presidente:** — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Martins Ferreira.

**O Sr. Martins Ferreira (PSD):** — Sr. Deputado Jerónimo de Sousa, V. Ex.<sup>a</sup> disse na sua intervenção que foram rasgados cartazes e não sei que mais. Penso que o Sr. Deputado se estava a referir aos cartazes que foram rasgados e aos insultos feitos pela CGTP/Intersindical à UGT no Porto, pintando inclusivamente toda a área do palco existente para as comemorações da UGT no Porto. Como o Sr. Deputado não disse na sua intervenção a que é que se estava a referir, gostaria de saber se era a essas comemorações da UGT no Porto, onde inclusivamente foram rasgados os cartazes que a UGT lá tinha colocado e colados por cima outros cartazes da CGTP.

Gostaria ainda de perguntar ao Sr. Deputado o seguinte: viveu-se ou não em Portugal o 1.º de Maio em liberdade?

A este propósito, gostaria de saber qual é a posição do PCP sobre o que se passou na Polónia.

**Vozes do PSD e do PS:** — Muito bem!

*Risos do PCP.*

**O Sr. Carlos Brito (PCP):** — E na Grã-Bretanha?

**O Orador:** — Na Polónia, o Sindicato Solidariedade foi, pura e simplesmente — como se pôde ver na televisão e ouvir pela rádio —, impedido pela polícia de festejar o 1.º de Maio. Gostaria de saber a posição do PCP em relação a estes acontecimentos do 1.º de Maio na Polónia, tanto mais que o PCP e a Intersindical disseram que se o secretário-geral do Solidariedade vivesse em Portugal seria da Intersindical. Portanto, se assim é, gostaria de saber qual a posição do PCP relativamente aos acontecimentos da Polónia.

*Aplausos do PSD e do PS.*

**O Sr. Carlos Brito (PCP):** — É brilhante e inteligente!

**O Sr. Presidente:** — Também para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Silva Marques.

**O Sr. Silva Marques (PSD):** — Sr. Deputado Jerónimo de Sousa, o que é que V. Ex.<sup>a</sup> pensa do desmentido frontal que sofreu hoje aqui um seu colega de bancada acerca das informações que ele prestou sobre a situação laboral e sócio-económico no País? Foi aqui hoje frontalmente desmentido, com a agravante de ter sido aqui acusado de se ter retratado particularmente, não o tendo feito até este momento publicamente, como impõe a ética elementar da conduta política.

Porém, os Srs. Deputados ficaram calados, quando um vosso colega foi aqui desmentido frontalmente! Os Srs. Deputados entregaram isso ao seu foro individual? Fico surpreendido com uma bancada tão coesa na sua actuação conjunta! Para este efeito o vosso colega não é chamado? Os Srs. Deputados ouviram em silêncio. Então o que é que pensam? Ele vai retratar-se aqui?

Sr. Deputado Jerónimo de Sousa, a vossa bancada está neste momento, pura e simplesmente, agarrada — já o disse ontem — à virulência linguística. Mas cuidado! Os senhores estão completamente em órbita, ao rubro ...

*Risos do PCP.*

... e a vossa virulência linguística faz-vos sofrer vexames atrozes que eu, como deputado, não posso deixar de encarar com alguma preocupação, porque isso põe em causa o próprio Parlamento.

**O Sr. João Amaral (PCP):** — Retrate-se!

**O Orador:** — Os Srs. Deputados devem ser mais comedidos para o vosso próprio benefício!

Portanto, Sr. Deputado, para que fiquemos elucidados depois do telex aqui lido da empresa Liz, gostaria de saber o que é que os senhores pensam. O vosso deputado vai retratar-se aqui, como o fez por via

particular? Vai dizer: «eu excedi-me no meu voo lingüístico, eu errei, eu informei mal»? Espero que pelo menos façam isto para a vossa própria credibilidade.

O Sr. Deputado disse que no Porto os democratas isto, os democratas aquilo. Isto é, referia-se a um certo sector político que teve uma certa acção no quadro da liberdade de expressão e de acção em que vivemos actualmente. Presumo, pois, que o Sr. Deputado considera que aqueles que não participaram nessa acção não são democratas — estabeleceu o limite.

Porém, acontece que estamos coligados com o Partido Socialista. Portanto, quer V. Ex.<sup>a</sup> informar-nos se considera ou não hoje o Partido Socialista no campo democrático? Ponho-lhe a questão, não porque deva tratar dos assuntos do Partido Socialista, mas estando o meu partido coligado com este gostaria de ser informado, pois não se vá dar o caso de não estarmos coligados com um partido democrático, o que seria extremamente errado.

**O Sr. Carlos Brito (PCP):** — Que pena ir pedir a suspensão do mandato! ...

**O Sr. Presidente:** — Ainda para formular pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado João Fernandes.

**O Sr. João Fernandes (PS):** — Sr. Deputado Jerónimo de Sousa, nem V. Ex.<sup>a</sup> acredita muito naquilo que disse. Não sei se quando referiu a manifestação popular do 25 de Abril, V. Ex.<sup>a</sup> se estaria a referir à manifestação que houve à noite no Porto ou à manifestação que chama de popular e que terá sido promovida pelo PCP.

Não sei se o PCP e a Inter continuam — aliás, para mim não há grande distinção entre uma coisa e a outra — a entender-se como os proprietários dos trabalhadores e agora são também os proprietários do 1.º de Maio. Portanto, o que gostaria de perguntar ao Sr. Deputado é se as manifestações da Intersindical são as manifestações dos trabalhadores e se as outras manifestações feitas por milhares e milhares de trabalhadores deste país são as manifestações governamentais.

Entre o 25 de Abril e o 1.º de Maio deste ano, o Governo arranjou umas centenas de milhares de apoiantes, porque é indiscutível que as manifestações do 1.º de Maio — não as da Intersindical, mas as da UGT, em que participaram centenas de milhares de trabalhadores —, ...

#### Risos do PCP.

... poderiam significar, afinal, que o Governo está muito apoiado. As manifestações da UGT foram as que toda a gente viu, as intervenções da UGT foram as que toda a gente ouviu, e não foram propriamente manifestações de apoio ao Governo.

Os senhores continuam no vosso sectarismo, segundo o qual os trabalhadores estão apenas representados pela Intersindical, o que certamente não nos vai conduzir a lado algum.

Por outro lado, começa agora a inventar-se uma nova forma de catalogar aquilo que são as filmagens da televisão. Chega-se agora a concluir que, afinal, as grandes manifestações da UGT foram fruto da maravilha da técnica, mas as da Intersindical não são nada

disso, são aquilo que o Sr. Deputado Jerónimo de Sousa imagina. Mas o que o Sr. Deputado Jerónimo de Sousa não imagina — tenho a certeza — é que a Intersindical se viu este ano na necessidade de abolir muitas manifestações em muitos concelhos para as concentrar principalmente em Lisboa e no Porto. Essa é que é a realidade em que o Sr. Deputado Jerónimo de Sousa não quer acreditar.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Edmundo Pedro.

**O Sr. Edmundo Pedro (PS):** — Sr. Deputado Jerónimo de Sousa, antes de mais, desejo salientar que a grandiosidade das manifestações do 1.º de Maio deste ano, quer pelo lado da UGT, quer pelo lado da CGTP/Intersindical, assumiu uma enorme importância. Elas reflectem não só o desejo de os trabalhadores se manifestarem no 1.º de Maio, como é normal, mas também — temos de o reconhecer — o descontentamento e as preocupações dos trabalhadores em relação à situação económica e social em que vivemos e que é, como todos reconhecemos, bastante grave.

Contudo, queria fazer uma pergunta, pois ouvi há pouco tempo o secretário-geral do PCP dizer que o PCP ia passar a «formas superiores de luta». Pude ouvir, também, na Alameda de D. Afonso Henriques o coordenador da Intersindical afirmar o mesmo, ou seja, que iam passar a «formas superiores de luta».

Quem esteve no PCP e conhece, portanto, como este partido trata estes assuntos e conhece a sua fraseologia, entende perfeitamente o que é que isto quer dizer. «Formas superiores de luta» significa para o PCP «formas insurreccionalistas de luta».

**Vozes do PCP:** — Ora, ora!

**O Orador:** — Eu também lá estive e conheço o PCP há 50 anos.

**O Sr. Carlos Brito (PCP):** — Eram os anarquistas!

**O Orador:** — Sei bem o que na linguagem do PCP significa «formas superiores de luta».

Portanto, pergunto o seguinte, uma vez que todos reconhecemos que a situação actual é difícil, mas há-de ter uma solução; do ponto de vista do PCP, a solução será encontrada no quadro democrático e das instituições ou vai o PCP encontrar solução nas ruas, nas greves que se vão alargando e que vão assumir uma fase insurreccional de luta, de modo a derrubar as instituições democraticamente organizadas? O objectivo do PCP será atingir uma situação de ruptura das instituições e o surgimento de uma outra situação?

Era a estas perguntas que gostaria que o Sr. Deputado Jerónimo de Sousa respondesse.

**Aplausos do PS e do PSD.**

**O Sr. Presidente:** — Para responder aos pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Jerónimo de Sousa.

**O Sr. Jerónimo de Sousa (PCP):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Quero, em primeiro lugar, constatar que as perguntas não foram grande pechincha. Mas,

enfim, elas permitem-me, pelo menos, falar mais um pouco sobre o que foram as comemorações do 25 de Abril e do 1.º de Maio.

Relativamente ao Sr. Deputado Martins Ferreira, do PSD, começarei por lhe dizer que não era às comemorações da UGT que me referia. Referia-me à repressão que houve, por exemplo, em Carenque, onde a GNR foi bater em democratas que andavam a colar cartazes, bem como à posição da Câmara Municipal de Lisboa, que mandou arrancar cartazes e palcos. Era a isto que eu me referia na minha intervenção.

Quanto ao problema da Polónia, constato sempre a tendência que os Srs. Deputados têm para fugir às realidades nacionais, aos problemas nacionais com que os trabalhadores portugueses se debatem, agitando os problemas da Polónia ou dos outros. É claro que essa é a posição do Sr. Deputado e que eu comprehendo, com toda a sinceridade. O Sr. Deputado tem dificuldade em se colocar numa perspectiva patriótica e nacional da defesa dos interesses dos trabalhadores portugueses, até porque o Sr. Deputado apoia este Governo, que pratica uma política de injustiça social.

#### Aplausos do PCP.

Quanto ao desmentido formal por parte de um meu camarada de bancada e em relação a uma empresa que, segundo o Sr. Deputado Silva Marques diz, não tem os salários em atraso — ou nunca teve os salários em atraso —, devo dizer-lhe que quando se fala em salários em atraso englobam-se as próprias remunerações, os subsídios, que muitas vezes não são pagos na devida altura. Isto também significa massa salarial em atraso. Cá estaremos para esclarecer ...

Mas o que o Sr. Deputado Silva Marques não disse aqui é que existem cerca de 100 000 trabalhadores com salários em atraso, a nível nacional.

Quanto à questão dos democratas do Porto, certamente que não estiveram todos lá. Mas ainda bem que assim não aconteceu, pois se isto já foi tão grande, se todos os democratas tivessem participado imagine o Sr. Deputado o que não seria. Seriam milhões e milhões de portugueses — como disse na minha intervenção —, que estão contra este Governo, que estão contra esta política e que estão de coração e alma com o 25 de Abril e com a própria luta dos trabalhadores.

Quanto às outras considerações mais ou menos filosóficas, devo dizer-lhe, Sr. Deputado Silva Marques, que quando você fala para esta bancada tenho dois sentimentos contraditórios: ou me dá vontade de rir ou fico irritado. Hoje, com o seu ar tão atroz, prefiro rir-me e não responder às suas considerações mais ou menos filosóficas.

#### O Sr. Leonel Santa Rita (PSD): — E a Polónia?

**O Orador:** — A Polónia? Infelizmente, quando eu pensava que era o Sr. Deputado Silva Marques que me ia falar na questão da Polónia, da Checoslováquia, do Afeganistão, etc., vem-me o Sr. Deputado Leonel Santa Rita, mandado pelo Sr. Deputado Silva Marques, falar no assunto. Já agora, Sr. Deputado, faça-me lá uma pergunta sobre a Checoslováquia, pois já que estamos em maré de responder, pois faça o favor de perguntar.

Bem, quanto à questão das manifestações, Sr. Deputado João Fernandes, estava a referir-me àquele espetáculo triste da Aula Magna. Não sei se o vi lá, mas

todos vocês estavam com uma cara tão desgraçada, tão desgraçada, que me apeteceu falar assim, com a nota da desgraça das vossas comemorações.

#### Risos do PCP.

E não é por acaso, Srs. Deputados, que realizando-se hoje a única sessão desta semana com período de antes da ordem do dia os Srs. Deputados não façam uma declaração política sobre a importância destas duas datas históricas. Com toda a sinceridade, gostaríamos de ouvir o PS — que nós consideramos um partido democrático — falar aqui sobre a grandiosidade e o amor do povo a estas datas históricas, particularmente o 25 de Abril.

#### Aplausos do PCP.

Quanto ao facto de a UGT, nos seus discursos no 1.º de Maio, ter proferido críticas, demonstrando o seu não apoio ao Governo, diz-se lá na minha terra que «quem não tem cão, caça com um gato». Neste momento, a UGT está a ver o barco — entenda-se o Governo — a afundar-se e a não ter alternativa perante a guerra social que este trava contra os trabalhadores.

Portanto, qual é o campo de acção da UGT? É só a contratação colectiva? É claro que não pode ser.

Nós estamos em crer que muitos homens e mulheres que estão em sindicatos de serviços estão, certamente, com a luta dos trabalhadores portugueses e com os objectivos da CGTP/Intersindical. A esses não os confundimos. Mas nós percebemos aqueles que se preparam para abandonar o navio que está prestes a afundar.

Mais uma vez — tal como sucedeu com os governos da AD — quando presentiram a AD ir ao fundo retiraram-lhe o tapete, para depois se apresentarem com uma imagem democrática e de apoio à luta dos trabalhadores.

#### Vozes do PCP: — Muito bem!

**O Orador:** — Quanto às questões colocadas pelo Sr. Deputado Edmundo Pedro, reconheceu a grandiosidade — pelo menos, teve esse mérito — das manifestações do 1.º de Maio, contrariamente ao que aqui já se ouviu. Sr. Deputado, foi, na verdade, a preocupação e o descontentamento — como muito bem disse —, bem como o sentimento da injustiça social que este Governo está a provocar em várias camadas da população portuguesa, que os Portugueses quiseram manifestar. Isto tem um significado político claro, na medida em que quando se fala na maior maioria de sempre tem de se compreender, também, que não basta ter essa maioria aqui, pois é necessário ter uma base social de apoio alargada, que compreenda e se mobilize para defender essa política.

Neste momento verifica-se precisamente o contrário em Portugal: não existe essa base social de apoio a este Governo. Daí estas manifestações terem sido tão grandes. Aliás, as próprias eleições intercalares também têm esse significado.

#### Vozes do PCP: — Muito bem!

**O Orador:** — Quem é que está — digamos assim — a «levar na cabeça»? Será o PSD, que está ao fundo da mesa a comer do tacho e não aparece na primeira

linha? O PSD está a comer, porque o PS está a fazer a sua política e quem está a sofrer as consequências dessa política de direita é o PS, o que se calhar não é bom para democracia.

**Vozes do PCP:** — Muito bem!

**O Orador:** — Quanto às «formas superiores de luta», devo dizer que em lado algum o meu camarada Álvaro Cunhal disse que os trabalhadores iam recorrer a «formas superiores de luta». Mas, se os sindicalistas da CGTP consideram que é constitucional, democrático e patriótico recorrer a formas de luta superiores, fique o Sr. Deputado sabendo que a greve geral é um direito dos trabalhadores consagrado na Constituição da República Portuguesa.

*Aplausos do PCP e do MDP/CDE.*

Mais: tenha o Sr. Deputado cuidado, porque houve um Ministro da Administração Interna que, com essa tese, inventou a insurreição dos pregos. Esperemos que se os trabalhadores — e têm de ser estes a decidirem, por intermédio dos sindicatos — recorrerem a essas formas superiores de luta, não se invente mais uma insurreição dos pregos.

Quanto a saber se a greve geral é ou não democrática, devo dizer que quando os trabalhadores a realizaram em 1982, aqui d'el rei que se levantaram todas as bancadas da maioria a manifestarem-se contra esta acção dos trabalhadores. Ora, provou-se que com a queda do Governo, com a sua derrota pela sua política nefasta, essa greve geral foi uma manifestação patriótica, uma forma superior de luta, mas democrática, dos trabalhadores portugueses.

*Aplausos do PCP e do MDP/CDE.*

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Silva Marques, para um protesto.

**O Sr. Silva Marques (PSD):** — O secretário-geral do PCP não pode garantir nada, nem garantiu. O Sr. Deputado disse que ele não tinha garantido que os trabalhadores iam passar a formas superiores de luta, nem ele de facto o poderia ter feito, porque felizmente os trabalhadores, no quadro da liberdade, nunca delegaram noutrém os seus direitos próprios.

Este é um problema de fundo que se vos coloca nas democracias.

Penso que o facto de ele não ter garantido, foi um acto de grande prudência, visto que ele não tinha condições para o poder fazer, ainda por cima com tantas surpresas que tem tido ao longo destes últimos anos e de outros mais atrasados ainda.

Mas volto à questão: o Sr. Deputado Joaquim Gomes retrata-se ou não?

Os senhores têm que responder às questões concretas. Eu sei que estão numa fase de virulência linguística, esquizofrénica, perdão-me o termo, e de auto-embriaguês. Os senhores voam em órbita, sendo a vossa linguagem um verdadeiro *sputnik*.

*Risos.*

Simplemente, têm que vir um pouco à terra e responder às questões concretas.

O Sr. Deputado Joaquim Gomes retrata-se ou não? Ou será que os senhores desmentem o telex da empresa Liz?

A questão é esta. É que enquanto os senhores não responderem a perguntas como esta não têm credibilidade. É por isso que os senhores vivem hoje mais da vossa imaginação do que das realidades.

O senhor disse há pouco que se todos os democratas tivessem estado no Porto teria sido uma coisa enorme. Sem dúvida que sim. O problema é que se isso acontecesse não estariam se calhar lá os senhores. Há uma incompatibilidade entre os senhores e os democratas.

Volto à outra questão: O PS é democrata ou não? Tem que me responder a isto, porque é fundamental para o meu partido. É que se o senhor me responder que não, não tenha a menor dúvida de que irei a correr à direcção do meu partido e digo-lhes que temos estado coligados com indivíduos não democratas e que, portanto, o melhor será desfazer isto imediatamente.

Tem assim que me responder a esta questão por razões práticas. Trata-se de problemas muito sérios.

Diz o Sr. Deputado que quando eu lhe coloco questões reage de uma de duas maneiras: ou se ri ou se irrita, mas que desta vez preferiu rir-se.

Em minha opinião trata-se de um progresso. O Sr. Deputado está a eurocomunizar-se!

*Risos do PSD e do CDS.*

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Edmundo Pedro para um protesto.

**O Sr. Edmundo Pedro (PS):** — Sr. Presidente, ouvi o Sr. Deputado Jerónimo de Sousa e queria dizer-lhe que não assumi em nenhum ponto da minha intervenção nenhuma posição contra o direito que os trabalhadores têm de, eventualmente, quando as condições a isso se proporcionam, fazer a greve geral. Nem sequer falei desta.

Referi-me concretamente a «formas superiores de luta» e ao significado que isso tem no contexto das definições do PCP, porque andei lá muito tempo e sei o que isso significa.

A greve geral só pode ser ilegal na medida em que assuma esse aspecto insurreccional, essa forma superior de luta, na medida em que existam sabotagens por toda a parte como, por exemplo, fazer com que os comboios não circulem, fazer com que não haja energia eléctrica, etc.

Foi, portanto, a este tipo de acções insurrecionais que me referi.

Em relação ao caso da Polónia não me venham dizer que ele não interessa e o que importa é apenas Portugal.

Não nos podemos esquecer que o PCP se assume como partido internacionalista.

Ainda há dias a URSS criticava a Roménia em nome do internacionalismo proletário, dizendo que havia um desvio nacionalista.

Ora não se percebe que o PCP, tendo-se sempre assumido como um partido internacionalista, venha agora assumir um carácter eminentemente nacional e se desinteresse pela sorte dos operários noutros países e em particular em países socialistas.

*Aplausos do PS e do PSD.*

Agora a questão é esta: na Polónia tentou-se fazer uma greve geral para manter um sindicalismo livre. Os senhores nunca se preocuparam com isso nem nunca manifestaram qualquer solidariedade em relação àqueles que queriam manifestar e manter esse sindicalismo livre.

Não me diga que isso são problemas que interessam apenas à Polónia. Isto porque o que nos interessa saber é o que é que os senhores farão quando chegar ao poder. E na medida em que se identificam com aquele projecto sabemos que é isso que vão fazer. É essa a razão por que nos interessa falar destes problemas e não porque nos queiramos imiscuir nos assuntos polacos.

Pela nossa parte, mantemos uma posição de solidariedade com todos os povos e, em particular, com todos os trabalhadores e não nos podemos desinteressar daquilo que se passa nesses países.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado João Fernandes, para um protesto.

**O Sr. João Fernandes (PS):** — O Sr. Deputado Jerónimo de Sousa pretendeu dar às minhas palavras um sentido que eu não quis transmitir-lhe. Mas de qualquer forma vou esclarecê-lo.

Quando me referia às intervenções nas manifestações da UGT, eu disse que elas não foram propriamente de apoio.

Mas há efectivamente uma diferença enorme entre esse não apoio nas intervenções da UGT e as vossas próprias posições. Penso que as manifestações do 1.º de Maio, em todos os países democráticos, não têm que ser forçosamente de apoio aos governos. No entanto, e em contrapartida, há muitos sítios em que as manifestações do 1.º de Maio têm que ser obrigatoriamente de apoio aos governos.

**Vozes do PS e do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Em relação às intervenções da UGT nas manifestações, dir-lhe-ia, Sr. Deputado, que elas foram sobretudo caracterizadas pela responsabilidade.

Há efectivamente uma grande diferença entre as duas centrais sindicais: enquanto uma pugna pela responsabilidade, a outra pugna pelo caos.

A segunda questão é a dos sindicatos de serviços e nesta nem o Sr. Deputado acredita, pelo que não vou perder muito tempo com ela. Dir-lhe-ei tão-somente que a UGT não representa apenas sindicatos de serviços.

Caso fosse possível, gostaria que me dissesse que relação existe entre essas formas de luta nas quais vocês incluíram a greve geral (pessoalmente não acredito que seja a forma de luta a que vocês chamam superior) e o apelo permanente e constante à batalha da produção de aqui há meia dúzia de anos atrás.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Leonel Santa Rita para exercer direito de defesa.

**O Sr. Leonel Santa Rita (PSD):** — A minha intervenção era para, em primeiro lugar, me identificar totalmente com as palavras e com a tese defendida pelo Sr. Deputado Edmundo Pedro, na medida em que as nossas referências acerca das acções tomadas

pelos partidos comunistas nos países de Leste mostram-nos precisamente aquilo que vocês fariam um dia que chegassem ao poder cá.

De maneira que não devem levar a mal que nós, os destas bancadas, façamos essas referências. Do mesmo modo que nós também não podemos levar a mal que vocês se refiram a países do Ocidente.

No entanto, como município da Câmara Municipal de Lisboa queria fazer um protesto, uma vez que ela foi referida.

Refiro-me ao facto de o deputado e amigo Jerónimo de Sousa ter dito que a Câmara Municipal de Lisboa procedeu ao desmantelamento de uma bancada.

Que eu saiba, e com base em dados fidedignos, a referida bancada foi abusivamente construída num local em que não tinha sido autorizada.

Mesmo assim, a Câmara usou de todos os meios possíveis para que, democraticamente e de uma maneira pacata, as pessoas responsáveis pela montagem procedessem à desmontagem da mesma, sem ter que actuar por outros meios.

Faz à recusa sistemática em se acatar esta ordem, a Câmara e os respectivos serviços foram obrigados — e muito bem — a repor a legalidade, fazendo a desmontagem da mesma.

Não se pode dizer, portanto, que a Câmara procedeu abusivamente ao desmantelamento de uma bancada que estava pré-montada.

Era este o protesto que queria aqui deixar lavrado.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Jerónimo de Sousa, para responder.

**O Sr. Jerónimo de Sousa (PCP):** — Sr. Presidente, irei ser muito rápido.

Sr. Deputado Silva Marques, o senhor parecia que estava a fazer um interrogatório!

Permita-me uma vingançinha: não lhe permito o interrogatório, primeiro, porque não tem cabedal para isso e, segundo, porque tem uma cara façanhuda que não assusta ninguém. Mas lá iremos e o meu camarada Joaquim Gomes saberá responder-lhe.

**O Sr. Silva Marques (PSD):** — Sr. Deputado, nessa altura o senhor será interrogado por um agente mais simpático!

*Risos do PSD e do CDS.*

Ah sim? Do serviço de informações, Sr. Deputado? Ainda é cedo. Este 25 de Abril e este 1.º de Maio deram também a resposta a esse serviço de informações.

**Vozes do PCP:** — Muito bem!

**O Orador:** — Quanto à questão das formas superiores de luta, Sr. Deputado Edmundo Pedro, o senhor não deve conhecer a linguagem sindical actual.

Quando os trabalhadores referem o recurso a formas de luta superiores isso engloba logicamente a greve, que pode ser geral, distrital, etc.

A própria luta na empresa a nível de greve é considerada, pelo movimento sindical, uma forma de luta superior.

Quanto à questão dos polacos, queria dizer que nós não fugimos. A diferença está que, em nosso

entender, terá quer ser o povo polaco a resolver os problemas da Polónia e nós acreditamos que eles estão a resolvê-los!

*Vozes de protesto do PSD.*

**O Orador:** — A questão é que quando vocês falam da Polónia não é com sentimentos de solidariedade para com o povo polaco, mas sim para tentar desviar as atenções do povo português dos grandes problemas nacionais e dos grandes problemas dos trabalhadores portugueses. Essa é que é a questão que se coloca aqui em Portugal.

*Aplausos do PCP.*

Quanto ao Sr. Deputado Leonel Santa Rita a minha resposta é esta: quando as forças progressistas estão no poder alguns minam os portos, como por exemplo, na Nicarágua, coisa de que os senhores aqui não falam.

**O Sr. Jorge Lemos (PCP):** — Muito bem!

**O Orador:** — Quanto à questão da batalha da produção, Sr. Deputado do PS, aprenda isto: os trabalhadores não fazem a luta pela luta. No momento em que for construída uma alternativa democrática e um governo democrático que governe com os trabalhadores e para eles, de certeza que terá o seu empenhamento, a sua força, a sua criatividade, para que Portugal possa ser um país livre, progressista e independente. Mas só quando um governo respeitar os seus direitos e não como o seu, que os está a atacar neste momento.

*Aplausos do PCP.*

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Maria do Céu Fernandes, para uma declaração política.

**A Sr.<sup>a</sup> Maria do Céu Fernandes (PS):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Os turistas que nesta Primavera e Verão de 1984 transitarem do Porto para Braga passando por Vila Nova de Famalicão terão agradáveis e desagradáveis surpresas à sua espera. Entre as primeiras podemos mencionar as de ordem ecológica: a possibilidade de observar, por um lado, a paisagem, que obviamente é bela, e, por outro, o desenvolvimento económico da zona percorrida e que se traduz na existência de empresas industriais de algum alcance, o que faz antever um prometedor ponto de partida para a eliminação de desequilíbrios regionais.

Entre as segundas, isto é, as surpresas desagradáveis, temos: um percurso de 50 km que em horas de ponta poderá levar cerca de 2 horas a transpor, o que significa consumo excessivo de combustível, excessivos gastos de material, para não falar do tempo perdido e do desgaste da paciência dos utentes dos vários tipos de veículos. Como dizia um industrial famalicense: «No início do século uma carroça com 4 bons cavalos fazia a viagem mais rápida do que hoje os potentes camiões.»

A actual situação é asfixiante para a indústria, para o comércio e para tudo o que seja desenvolvimento desta região.

Conscientes da gravidade do problema e da urgência da sua resolução, presidentes de câmaras e organismos da região, para além de pessoas individuais, têm chamado a atenção da opinião pública para a necessidade da construção da auto-estrada Porto-Braga.

Assim, após uma reunião pública realizada em 6 de Dezembro passado, foi constituída uma comissão de apoio de que fazem parte os presidentes das Câmaras do Porto, Santo Tirso, Vila Nova de Famalicão, Guimarães, Braga e Fafe, presidente da Associação Industrial do Minho, presidente do Conselho Empresarial do Norte, e presidentes das Associações Comerciais de Braga e de Famalicão.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: É verdade que a necessidade da construção da auto-estrada Porto-Braga foi reconhecida já em 1969 através de um decreto-lei depois corroborado pelo Decreto-Lei n.º 467/72, de 22 de Novembro, em que se define que o primeiro troço tem 28 km até Vila Nova de Famalicão e a concessão é outorgada à BRISA — Auto-Estradas de Portugal, S. A. R. L. Contudo, chegámos a 1981 e nada mais foi feito; tão-pouco havia um projecto mas apenas um mero traçado que nem foi respeitado. É caso para perguntar: será que o decreto fora esquecido ou se perdeu no emaranhado da burocracia do Ministério? Vem-me à memória Eça de Queirós na «Campanha Alegre», que sobre as estradas de Portugal na época nos diz que as havia mas estavam todas na secretaria das obras públicas para não se deteriorarem!

Com efeito em 1981 há novo decreto: o Decreto Regulamentar n.º 5/81, de 23 de Janeiro. A empresa BRISA continua com a concessão e indicam-se prazos concretos, sendo o mais importante o que define que o primeiro troço devia estar aberto ao público no fim de 1983. No entanto, em 1983 continua a não existir um projecto. A partir de Dezembro de 1983 alguns passos importantes são dados, com o apoio do Sr. Primeiro-Ministro e do Sr. Ministro do Equipamento Social. Passo a enumerá-los: aprovação definitiva do traçado até Vila Nova de Famalicão; aprovação, em 20 de Março de 1984, de uma resolução do Conselho de Ministros que cria uma comissão interministerial encarregada de preparar um novo contrato de concessão e preparar ainda um concurso internacional para a concessão da construção.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Como se vê o problema da auto-estrada Porto-Braga mais uma vez veio a público através da referida nota do Conselho de Ministros. Por isso eu pergunto: será que finalmente a auto-estrada vai de facto arrancar, sem mais adiamentos e indecisões? Será que finalmente fica definido quem vai fazer a auto-estrada?

Cabe também aqui fazer outra pergunta.

Estamos em período de austeridade, como todos nós bem sabemos. Será que a construção da auto-estrada Porto-Braga é uma questão crucial, quando há tantos outros problemas nacionais, cruciais e urgentes?

Sim, Sr. Presidente e Srs. Deputados, este é também um problema crucial e prioritário. Porquê?

- 1) Por razões de densidade de tráfego. Entre Vila Nova de Famalicão e Porto em 1980 o trânsito era de 12 000 veículos por dia. Todavia, 8000 veículos por dia é o limite máximo de potência da estrada e já estamos em 1984;

- 2) Por razões de melhor prestação de serviços aos utentes e ao comércio e indústria. Com efeito, a auto-estrada Porto-Braga irá permitir um melhor escoamento de produtos para sul através do porto de Leixões e para Norte, para Espanha, através da (futura) via rápida Braga-Valença, produtos esses oriundos das indústrias da região, nomeadamente têxteis, confecções, metalo-mecânica, electrónica;
- 3) Mas ainda mais grave do que isto é o facto de que a inexistência da auto-estrada e a incerteza da sua construção num futuro próximo impediu e continuará a impedir a fixação de novas indústrias na região, logo impedirá o seu desenvolvimento económico.

Ora não será missão primordial de um governo democrático promover o desenvolvimento regional adequadamente planificado?

Não será missão primordial de um governo democrático defender os interesses de toda a população, sobretudo quando esses interesses no passado não tenham sido atendidos ou só o foram insuficientemente?

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Sabe-se que regionalmente o bem-estar está desigualmente distribuído e para isso também terá contribuído a desigual repartição das infra-estruturas públicas. Sabemos também que deve ser política deste governo, como é próprio de um governo democrático, ir eliminando progressivamente essas desigualdades.

Por tudo isto, a construção da auto-estrada Porto-Braga é empreendimento prioritário porque se enquadra nos objectivos político-económicos de um regime democrático. Por isso a sua construção contribuirá para: ajudar a sobrevivência actual e o crescimento futuro de uma multiplicidade de pequenas e médias empresas indispensáveis para o desenvolvimento da região minhota; contribuirá para evitar os custos económicos e sociais resultantes de políticas do passado de fixação das indústrias em regiões de já excessiva concentração; garantir iguais possibilidades de desenvolvimento de todos os cidadãos e, neste caso concreto, dos cidadãos do Minho.

Por conseguinte a construção da auto-estrada Porto-Braga é um imperativo económico, social, democrático e nacional.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: vou terminar a minha exposição. Mas antes de o fazer desejaria perante o Parlamento e perante o País exprimir o desejo e a esperança de que o ano de 1984 não seja para os municípios a ser servidos pela auto-estrada Porto-Braga o ano da desilusão, o ano do desencanto, mas sim o prenúncio de melhores dias.

Para isso se fez uma revolução há 10 anos para que hoje tivéssemos um governo democrático, para que o amanhã fosse melhor.

Por isso, o ano de 1984 terá de ser o ano da esperança para a auto-estrada Porto-Braga.

*Aplausos do PS.*

O Sr. Presidente: — Uma vez que estamos a chegar ao termo do período de antes da ordem do dia, ficam inscritos para pedidos de esclarecimento a efectuar na

próxima sessão os Srs. Deputados Armando de Oliveira, Nogueira de Brito, Marques Mendes e António Mota.

## ORDEM DO DIA

Passamos, assim, à ordem do dia e à sua primeira parte, que é composta pela apreciação e votação do projecto de resolução n.º 5/III do CDS — Inquérito parlamentar à situação que se vive actualmente na RTP.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nogueira de Brito

O Sr. Nogueira de Brito (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Pedi a palavra para interpelar a Mesa no sentido que vou passar a expor.

Na reunião dos líderes parlamentares em que foram distribuídos os tempos para esta primeira parte do período da ordem do dia da sessão de hoje insistiram o PS e o PSD, e bem, na ideia de conferir um tempo determinado ao Governo para que pudesse participar também na discussão deste tema, atentas as implicações que habitualmente ele teria com a actuação do próprio Governo e atenta a circunstância de que se trata de constituir uma comissão de inquérito a uma empresa pública sob tutela e controle do Governo.

Estão aqui connosco os 2 Srs. Secretários de Estado desde o princípio da sessão, mas eu interrogo a Mesa sobre se ela tem informações acerca da presença aqui do Sr. Ministro de Estado Almeida Santos ou do Sr. Primeiro-Ministro, atentas as implicações que o nosso pedido de inquérito tem com a actividade desenvolvida no âmbito dos respectivos departamentos.

Poderá V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Presidente, fornecer-nos alguma indicação nesta matéria?

Ficaríamos a aguardar.

O Sr. Presidente: — A Mesa não tem informações sobre o que o Sr. Deputado perguntou, mas o Governo está representado nesta sessão.

Tem a palavra o Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares.

O Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares (António Vitorino): — Sr. Presidente, é apenas para responder à questão suscitada pelo Sr. Deputado Nogueira de Brito no seguinte sentido: é bem verdade que santos da casa não fazem milagres e, provavelmente, o que o Sr. Deputado Nogueira de Brito solicitava era a presença do Sr. Ministro Almeida Santos, que também é da casa.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — É da casa, mas não é santo!

O Orador: — Mas sucede que o Conselho de Ministros reúne ordinariamente às quintas-feiras, estando neste momento reunido. O Sr. Ministro Almeida Santos, tal como o Sr. Primeiro-Ministro, encontra-se no Conselho de Ministros.

Por isso, o Governo está representado pelo Sr. Secretário de Estado encarregue das relações com o Parlamento e pelo Sr. Secretário de Estado Adjunto do Sr. Ministro de Estado dos Assuntos Parlamentares,

que tem a incumbência específica do sector que vai ser debatido em torno do pedido de inquérito parlamentar da RTP.

Temos a veleidade de pensar que o Governo se encontra suficientemente representado.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Nogueira de Brito.

**O Sr. Nogueira de Brito (CDS):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Não quero pôr em causa, de forma nenhuma, a presença dos Srs. Secretários de Estado, designadamente do Sr. Secretário de Estado António Vitorino, que até há pouco esteve aqui sentado connosco nas bancadas de deputado e que compreenderá de certeza estes problemas, que ainda há alguns meses foram aqui objecto de viva polémica e que se prendem com a representação correcta ou incorrecta do Governo, através dos Srs. Secretários de Estado, em discussões que o envolvem.

Não quero voltar a editar essa discussão. Mas, atenta a natureza da intervenção do Sr. Secretário de Estado António Vitorino e a razão dada para a não presença do Sr. Ministro Almeida Santos e tendo em conta ainda a ideia que nos ficou na conferência de líderes acerca da vontade do próprio Governo, faríamos a seguinte proposta: que se adiasse o início do debate sobre a constituição da comissão de inquérito à situação que se vive na RTP e à tarde, findo o Conselho de Ministros, pudessemos ter aqui já a presença do Sr. Ministro de Estado Almeida Santos.

**O Sr. Presidente:** — Isso implica uma alteração da ordem de trabalhos, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares.

**O Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares:** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Naturalmente que o Sr. Deputado Nogueira de Brito exprime uma opção do Grupo Parlamentar do CDS, mas a verdade é que não houve nenhum compromisso na conferência de líderes para que o Governo estivesse representado através do Sr. Ministro de Estado.

Ocorre ainda a circunstância de o artigo 220.º, n.º 2, do Regimento da Assembleia da República prever que a apreciação dos inquéritos parlamentares pressupor um debate no qual intervirão «um dos requerentes ou proponentes do inquérito, o Primeiro-Ministro ou outro membro do Governo e um representante de cada partido».

O Governo, naturalmente, submete-se à decisão soberana da Assembleia. Se esta entender dever alterar a ordem do dia, fá-lo-á com plena jurisdição.

O Governo, por seu turno, considerará e será o único juiz da sua representação perante a Assembleia de República e cumprirá estritamente as obrigações regimentais.

**O Sr. Presidente:** — Têm a palavra o Sr. Deputado José Luís Nunes.

**O Sr. José Luís Nunes (PS):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O que estamos a discutir, se bem entendo, é a aprovação ou rejeição de uma comissão de inquérito em relação a factos que o CDS classifica no seu requerimento inicial.

Isso vai ser votado.

Ao Governo compete decidir a forma como entende estar aqui representado. Constitucional, jurídica e politicamente essa forma é suficiente. E sendo-o, não se vê que com esse fundamento haja razões para modificar a ordem de trabalhos.

Não se descortina também porque não foram invocados quaisquer outros fundamentos.

Como a ordem de trabalhos só pode ser modificada por consenso de todos os grupos, desde já dizemos a VV. Ex.º, Srs. Deputados, que não damos o nosso consenso a essa modificação.

**O Sr. Presidente:** — Sr. Deputado Nogueira de Brito, creio que está suficientemente esclarecido sobre a situação e, portanto, dar-lhe-ia a palavra para iniciarmos a apreciação do projecto de resolução apresentado pelo CDS.

**O Sr. Nogueira de Brito (CDS):** — Sr. Presidente, agradeço imenso a V. Ex.º que me tenha dado a palavra.

Na verdade, não sou eu quem vai iniciar a exposição da matéria respeitante ao pedido de inquérito, mas sim o meu colega de bancada Narana Coissoró.

No entanto, aproveitaria a palavra para informar a Câmara de que realmente não estamos esclarecidos, antes pelo contrário. E não o estamos nesta perspectiva, Sr. Presidente: o Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares já nesta Câmara teve ocasião de protestar veementemente, quando integrado no Grupo Parlamentar da UEDS, nesta matéria concreta da presença e da representação do Governo.

É certo que o Sr. Secretário de Estado, bom conhecedor do regimento, invocou-o correctamente. O problema é que esta questão não é propriamente regimental, mas sim fundamentalmente política, pois prende-se com as relações, que se pretendem correctas, do Governo com a oposição.

Repto que isto não envolve qualquer desprimor para com os Srs. Secretários de Estado presentes nesta sessão.

Sr. Presidente, a questão que punhamos à consideração dos deputados desta Assembleia e, designadamente, dos que integram a maioria apoianta do Governo é a seguinte: ou alteramos a ordem de trabalhos, passando a segunda parte da ordem do dia para o lugar que deveria ser ocupado pela primeira parte, ou, então, perdemos hoje 1 hora dos nossos trabalhos (já é meio-dia) e reiniciamos os trabalhos às 15 horas, na perspectiva de podermos então contar com a presença do Sr. Ministro de Estado Almeida Santos, que é responsável por este pelouro da RTP.

É esta proposta, tão simples, que permitiria, com certeza, um esclarecimento mais completo das questões, afastando também a ideia de que alguém está a procurar fugir a um assumir total de responsabilidades perante a Câmara, que nós fazemos. Trata-se de uma solução simples, correcta e, por isso, Sr. Presidente, a sua rejeição não constitui para a minha bancada um esclarecimento da situação, mas antes um obscurecimento da situação.

**O Sr. Presidente:** — Srs. Deputados, estamos com efeito a ultrapassar, digamos assim, o período da ordem do dia.

A ordem do dia foi aprovada nestas circunstâncias ou com este calendário em reunião dos grupos parlamentares e só pode ser alterada ou mesmo suspenso este período da manhã, o que implica uma alteração da ordem do dia, com o consentimento de todos os grupos parlamentares.

Creio que o CDS sabe que é assim e, portanto, julgo que devemos entrar imediatamente na discussão da primeira parte da ordem do dia, dado que não existe um consenso para a alterar em qualquer sentido nem sequer para suspender imediatamente a sessão e para a retomarmos às 15 horas, o que necessitaria também, em meu entender, de um consenso de todos os grupos parlamentares.

Tem a palavra o Sr. Deputado Marques Mendes.

O Sr. Marques Mendes (PSD): — Sr. Presidente, quero tão somente, e a propósito desta matéria, reafirmar o que V. Ex.<sup>a</sup> já salientou, que quanto à alteração da ordem de trabalhos não há consenso e, portanto, não vale a pena prosseguir.

A questão que se levantou na conferência de líderes foi um problema de tempo para o Governo, não se falando neste ou naquele membro do Governo.

Que me conste, os Secretários de Estado são constitucionalmente membros do Governo. Daí que estejam reunidas as condições para podermos prosseguir o debate. Tanto mais que está presente, inclusivamente, o Secretário de Estado que superintende também na matéria em causa.

Desta forma estamos é a protelar aquilo que é importante.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado José Luís Nunes.

O Sr. José Luís Nunes (PS): — Sr. Presidente, este debate tinha sentido até ao momento em que o Grupo Parlamentar Socialista declarou que considerava questão fechada a mudança da ordem de trabalhos.

A partir deste momento, este debate não pode continuar a ser travado e V. Ex.<sup>a</sup>, salvo o devido respeito, deve começar a tratar o problema que nos ocupa, que é a comissão de inquérito proposta pelo CDS.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, já tinha dito isso mesmo, mas se me vão pedindo a palavra sucessivamente tenho de a dar.

Tem a palavra o Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares.

O Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares: — Sr. Presidente, o Governo não quer eternizar este debate e, portanto, submete-se à decisão da Câmara.

Gostava apenas de esclarecer o Sr. Deputado Nogueira de Brito, que invocou anteriores protestos meus.

O Sr. Deputado não estava, de facto, nessa altura na Câmara.

É verdade que protestei muito na anterior sessão legislativa, mas nunca o fiz sobre esta matéria. Há precedentes, sem dúvida, mas tratava-se de uma interpelação, que não é a mesma coisa que um inquérito parlamentar.

Gostaria apenas de concluir, dizendo que se a exigência da presença do Sr. Ministro de Estado não é desprimo para os Secretários de Estado presentes,

decreto que a presença destes também não é desprimo para o CDS.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, penso que não podemos continuar nesta discussão, uma vez que estamos todos esclarecidos sobre o assunto.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Brito.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Sr. Presidente, pedi a palavra porque se suscitou a questão de saber se havia acordo dos diferentes partidos e grupos parlamentares para a alteração da agenda.

Estamos a tratar de uma questão política e as posições políticas são muito importantes.

Pedi a palavra para declarar que o PCP é favorável à pretensão do CDS. Isto é, compreendemos perfeitamente que o debate que vamos travar deverá ser feito em circunstâncias politicamente correctas com o Sr. Ministro de Estado. Todos recordamos o texto constitucional e sabemos que ele é que é responsável politicamente perante a Assembleia da República e não os seus secretários de estado, que o substituem. Desta maneira, ele é que deveria estar aqui.

Apoiamos a pretensão do CDS de que o debate se trave com a presença dele e pensamos que se o debate se travar sem ele, isso tem implicações e consequências políticas. Esta é a nossa posição.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Agradeço o esclarecimento do Sr. Deputado Carlos Brito, mas, como sabe, só pode ser alterada a ordem do dia por unanimidade, a qual não se verifica.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nogueira de Brito.

O Sr. Nogueira de Brito (CDS): — Sr. Presidente, queria interpelar novamente a Mesa.

Neste sentido gostaria que a Mesa obtivesse do Governo informação sobre se a ausência do Sr. Ministro de Estado é involuntária, devida apenas à circunstância de o Sr. Ministro se encontrar em Conselho de Ministros, ou se é uma ausência premeditada, isto é, o Sr. Ministro não tenciona estar presente neste debate, mesmo que tenha possibilidade de o fazer.

Usaremos o Regimento, conforme temos direito, em conformidade com a resposta que o Governo, aqui representado pelos Srs. Secretários de Estado, nos der a esta questão.

Ficava muito grato se o Sr. Presidente obtivesse informação sobre esta questão, através dos Srs. Secretários de Estado aqui presentes.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, a Mesa não pode fazer a pergunta que o Sr. Deputado lhe pede, porque se recusa a admitir que o Sr. Ministro não esteja aqui senão por razões que são perfeitamente aceitáveis. Daí que não admite sequer a hipótese de o Sr. Ministro se recusar a participar nos trabalhos da Câmara.

O Governo está representado, há condições para se prosseguir o debate e daí que eu pense que o devemos fazer, para não protelar ainda mais esta interrupção formal que o Sr. Deputado apresentou.

Tem a palavra o Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares.

**O Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares:** — Eu nunca poderia deixar de responder afirmativamente a um apelo do Sr. Deputado Nogueira de Brito, embora seja uma forma de estar a protelar este debate e de permitir que o ponteiro se vá aproximando paulatinamente das 13 horas. Mas naturalmente que não permitiria que se retirassem ilações políticas do nosso silêncio.

Sr. Deputado Nogueira de Brito, as questões são muito claras em termos políticos e jurídicos. O artigo 180.º da Constituição prevê que é direito dos ministros comparecerem às reuniões plenárias da Assembleia da República. Podem ser coadjuvados ou inclusivamente ser substituídos pelo secretários de estado, podendo uns e outros usar da palavra nos termos do Regimento.

Esta é a redacção decorrente da revisão constitucional, aprovada, aliás, com o apoio do seu partido.

Os secretários de Estado que estão aqui presentes têm uma delegação de poderes, como prevê, de resto, a Constituição.

Como sabe, a Lei Orgânica do Governo não atribui aos secretários de Estado competência política própria. Esta é-lhes, contudo, conferida por delegação de poderes. Essa delegação de poderes existe, quer para o Secretário de Estado que assegura as relações com o Parlamento, quer para o Secretário de Estado Adjunto do Ministro de Estado, que tem como incumbência a tutela sobre o sector da comunicação social.

Portanto, quanto à questão que o Sr. Deputado levantou sobre o *animus* do Sr. Ministro de Estado de não estar presente nesta Câmara, já dei a explicação que tinha a dar sobre a sua ausência, em virtude da realização da reunião do Conselho de Ministros. Além disso, permito-me invocar o respeito que o Sr. Ministro Almeida Santos sempre nutriu por esta Câmara, como deputado e como ministro, como penhor da sua atitude neste momento e como justificação cabal para o Sr. Deputado Nogueira de Brito.

**O Sr. Nogueira de Brito (CDS):** — Sr. Presidente, estou satisfeito com a explicação.

Posto isto, o meu grupo parlamentar, ao abrigo do Regimento, pede a suspensão da sessão por 30 minutos.

**O Sr. Presidente:** — É regimental. Está concedida a interrupção.

*Eram 12 horas e 15 minutos.*

**O Sr. Presidente:** — Está reaberta a sessão.

*Eram 12 horas e 50 minutos.*

**O Sr. João Corregerod da Fonseca (MDP/CDE):** — Sr. Presidente, peço a palavra para, ao abrigo das disposições regimentais, solicitar a interrupção da sessão por 15 minutos.

**O Sr. Presidente:** — Está concedida a interrupção da sessão, Sr. Deputado.

Recomeçaremos os nossos trabalhos às 15 horas.

*Seguidamente a sessão foi suspensa.*

**O Sr. Presidente:** — Srs. Deputados, está reaberta a sessão.

*Eram 15 horas e 35 minutos.*

**O Sr. Presidente:** — Srs. Deputados, está em discussão a apreciação do projecto de resolução n.º 5/III, do CDS, que diz respeito ao inquérito parlamentar sobre a situação que se vive actualmente na RTP.

Tem a palavra o Sr. Deputado Narana Coissoró.

**O Sr. Narana Coissoró (CDS):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Quando em 3 de Fevereiro o CDS requereu o inquérito parlamentar sobre a situação em que se encontra e vive a RTP, E. P., sabia perfeitamente que esta iniciativa vinha de encontro às preocupações sentidas pela generalidade dos portugueses que dia após dia assistem a uma autêntica escalada por parte do governo PS-PSD visando o domínio total e indisfarçado de todos os meios de informação estatizados. O que não sabíamos era que em poucas semanas após o anúncio desta nossa iniciativa o clamor contra a política escandalosa e antidemocrática do Governo no sector da comunicação social, e especialmente quanto à RTP, subisse tão alto, a ponto de as instituições como a Igreja, os outros órgãos de soberania, como o Presidente da República, as centrais sindicais e os sindicatos, os clubes desportivos, e principalmente clubes de futebol, os analistas políticos de vários quadrantes e os próprios militantes prestigiados dos partidos da maioria, com a autoridade que comumente lhes é reconhecida nos assuntos de informação, se vissem obrigados a vir a terreiro para condenarem com veemência e preocupação este estado de coisas, fazendo-se eco do profundo mal-estar que prepassa a sociedade portuguesa.

**Vozes do CDS:** — Muito bem!

**O Orador:** — A degradação administrativa e o descalabro financeiro, o facciosismo e a mediocridade da programação na RTP atingem hoje níveis mais baixos de sempre e o descrédito em que caiu é de tal forma que numa recente sondagem Norma/Semanário indicava que 61,8 % da população só em parte acredita no que vê ou ouve na televisão, sendo apenas 4 % a percentagem que deve corresponder aos incondicionais da coligação — a faixa dos que a aceitam como expressão da verdade. A mesma sondagem revolou também que os juízos negativos superam os positivos quando se compararam os programas de Fevereiro de 1983 aos de igual mês do ano de 1984 e que 73 % gostariam de ter canais de televisão não pertencentes à RTP, E. P., como, aliás, propõe desde há muito o nosso partido.

**O Sr. Nogueira de Brito (CDS):** — Muito bem!

**O Orador:** — O Telejornal, que desde sempre figura entre os primeiros 2 ou 3 programas da preferência dos espectadores, ocupa agora o 7.º lugar, tal é a aversão provocada pela desinformação que chega a nossas casas. Como dizia há poucos dias o Sr. Deputado Francisco Lucas Pires, «em Portugal, infelizmente, o poder trabalha demasiado para a informação e a informação trabalha demasiado para o poder. O Governo tem-se tornado, sobretudo, um acontecimento televisivo e a televisão, por sua vez, um departamento governativo».

**Sr. Presidente, Srs. Deputados:** Em Junho de 1980 o actual Primeiro-Ministro e então líder da oposição

à AD, num discurso proferido nesta Sala e perante os deputados desta Câmara, dizia as seguintes palavras, que pode agora o CDS fazer suas para justificar o inquérito parlamentar que está hoje e aqui em debate. Na transcrição que se segue apenas vou substituir um palavra, o PS pelo CDS, mantendo literalmente todo o resto de tão importante quanto saboroso libelo soarista:

O CDS acusa o actual Governo de hegemonização e controle ilegal dos órgãos de comunicação social estatizados para, por via deles, procurar adormecer e manipular a opinião pública em favor dos seus designios políticos, prática esta que afecta gravemente um dos principais direitos políticos do cidadão — o direito a uma informação livre e objectiva — e fere muito concretamente o princípio constitucional consignado no artigo 39.º que dispõe que «os meios de comunicação social pertencentes ao Estado ou a entidades directa ou directamente sujeitas ao seu controle económico serão utilizados de modo a salvaguardar a sua independência perante o Governo e a administração pública» ... Trata-se de denunciar uma prática abusiva que visa o controle por parte do Governo dos órgãos de comunicação estatizados ... uma prática que pretende subtilmente condicionar a opinião, atingindo de facto a liberdade de opção política e social dos cidadãos portugueses.

Esta transcrição é elucidativa da incoerência e da hipocrisia do actual Primeiro-Ministro, porquanto há 4 anos, invocando factos fantasiosos, apresentava-se o Sr. Mário Soares como o grande arauto e defensor da independência dos órgãos estatizados da comunicação social perante o poder político e a Administração. Hoje, o mesmo Sr. Mário Soares, investido nas funções de chefe do Governo, é o principal responsável pelo servilismo e politização da RTP perante o Governo e o principal interessado em transformar esta empresa pública numa emanação do seu gabinete, transformando-a no principal instrumento de propaganda da sua candidatura presidencial.

*Aplausos do CDS.*

*Protestos do PS.*

É ele o chefe da oposição de ontem e o Primeiro-Ministro de hoje que, para afirmar sem rebuço e sem temor o seu controle político, administrativo e económico sobre a RTP, escolheu um presidente que não tem outras qualidades senão de confiança política e pessoal do Primeiro-Ministro, dando-lhe solenemente posse na sua residência oficial, assistido de todo o Executivo, cerimónia que, pela sede onde teve lugar e a personalidade do empossado era anunciadora da total governamentalização deste poderoso meio de informação pública.

*Vozes do CDS: — Muito bem!*

**O Orador:** — Apresentado como independente, o Sr. Palma-Ferreira cedo começou a revelar as suas virtudes de docilidade e subordinação, que o Sr. Primeiro-Ministro tanto preza, a ponto de ser acusado pelo seu colega Torres Pereira, nas declarações prestadas ao semanário *Expresso* de 28 de Janeiro de

1984, de «o presidente partidarizar totalmente a empresa, realizar uma colagem ao PS e pôr em causa um conceito de televisão independente».

Esta acusação do gestor social-democrata, recrutado ele próprio por critérios partidários, não é isolada e reflecte o lamentável ambiente interno que intoxica o arranha-céus da 5 de Outubro. Se o Primeiro-Ministro tem o despudor de transformar a RTP no megafone do seu partido e da sua política, os restantes gestores — comissários políticos dos partidos da coligação — tentam desesperadamente aumentar as respectivas clientelas e estabelecer estruturas paralelas à custa de perseguições e saneamentos dos trabalhadores pertencentes a outros partidos. É raro o dia em que não se assiste ao chorrilho de acusações mútuas entre os gestores do PS e os gestores do PSD, aos insultos públicos e, não raras vezes, conforme nos é relatado pelos trabalhadores, a cenas de pugilato entre gabinetes; se juntarmos a isto as nomeações em vários níveis para curto-circuitar a cadeia hierárquica interna da empresa, teremos a ideia do ambiente irrespirável e irresponsável em que se movimentam mais de 3000 trabalhadores da RTP: a desautorização da hierarquia e os saneamentos selectivos geram no pessoal desmotivação e desgosto. A destituição do director-coordenador de programas, ainda por explicar, parece ser o primeiro passo para afastar todos quantos não forem considerados úteis para a política governamental e para a campanha presidencial do Sr. Primeiro-Ministro. Como se lê no comunicado dos trabalhadores democratas-cristãos da RTP, «as declarações sem nexo e reveladoras de demagogia e de desrespeito por aqueles que trabalham e que aqui angariam o sustento dos seus filhos constituem quotidianas intimidações para os trabalhadores, enquanto não se compreende a perdulária gestão de recursos financeiros».

Em suma, a partidarização e o clientelismo descarado na política de pessoal e a anarquia financeira, conjugada com o encaminhamento de dinheiros para alguns apaniguados da coligação, como forma de pagamento dos serviços prestados para a última campanha eleitoral e quiçá para a próxima campanha presidencial, constituem hoje os grandes pilares sobre que assenta a política de informação do governo PS-PSD no tocante aos meios áudio-visuais de comunicação social.

**Vozes do PS:** — Não apoiado!

**O Orador:** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Esta situação que, em traços muito largos e sumários, ficou aqui descrita é sintomática da política de informação deste governo, aliás bem traduzida no anteprojecto de lei de imprensa que o Sr. Ministro de Estado Almeida Santos apresentou recentemente ao País. Na verdade c à semelhança do que acontece com os seus congénères no sul da Europa, os socialistas portugueses, com a cumplicidade do PSD, utilizam a televisão como o principal sustentáculo do seu frágil governo. Sem uma política global capaz de responder aos gravíssimos problemas do País, sem coerência ideológica, submersos em profundas contradições internas, este governo apresenta-se cada vez mais isolado perante a opinião pública e a generalidade dos portugueses.

*Aplausos do CDS.*

E quanto mais se afasta do seu primitivo apoio eleitoral e social, aperta numa asfixia de defesa os nós do controle de todos os pontos chaves da televisão e da radiodifusão e da imprensa escrita, instrumentalizando-os e transformando-os em aparelhos ideológicos de reanimação do socialismo e do seu governo e em aparelho privilegiado de campanha eleitoral do secretário-geral do PS.

Na verdade, nunca como agora a dependência da televisão face ao Governo, designadamente ao gabinete do Primeiro-Ministro, e face aos partidos da coligação foi tão evidente e chocante. É constante a queixa por parte de jornalistas e outros profissionais da informação de ingerência dos ministros na programação, nos noticiários, nas reportagens e nas entrevistas por eles próprios dadas a todos os órgãos de comunicação social. De um lado, é o Ministro da Educação, que fabrica o programa-pirata intitulado Evocação de Sá Carneiro, que provocou a generalizada repulsa do País e mesmo do PSD oficial pelo seu facciosismo, manipulação, mentira e desprestígio de quem é considerado, segundo revela uma sondagem publicada há dias, como o melhor Primeiro-Ministro e estadista que a Revolução deu a conhecer ao País.

*Aplausos do CDS.*

Outro membro do Governo impede um jornalista de lhe fazer determinadas perguntas no fim da sua viagem pelo estrangeiro, impondo assim uma censura interrogativa. Do Gabinete do Primeiro-Ministro saem avisos para não ser exibida tal como tinha sido filmada a reportagem sobre a espera dos sindicalistas frente ao palacete de S. Bento e a mais demagógica propaganda pessoal do Dr. Mário Soares a propósito de tudo e de nada, servindo o *écran* da televisão como o espelho dos Ministros e outros Membros do Governo nas suas deambulações pelo País. O exemplo da cobertura das chamadas comemorações oficiais do 10.º Aniversário do 25 de Abril fala por si e constitui uma prova provada de como o Governo vem utilizando o seu monopólio para monopolizar a televisão para encher os olhos do povo com falsas imagens e falsos discursos.

*Aplausos do CDS.*

**Sr. Presidente, Srs. Deputados:** No requerimento que apresentámos para a realização do inquérito parlamentar são arroladas duas dezenas de factos concretos reveladores da dependência da RTP face ao Primeiro-Ministro, da ingerência governamental na programação e na informação diariamente veiculadas, da censura sob variadas formas que se exerce sobre a actividade dos partidos da oposição e outros órgãos de soberania e da subordinação da RTP aos desígnios políticos da coligação PS-PSD, conjugados com a partidarização das estruturas administrativas e consequente saneamento selectivo dos técnicos e trabalhadores que não se identificam com os processos e ideologias que hoje ali imperam.

Quanto à violação do estatuto da oposição e à representatividade e proporcionalidade dos tempos atribuídos, respectivamente ao Governo, aos partidos que o apoiam e aos partidos da oposição, em 7 meses, que vão de Junho a Dezembro de 1983, os tempos oficiais

da RTP foram os seguintes: Governo, 18 horas, 33 minutos e 54 segundos.

**Vozes do PS:** — É pouco!

**O Orador:** — São estatísticas oficiais fornecidas pela própria RTP.

O PS tem 2 horas, 53 minutos e 49 segundos; o PSD tem 2 horas, 49 minutos e 54 segundos; o PCP tem 1 hora, 55 minutos e 23 segundos; o CDS — face às 18 horas do Governo — tem 1 hora, 49 minutos e 41 segundos.

**O Sr. César Oliveira (UEDS):** — Ainda é muito!

**O Orador:** — Estes números documentam, como se dissesse, uma frontal violação do artigo 8.º do Estatuto da Oposição, que confere aos partidos da oposição parlamentar — e não aos que apoiam o Governo — o direito de antena na TV em igualdade de circunstâncias com o Governo.

*Aplausos do CDS.*

Também decorrido hoje quase 1 ano sobre a investidura deste governo, nunca mais a RTP provocou qualquer mesa redonda entre os partidos da maioria e os da oposição sobre os temas candentes da sociedade portuguesa, como era frequente e habitual durante os governos da AD.

*Aplausos do CDS.*

**O Sr. Hasse Ferreira (UEDS):** — O Proença de Carvalho era um democrata!

**O Orador:** — Além dos factos denunciados no requerimento, que serão objecto de inquérito — embora não limitado apenas àqueles factos, mas que serão também de outros factos que revelaremos em seguida —, poderemos acrescentar também novos casos de manipulação dos principais acontecimentos nacionais, que ficaram bem registados nas palavras do antigo deputado socialista Arons de Carvalho: «Só lamento que o PS tenha tido na oposição posições extremamente correctas, defendendo a independência da comunicação social estatizada face ao poder político, e não tenha sido capaz de, agora no poder, assumir com coerência as propostas e as opiniões que então veiculou».

*Aplausos do CDS.*

Podemos ainda acrescentar a forma rocambolesca e contraditória, segundo as reportagens dos jornais, como vem sendo processada a demissão — sempre agradável, porque é demissão — do presidente do conselho de gestão da RTP, depois de tantas e evidentes provas dadas quanto à sua incompetência e inaptidão para o exercício do cargo que, infelizmente, ocupou durante alguns meses. É, sem dúvida, o primeiro resultado palpável e feliz do nosso inquérito parlamentar.

*Aplausos do CDS.*

Poderíamos ainda acrescentar casos de cortes de partes substanciais de depoimentos solicitados a algumas individualidades ou de manipulação dos textos

através de montagens que desvirtuam o seu sentido real, tornando-os inócuos ou acríticos em relação à política governamental.

Todos estes factos, com as respectivas provas indiciárias documentais ou testemunhais, serão apresentados perante a comissão de inquérito, para que sejam devidamente ponderados e o Governo e a RTP responsabilizados pelas suas condutas e práticas anti-democráticas, extraíndo-se daí todas as consequências políticas que a Assembleia da República está em posição de tirar e que se impuserem perante os resultados obtidos. Por isso, no caso de aprovação do nosso requerimento de inquérito pela Assembleia da República, iremos também submeter à apreciação da Câmara a proposta de constituição de uma comissão para eventual averiguação e valoração dos factos que ficaram expostos.

Como disse no início desta intervenção, hoje não é apenas o CDS que verbera a política de informação do Governo. É o País inteiro que pretende o esclarecimento cabal e global sobre as relações entre o Governo e a RTP e a própria actuação da RTP face à informação e formação da opinião pública em Portugal. Acompanham o CDS outras forças institucionais e a grande maioria da população e — porque não? — os próprios partidos da maioria, que deverão ser os primeiros interessados no esclarecimento da verdade mediante a realização deste inquérito, que honrará a Assembleia da República e dignificará os seus deputados perante os seus eleitores.

#### *Aplausos do CDS.*

O Sr. Presidente: — Para formular pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Octávio Cunha.

O Sr. Octávio Cunha (UEDS): — Sr. Deputado Narana Coissoró, não contestamos que têm sido praticadas muitas arbitrariedades por parte dos órgãos de informação, em particular da televisão, no que diz respeito à utilização democrática do tempo de emissão. A primeira vez que tivemos acesso directo à televisão foi no dia 25 de Abril deste ano e aproveitámos os nossos 10 minutos com a acuidade e urgência que eram necessárias em relação a assuntos tão importantes como aqueles que foram desenvolvidos pelo nosso camarada Lopes Cardoso.

Porém, creio que a crítica que o Sr. Deputado Narana Coissoró faz é demasiado globalizante e injusta. Gostaria de lhe lembrar que o Sr. Dr. Proença de Carvalho era um «enorme democrata» que vezes sem conta nos deu acesso à televisão. Lembrar-lhe-ei também que, de facto, V. Ex.<sup>a</sup> comete uma enorme injustiça em relação aos profissionais da informação, e aproveito para citar as palavras do Sr. Deputado Lucas Pires, que disse que «a informação trabalha demasiado para o poder».

V. Ex.<sup>a</sup> mete, rapidamente, no mesmo saco todos os profissionais da informação, quando muitos desses sérios profissionais, de facto não trabalham demasiado para o poder. Com os meios que possuem, que muitas vezes são poucos, com a formação que lhes é fornecida, que muitas vezes é má, com as condições de trabalho e, sobretudo, com os vencimentos que têm e que, como se sabe, são miseráveis, eles tentam fazer aquilo que melhor sabem e podem. E isto, independen-

temente das correntes políticas que os jornalistas defendem.

Portanto, parece-me que é injusto dizer-se que a informação trabalha demasiado para o poder. A informação trabalha demasiado mal nas condições que lhe são fornecidas.

O Sr. Hasse Ferreira (UEDS): — Muito bem!

O Orador: — O CDS tem tão mau conceito dos profissionais da informação, dos jornalistas da televisão, da rádio e da informação escrita que lhe permite trazer aqui afirmações de tanta gravidade, já que põe em causa a dignidade dos jornalistas e deixa entender que por detrás há uma grande corrupção, a que eles estão sujeitos e a que se prestam?

Vozes da UEDS e do Deputado do PS Igrejas Caciro: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Narana Coissoró, há mais oradores inscritos para formularem pedidos de esclarecimento. V. Ex.<sup>a</sup> deseja responder já ou no fim?

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Sr. Presidente, creio que as críticas da UEDS não se confundirão com as dos partidos da maioria. Portanto, pelo tom desta crítica, prefiro responder imediatamente ao Sr. Deputado Octávio Cunha.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Sr. Deputado Octávio Cunha, registo que o partido de V. Ex.<sup>a</sup> não contesta as arbitrariedades que se passam na Televisão.

Porém, quero dizer-lhe que não fui eu quem estabeleceu a distinção entre os trabalhadores e os patrões. Os patrões são hoje do PSD/PSD e os trabalhadores são os que não concordam com essas práticas manipuladoras. Eu próprio disse que, presentemente, 3000 trabalhadores da RTP estão a viver a angústia e o desgosto de ver como é que os patrões do PSD, nomeados pelo Governo, os comissários políticos, os estão a tratar.

Portanto, essa crítica não se dirige a mim. V. Ex.<sup>a</sup> deve, pois, perguntar ao Governo, que se encontra presente, porque é que os patrões se comportam tão mal perante 3000 trabalhadores da RTP.

O Sr. Raul Rêgo (PS): — Os comissários políticos são da AD!

O Sr. Octávio Cunha (UEDS): — Sr. Presidente, peço a palavra para um protesto.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Octávio Cunha (UEDS): — Sr. Deputado Narana Coissoró, V. Ex.<sup>a</sup> não respondeu à questão que lhe formulei.

Na verdade, se V. Ex.<sup>a</sup> quer fazer uma crítica com limpidez, clareza e dignidade, faça-a, pois tem direito a fazê-la, e até dispõe de meios e informações que lho permitem. Porém, nessa altura, terá também de

fazer uma autocritica a si próprio e ao seu partido pelo tempo em que também esteve à frente da gestão da RTP.

O Sr. Lucas Pires (CDS): — Quando é que isso foi?

O Sr. Presidente: — Para contraprotestar, se assim o desejar, tem a palavra o Sr. Deputado Narana Coissoró.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Sr. Deputado Octávio Cunha, o CDS nunca teve nenhum dos seus militantes como presidente da RTP. Pelo contrário, foram pessoas da área do PS — que inclusivamente promoveram a candidatura do Dr. Mário Soares dentro do Congresso do PS — que estiveram à frente da RTP.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Para formular pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Lage.

O Sr. Carlos Lage (PS): — Sr. Deputado Narana Coissoró, tínhamos previsto que este pedido para a constituição de uma comissão parlamentar de inquérito iria decorrer serenamente, visto que já tínhamos anunciado a disposição de o votar favoravelmente.

Porém, o Sr. Deputado, que tantas surpresas agradáveis nos tem causado, agora trouxe-nos uma surpresa desagradável!

Depois de um texto do pedido de constituição da comissão parlamentar de inquérito confuso, desigual e heteróclito, que mais parece uma moção, o Sr. Deputado faz uma intervenção que, em vez de justificar correctamente o pedido da criação de uma comissão parlamentar de inquérito, é uma exposição farricosa, febrilmente, quase furiosa, contra a política governamental, atacando em particular e privilegiando o Sr. Primeiro-Ministro nos seus ataques.

Em primeiro lugar, esta diatribe contra o Sr. Primeiro-Ministro baseia-se em factos manifestamente deturpados, em interpretações tendenciosas que não atingem a sua dignidade mas, que, pelo contrário, prejudicam a dignidade do Sr. Deputado Narana Coissoró, ao fazer uma intervenção que se deveria pautar pela objectividade, pela lucidez e pela serenidade.

Permitam-me que parafrase Emanuel Krant, que dizia que «o homem saiu finalmente da sua minoridade culpada». Porém, o CDS, hoje, pela voz do Sr. Deputado, parece ter saído da sua minoria culpada, visto que, como já aqui foi salientado, há antecedentes no comportamento do CDS quando estava no Governo que, pelo menos, deviam dar-lhe algum sentido de medida e algum equilíbrio para não fazer uma intervenção nos termos em que fez.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Não temos receio dos resultados obtidos através do trabalho de uma comissão parlamentar de inquérito, pois, como já dissemos muitas vezes, tanto nós, deputados socialistas, como os membros que integram o Governo, somos contrários a qualquer dirigismo informativo e cultural, que outros não recusaram.

A comissão parlamentar de inquérito que vamos apoiar deverá realizar o seu trabalho com serenidade e apurar factos, evitando desde já juízos de valor antecipados e condenações feitas em termos altisonantes e um pouco enervados, como fez o Sr. Deputado Narana Coissoró.

*Aplausos do PS.*

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Narana Coissoró, há mais oradores inscritos para formular pedidos de esclarecimentos.

V. Ex.<sup>a</sup> deseja responder já ou no fim?

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — No fim, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Então, tem a palavra o Sr. Deputado Hasse Ferreira.

O Sr. Hasse Ferreira (UEDS): — Sr. Deputado Narana Coissoró, V. Ex.<sup>a</sup> não considera que o recente consulado de Proença de Carvalho na RTP foi um dos períodos mais negros da história da televisão portuguesa, que culminou, aliás, com atitudes graves e ridículas, como as que, entre outras, visaram Júlio Isidro e Herman José já em período próximo das eleições, e que fizeram com que VV. Ex.<sup>as</sup> abandonassem o Governo — o que já foi bom!?

V. Ex.<sup>a</sup> não se lembra que no Conselho de Informação para a Televisão os representantes do CDS, salvo casos que foram clamorosas exceções, deram larga cobertura à gestão Proença de Carvalho — apesar de um seu brioso representante ter participado num «monumental» inquérito à gestão televisiva, que abrangeu mais de 100 reuniões —, tendo boicotado e votado contra a generalidade das propostas, críticas e recomendações feitas aí para a televisão?

O Sr. Igrejas Caeiro (PS): — Muito bem!

O Orador: — E o mesmo se passou quanto aos inquéritos pedidos na Assembleia da República. Que memória tão curta!

Qual é, pois, a moralidade do CDS que vê o argueiro no olho do vizinho Palma — e considero que não será só um argueiro —, mas não viu a trave nos olhos do amigo Proença?

V. Ex.<sup>a</sup> não se recorda que foi Proença de Carvalho quem despediu José Mensurado? Também não se recorda, Sr. Deputado, que foi o líder do seu partido, o Dr. Lucas Pires — aliás, um político de invulgar gabarito —, quem defendeu que em vez de gestores públicos houvesse comissários políticos para as empresas públicas?

Para não alargar mais este pedido de esclarecimento e para não gastar o magro tempo que compete a um tão gordo deputado, gostaria apenas de lamentar o facto de em relação ao CDS a televisão não lhe dar mais tempo de emissão. Por exemplo, em relação ao recente debate parlamentar sobre a interpelação do CDS que, obviamente, enfraqueceu a própria posição do seu partido, lamento que a televisão não tenha dado mais tempo ao CDS. Portanto, é bom que a televisão vos dê mais tempo de emissão, para que os Portugueses se apercebem da inconsistência concreta da vossa alternativa actual.

Como dizia há pouco um camarada meu e dos mais ilustres, «quanto mais falam, mais se enterram» — desculpem a franqueza!

*Aplausos do PS.*

O Sr. Presidente: — Também para formular pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Magalhães Mota.

O Sr. Magalhães Mota (ASDI): — A primeira questão é extremamente simples. O Sr. Deputado Narana Coissoró, ao longo da sua intervenção, falou várias vezes da calamitosa situação financeira da RTP. Os dados ainda não são públicos, mas, em todo o caso, gostaria que o Sr. Deputado me confirmasse ou negasse que a gestão Proença de Carvalho na RTP se traduziu num prejuízo aproximado da ordem de 1,5 milhões de contos, mais rigorosamente, 1 300 000 contos, de que, designadamente, grande parte corresponde à tentativa de informação ou desinformação feita ao longo da programação realizada nesse período de gestão da RTP.

A segunda questão que queria colocar a V. Ex.<sup>a</sup>, e porque é extremamente fácil fazer acusações ou, como dizia Tchekhov, «tornamo-nos santos à custa dos pecados alheios», é esta: estará o CDS disposto a alargar o âmbito do seu pedido de inquérito em relação a todas as gestões da RTP?

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado José Vitorino pede a palavra para que efecto?

O Sr. José Vitorino (PSD): — É para pedir um esclarecimento ao Sr. Deputado Narana Coissoró, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. José Vitorino (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O PSD está completamente de acordo quanto à importância da RTP no que se refere à questão informativa e formativa, mas também reconhece que é difícil pôr em funcionamento uma casa como a televisão, submetida, antes e depois do 25 de Abril, a toda uma série de vicissitudes, que a atravessaram como a nenhuma outra em termos da perspectiva democrática pela qual temos lutado.

O PSD sempre defendeu o eficaz funcionamento administrativo da mesma e o adequado saneamento financeiro; sempre pugnou por bons programas, quer para transmitir aqui em Portugal, quer para oferecer aos emigrantes; sempre entendeu que era necessário dar uma outra cobertura a esta Assembleia, que, infelizmente, nunca foi ouvida, no tempo deste Governo ou de outros; e sempre pugnou por um adequado aproveitamento dos muitos e bons profissionais que existem na RTP e que segundo se diz — e é certo — param nas prateleiras a ganhar, alguns deles, muitas dezenas de contos, sendo eles próprios a lamentar-se pelo facto de não terem oportunidade de servir adequadamente o País através da televisão, onde, muitos deles, se formaram.

O PSD tem estas preocupações. Ainda recentemente o Partido Social-Democrata exigiu um melhor funcionamento da mesma e até solicitámos alterações na sua administração.

No entanto, aquilo com o qual o PSD não concorda é com a perspectiva acusatória que aqui foi apresentada pelo representante do CDS. Se o CDS queria apresentar uma acusação formal como aquela que fez, então fazia uma declaração política ou apresentava um voto de protesto. Escusava o CDS de apresentar a linguagem que apresentou e escusava de fazer as acusações que fez. Isso não significa nem a democracia nem serve para um melhor funcionamento da televisão.

VV. Ex.<sup>as</sup> contam com o PSD para o inquérito e contam com o PSD para melhorar o funcionamento da televisão, mas ninguém poderá contar com o PSD para fazer demagogia e para apresentar diabrites de linguagem que não servem a ninguém.

*Risos.*

*Vozes:* — Diabrites??!!.

O Orador: — Perdão, mas enganei-me: é diatribes ...

O Sr. Presidente: — Se o Sr. Deputado Narana Coissoró deseja responder, tem a palavra.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Sr. Presidente, gostava de saber de quanto tempo é que o CDS ainda dispõe.

O Sr. Presidente: — Dispõe de 11 minutos, Sr. Deputado.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Em relação à intervenção do Sr. Deputado Carlos Lage, saliente-se que vem defender a mesma posição que o Governo defende em relação aos órgãos da comunicação social. A única coisa que o Sr. Deputado não sabe, ou parece ignorar, é que os deputados não são nomeados pelo Sr. Primeiro-Ministro. Tenham VV. Ex.<sup>as</sup> serenidade e calma, não façam ondas, não se exalte, pois a comunicação social é vossa e, por isso, há que moderar a linguagem e tudo correrá bem para o vosso partido e para a coligação.

Naturalmente que não é este o nosso papel. O nosso papel é acusar a maioria pelos erros que produz. Pode ser que algumas das críticas tenham veemência, algum exagero ou seja caricatura, mas, naturalmente, a maioria não pode esperar de nós a docilidade ou luvas brancas para esconder mãos sujas. Por isso mesmo, nós temos de apresentar uma linguagem que faça sentir à maioria que está no banco dos réus neste campo da comunicação social, pois não deu qualquer argumento para justificar as suas práticas, práticas essas que criticava há 3 ou 4 anos atrás.

E isto que queria dizer o Sr. Carlos Lage em relação aos seus avisos para que esta Assembleia não faça ondas.

Quanto ao Sr. Deputado Hasse Ferreira, quero dizer que o Sr. Proença de Carvalho não é militante do CDS, não foi posto na televisão pelo CDS e são os militantes e analistas políticos, decifradores dos bonecos chineses, que dizem que Proença de Carvalho é o traço de união entre Mota Pinto e Mário Soares.

*Vozes do PCP:* — Dizem, dizem!

**O Orador:** — Por isso mesmo, qualquer crítica à Proença de Carvalho ou à sua gestão tem de ser dirigida aos partidos que promoveram essa união entre Mota Pinto e Mário Soares e aos que promoveram quem irá ser — e já se sabe — o melhor ministro da propaganda para a candidatura presidencial de Mário Soares.

Quanto às outras críticas ...

**O Sr. Lopes Cardoso (UEDS):** — Dá-me licença, Sr. Deputado?

**O Orador:** — Tenho muita pena, Sr. Deputado, mas não posso, pois só dispomos de 11 minutos e temos outras intervenções a fazer. Só se utilizar o tempo de que V. Ex.<sup>a</sup> dispõe.

**O Sr. Lopes Cardoso (UEDS):** — De acordo, Sr. Deputado. Eu queria dizer a V. Ex.<sup>a</sup> que o Sr. Dr. Proença de Carvalho não era ou não é militante do CDS. Foi nomeado num governo de que o CDS fazia parte, mas isso até tem pouca importância. Mas o CDS considerava tão correcta a gestão do Dr. Proença de Carvalho — ou tão incorreta que tinha medo que sobre ela se fizesse o mínimo de luz — que se opôs sempre aos inquéritos à RTP quando o Dr. Proença de Carvalho era presidente do conselho de administração?

Porquê, Sr. Deputado?

**O Orador:** — É simples. O CDS não era o autor da nomeação, não tinha o pelouro da comunicação social, e votar com a oposição contra a solidariedade governamental que havia que respeitar era negar, até, o que ainda hoje dizemos: o Dr. Proença de Carvalho é um milhão de vezes melhor que qualquer outro gestor que passou pela RTP.

#### *Protestos do PS.*

Esta homenagem tem que ser prestada, para que toda a gente a oiça, e não temos medo de a prestar. Agora, não nos competia a nós fazer a defesa ou resistir às acusações contra o Dr. Proença de Carvalho.

Mas a minha bancada diz: se esta Assembleia quiser propor um inquérito separado sobre a administração Proença de Carvalho, nós votaremos a favor desse inquérito, que averiguará a actuação financeira, administrativa e cultural dessa gestão.

#### *Aplausos do CDS.*

O que temos receio — deixem-me confessá-lo — é que seja um primeiro-ministro de hoje a desautorizar este inquérito e correr em defesa do Dr. Proença de Carvalho, como já correu há alguns meses atrás.

Quanto ao Sr. Deputado Magalhães Mota, quero dizer que se V. Ex.<sup>a</sup> requerer, como disse, um inquérito sobre a gestão Proença de Carvalho, pode contar com o nosso voto.

Em relação ao Sr. Deputado José Vitorino ... são coisas do José Vitorino! Muito obrigado pelas suas palavras.

**O Sr. Presidente:** — O Sr. Deputado João Correge-  
dor da Fonseca pede a palavra para que efectue?

**O Sr. João Correge-  
dor da Fonseca (MDP/CDE):** — É para um rápido pedido de esclarecimento, Sr. Presidente.

**O Sr. Presidente:** — Peço desculpa, Sr. Deputado, mas já não pode.

**O Sr. Carlos Lage** pede a palavra para que efectue?

**O Sr. Carlos Lage (PS):** — Para um protesto, Sr. Presidente.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra, Sr. Deputado.

**O Sr. Carlos Lage (PS):** — Quase não se justificava o meu protesto, na medida em que o Sr. Deputado Narana Coissoró, de alguma maneira, reconheceu que cometeu excessos de linguagem, que usou demasiada veemência e como a linguagem — todos sabemos — é inseparável do pensamento, admitiu, assim, que também cometeu excessos de pensamento e que, em raciocínio, foi longe demais.

Mas o Sr. Deputado a determinada altura afirmou que eu e os deputados socialistas éramos meras vozes do Governo, porque nomeados por ele. Essa classificação, Sr. Deputado, não posso deixar de repudiar, porque tanto o meu comportamento como o dos deputados do meu partido demonstram exactamente o contrário. A votação que hoje vamos fazer é também disso uma ilustração.

**O Sr. Presidente:** — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Narana Coissoró.

**O Sr. Narana Coissoró (CDS):** — Sr. Deputado, concordo com o facto de a linguagem ser uma tradução do pensamento e, naturalmente, quando somos veementes é porque o nosso pensamento se revolta contra as práticas antidemocráticas do PS. Daqui a nossa veemência.

**O Sr. César Oliveira (UEDS):** — Está muito marxista, ó Narana!

**O Sr. Presidente:** — O Sr. Deputado Hasse Ferreira pediu a palavra para que efectue?

**O Sr. Hasse Ferreira (UEDS):** — Era para um protesto, Sr. Presidente, mas como temos pouco tempo prescindo.

**O Sr. Presidente:** — O Sr. Deputado José Vitorino pediu a palavra para que efectue?

**O Sr. César Oliveira (UEDS):** — É para uma «diabrite»!

**O Sr. José Vitorino (PSD):** — É para um protesto. A bancada do CDS sempre encontrou da parte da bancada do PSD seriedade e dignidade nas respostas às questões formuladas. Registamos a insolência do Sr. Deputado Narana Coissoró, lamentamo-la, mas as acções ficam para quem as pratica.

#### *Aplausos do PSD.*

**O Sr. Presidente:** — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Narana Coissoró.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Sr. Presidente, eu e os colegas da minha bancada não conseguimos vislumbrar nas palavras do Sr. Deputado José Vitorino qualquer pergunta. O Sr. Deputado apenas fez um arrazoado sobre a dignidade, sobre palavras e sobre tudo o que não vinha a propósito. Portanto, uma coisa que me restava, dentro das boas normas de cortesia ...

*Risos.*

... era agradecer as palavras de V. Ex.<sup>a</sup>

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Lemos.

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — Sr. Presidente, queria fazer uma pergunta à Mesa. Tendo em conta que está previsto a sessão encerrar às 16 horas e 30 minutos e que a minha intervenção demora mais do que 5 minutos, pergunto a V. Ex.<sup>a</sup> se valerá a pena produzi-la agora ou apenas quando os trabalhos forem retomados.

O Sr. Presidente: — A intervenção demora muito mais do que os 5 minutos, Sr. Deputado?

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — Demora cerca de 15 minutos, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Nesse caso, e se os Srs. Deputados estão de acordo, suspendemos agora a sessão e recomeçamos depois da cerimónia que se vai realizar para receber o Sr. Presidente do Conselho de Itália.

Está suspensa a sessão.

*Eram 16 horas e 25 minutos.*

O Sr. Presidente: — Está reaberta a sessão.

*Eram 17 horas e 55 minutos.*

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Lemos.

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — Sr. Presidente, ao abrigo do Regimento, peço o adiamento da sessão por mais 15 minutos.

O Sr. Presidente: — Está concedido, Sr. Deputado.

Está suspensa a sessão.

*Seguidamente a sessão foi suspensa.*

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, está reaberta a sessão.

*Eram 18 horas e 10 minutos.*

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Lemos.

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Como primeira nota, caberá salientar que esta é a terceira vez desde 1980 que a Assembleia da República se encontra confrontada com a questão da realização de

um inquérito à RTP e que só não se avançou mais cedo porque a maioria da AD, maioria em que se integra o CDS, impediu que iniciativas de idêntico teor, apresentadas pelo PCP e pelo PS, pudessem merecer a aprovação desta Câmara.

E é bom que este facto seja lembrado ao CDS no quadro desta sua iniciativa. E caberá perguntar: O que faz correr o CDS? Por quê esta diferença de atitudes enquanto partido do Governo e agora fora dele? Será o facto de já não ter os lugares na administração da RTP, a partir dos quais organizou, deu cobertura e apoiou a actuação escandalosa de controle e manipulação da televisão a favor do Governo, que foi levada à prática pela administração proencista? Será a saudade desses tempos?

E à maioria, designadamente ao Partido Socialista, caberá perguntar se, uma vez chegado ao Governo, cumpriu as promessas feitas, deu corpo às críticas que, enquanto na oposição, dirigia contra os desmandos e o controle praticados pela AD na televisão. A resposta decorre da própria televisão que temos e é certamente negativa. E o PSD? Que posição vai hoje tomar, conhecidos como são as suas responsabilidade nas manipulações da AD e nas manipulações do presente Governo e sabendo-se do seu apetite por uma maior participação no controle da RTP?

Pelo nosso lado fica desde já expresso que votaremos a favor do pedido de inquérito e nos empenharemos para que ele seja levado até às últimas consequências. Aliás, outra não poderia ser a nossa postura, já que desde sempre temos manifestado a frontal oposição ao modo como os sucessivos governos têm transformado a RTP em mera caixa de ressonância das posições governamentais e de divulgação das suas teses.

Com o actual Governo a situação não se alterou, tendo-se mantido, no essencial, os traços negativos herdados da gestão AD. Chega-se ao ponto de ver discutidos nos congressos dos partidos da coligação a repartição das fatias do bolo, a colocação do senhor A ou a saída do senhor B deste ou daquele posto de controle, seja da administração, seja das cadeias hierárquicas de comando, tudo com o objectivo de pôr a RTP ao seu serviço. Como estamos longe, Sr. Ministro Almeida Santos, da prometida universalidade ...

É, de facto, um escândalo o que se vem passando na RTP a que urge pôr termo.

Mas vamos ao inquérito.

Em primeiro lugar tratemos da informação: o traço mais marcante neste domínio é o da monopolização da RTP pelo Governo e partidos do «bloco central», com total subalternização dos partidos da oposição — designadamente o PCP — e do movimento e das lutas dos trabalhadores.

Refira-se a este propósito o facto de o Governo e os partidos PS/PSD, entre Junho e Dezembro de 1983, terem ocupado mais de 24 horas de tempo de antena na RTP 1, enquanto ao PCP foram atribuídas menos de 2 horas.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — É um escândalo!

O Orador: — Os números falam por si e, embora não digam tudo, eles significam muito! E, Srs. Deputados, trata-se de números que foram fornecidos pela própria RTP ao conselho de informação competente.

Em segundo lugar, verifica-se que a RTP se transformou numa central de propaganda intensa das teses governamentais, não apenas na base das intervenções e comunicações dos membros do Governo, mas sobretudo — e tal ainda é mais grave — nos textos lidos pelos próprios locutores, peças que são da responsabilidade da RTP — através das quais se impingem as teses governamentais sobre os diversos temas, seja o ataque ao sector público, a adesão à CEE, etc.

Como terceiro traço resfira-se que a RTP optou pelo caminho da fuga sistemática e completa aos debates sobre os grandes problemas nacionais e sobretudo aos debates governo-oposição e entre partidos. E o que fica dito encontra comprovação completa no facto de que, desde a posse do governo PS/PSD (em Junho de 1983) até hoje, se ter apenas realizado uma única entrevista de fundo com o secretário-geral do PCP em Novembro de 1983, não tendo em todo este período — quase 1 ano — o PCP estado representado em qualquer debate sobre qualquer problema nacional.

**O Sr. Montalvão Machado (PSD):** — Não se sabe onde ele mora!

**O Orador:** — Em quarto lugar, mantém-se e aprofunda-se a tendência de transformação da RTP num instrumento de agressão ideológica, com insistência na propaganda anticomunista — na tentativa de manipulação da opinião pública, claramente ao serviço dos objectivos das centrais de desinformação das metrópoles imperialistas. Programas como os «Testemunhos», «Panorama» e enlatados importados dos EUA são disso um claro exemplo.

O que fica dito põe em evidência o desrespeito pelas regras gerais sobre pluralismo, a violação dos direitos dos partidos da oposição e o controle da RTP pelo Governo. Mantêm-se as tristemente célebres cadeias hierárquicas de controle político da televisão. Elas partem do Governo, passam pelas administrações por este nomeadas e desembocam em directores que decidem de modo arbitrário a composição e o conteúdo da informação. Trata-se de métodos que não podem deixar de ser considerados como formas monstruosas de censura, a somar a outras mais sutis que passam pela omissão da notícia ou pela sua deturpação.

E a prová-lo aí estão os factos. Sem pretender ser exaustivo, aí está a recente intervenção directa de Mário Soares — vinda a público na imprensa e não desmentida — junto do presidente do conselho de gerência da RTP no sentido de ser alterado o quadro de responsáveis pelo Telejornal. Na origem desta introdução abusiva do Governo a emissão de algumas imagens (poucas) da presença da delegação de sindicalistas em frente à residência oficial do Primeiro-Ministro reclamando uma audiência — há muito solicitada e não marcada —, para expor ao primeiro responsável pelo Govchino a situação dramática vivida por dezenas de milhares de trabalhadores com salários em atraso, e sua posterior prisão pela PSP.

E que dizer Srs. Deputados da escandalosa cobertura pela RTP das comemorações do 10.º Aniversário do 25 de Abril! A RTP aí actuou indecorosamente como a voz do dono, impondo aos telespectadores a emissão em directo de tudo o que tinha a ver com as comemorações oficiais/governamentais, que estavam às moscas, apesar do bombardeamento publicitário realizado através da RTP. Por outro lado, ignoraram-se

quase totalmente as massivas manifestações e outras iniciativas populares que se realizaram de norte a sul do País, com especial destaque para a grandiosa manifestação/comício em Lisboa.

A este propósito recorde-se que a RTP chegou ao ponto de organizar um programa especial para que a comissão governamental pudesse «vender» o programa das suas comemorações para o 25 de Abril e lançar ataques indecorosos e repugnantes aos promotores das manifestações populares, negando a estes a possibilidade de manifestarem os seus pontos de vista perante os ecrãs televisivos.

**Voz do PCP:** — É uma vergonha!

**O Orador:** — São casos concretos de controle e manipulação da RTP pelo Governo, a requerer urgente apuramento das responsabilidades e actuar em conformidade para que não mais seja posta em causa a obrigação constitucional da RTP de informar com plena garantia de um tratamento que respeite os princípios da isenção, da independência e do pluralismo.

*Aplausos do PCP.*

No campo da programação as coisas não vão melhor. Apesar da repetição do slogan «Agora vale a pena», teremos que constatar que também neste sector continuamos a ser confrontados com a falta de organização e planificação dos programas televisivos. Mantém-se o subaproveitamento da capacidade de produção da empresa, deixam-se na prateleira, sem trabalho, dezenas de técnicos competentes, substitui-se a necessária política de fomento da produção nacional pelo preenchimento dos espaços televisivos com enlatados comprados no estrangeiro, com os custos que tal opção acarreta. Tais enlatados estão, de um modo geral, marcados pela divulgação e o apelo à violência e a sua transmissão é feita em horários que não têm em conta o público televisivo a que se dirigem, designadamente os efeitos que podem produzir sobre as nossas crianças e os nossos jovens. Por outro lado, é manifesta a intenção do recurso a programas de cariz belicista, de deturpação da realidade internacional, defendendo os pontos de vista das centrais imperialistas, marcados sistematicamente pelos apelos ao ressurgimento da guerra fria, em detrimento do esforço necessário da realização de programas de divulgação da realidade nacional nos seus multifacetados aspectos e ignorando a nova imagem do Portugal democrático nascido da Revolução de Abril.

**O Sr. João Amaral (PCP):** — É um *hardcore*!

**O Orador:** — Trata-se de aspectos que não podem deixar de merecer uma profunda análise e reflexão por parte desta Assembleia, cabendo investigar como se compatibiliza esta orientação com as disposições legais a que nesta matéria deveria ser dado cumprimento pelos responsáveis pela RTP.

No domínio da gestão económico-financeira é importante que esta Assembleia possa saber com rigor, através deste inquérito, o que se está a passar na RTP, já que têm ficado sem resposta os requerimentos até agora apresentados sobre tal matéria por deputados nesta Assembleia.

Srs. Deputados, a RTP foi apresentada pela AD, pelo governo do PSD e do CDS, durante a administração proencista, como exemplo de boa gestão e equilíbrio financeiro, júizos que viriam a ser questionados pela nova administração PS/PSD, que afirmava, aquando da tomada de posse, que a RTP estava à beira da ruptura económico-financeira. Mas tudo continua por esclarecer: que se passa com os investimentos imobiliários, designadamente com a compra do Cinema Lumiar? Que verbas, e com que objectivo, foram aí empenhadas pela RTP? Quais as sequelas resultantes dos negócios de contratação para produção privada de programas? Que se passa quanto a escândalos de publicidade oculta? Qual o estado da situação, no que se refere às indemnizações compensatórias não pagas pelo Governo à RTP? Que há a dizer sobre as admissões, sem concurso, sobre as promoções e outras benesses, tudo em função da simpatia partidária? E quanto a vencimentos e subsídios? Por que deixou de ser distribuída a folha informativa sobre tal matéria? O que se quer esconder? E quanto a regalias da administração e das chefias? Confirma-se, por exemplo, que chefias e administração gastam em gasolina mais de 50 % das verbas atribuídas a toda a empresa para transportes?

Estas são algumas das muitas questões que continuam por esclarecer e sobre as quais estão por apurar responsabilidades. É imperativo democrático que tal situação não se prolongue por mais tempo e que a Assembleia e, através dela, a opinião pública possam saber qual é de facto a situação da RTP e as medidas que há a tomar para a corrigir.

**Vozes do PCP:** — Muito bem!

**O Orador:** — Mas há mais, Srs. Deputados. Que dizer da manutenção do saneamento ilegal dos trabalhadores afastados da RTP depois do 25 de Novembro de 1975, apesar de a decisão do respectivo tribunal ter sido no sentido da sua imediata reintegração? Que dizer daqueles actuais gestores, que enquanto deputados aqui na Assembleia da República reclamavam contra a injustiça que afectava tais trabalhadores, mas que, chegados à 5 de Outubro, persistem na manutenção da situação ilegal de afastamento daqueles profissionais da empresa? Então a legalidade democrática e o respeito pelas decisões dos tribunais? Então ela só se justifica quando favorável às teses governamentais? Sobre isto não está o CDS preocupado — mas um inquérito à RTP não pode escamotear esta realidade, antes a tem de averiguar até às últimas consequências e proceder às reparações que se afiguram inevitáveis.

**Sr. Presidente, Srs. Deputados:** O que se passa na RTP é particularmente grave e a sua gravidade é tanto mais patente quanto de dia para dia se acentuam as medidas governamentais tendentes a limitar a liberdade de escolha dos portugueses em matéria do direito de acesso à informação. São as limitações aos direitos dos jornalistas, é o aumento do preço dos jornais — sem definição de medidas de apoio à imprensa escrita —, é a ofensiva antiempresas públicas do sector, de que são exemplos marcantes a declaração da ANOP em situação económica difícil e as medidas chamadas de «viabilização» da EPNC.

Neste quadro de restrições do acesso dos cidadãos à informação não pode deixar de ser considerado com

importância redobrada o que se passa no órgão de comunicação social que mais afecta a opinião pública — a RTP.

É isto é fundamental que se diga, sem esquecer o que sucedeu na RDP, em que, apesar de escolhido em função da sua competência para ser responsável pela produção do jornal da noite da Antena 1, o jornalista Rui Pedro se viu impedido por determinação superior de vir a exercer tais funções pelo simples facto de ser ... comunista? Não será este um caso paradigmático de perseguição política?

**Uma voz do PCP:** — É um escândalo!

**O Orador:** — Como compaginar uma tal actuação com os princípios constitucionais e legais de não discriminação em função de convicções políticas ou credos religiosos? Isto para não referir aqui todos os outros profissionais da RDP que são metidos na prateleira.

É neste quadro que o presente inquérito parlamentar tem de ser equacionado.

**Sr. Presidente, Srs. Deputados:** As questões estão coladas. Pelo nosso lado, entendemos que é tempo que esta Assembleia proceda a um exame exaustivo do que foram as arbitrariedades, as ilegalidades e os abusos de poder praticados contra a RTP e contra o direito do povo português a uma informação televisiva digna e democrática.

Iremos votar favoravelmente o presente pedido de inquérito parlamentar e ao fazê-lo queremos significar o nosso empenhamento e a nossa disponibilidade para participar nos trabalhos da Comissão de Inquérito com o objectivo de tudo fazer para a reposição da legalidade democrática na RTP e para o completo esclarecimento da opinião pública portuguesa.

*Aplausos do PCP.*

**O Sr. João Amaral (PCP):** — Peço a palavra para interpellar a Mesa, Sr. Presidente.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra, Sr. Deputado.

**O Sr. João Amaral (PCP):** — Sr. Presidente, a nossa interpelação é no sentido de perguntar à Mesa se já foi entregue a lista das respostas que o Governo vai dar na sessão de amanhã às perguntas que foram feitas.

**O Sr. Presidente:** — Estão a ser fotocopiadas neste momento para serem de imediato distribuídas, Sr. Deputado.

*Pausa.*

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Hasse Ferreira.

**O Sr. Hasse Ferreira (UEDS):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Liminalmente e neste momento do debate, gostaria de deixar bem claro que, tendo nós, deputados da UEDS, preocupações quanto à situação existente na RTP, tendo mesmo bastantes críticas a fazer, designadamente no domínio informativo, pensámos que, de qualquer forma, a situação é diferente relativamente ao consulado televisivo do Dr. Proença de Carvalho.

Esta afirmação não implica que tenhamos encarado com simpatia a nomeação do actual presidente da RTP, nem muito menos que possamos dar o nosso acordo à bipartidarização do órgão máximo de gestão dessa empresa. O justo reconhecimento de que existem pessoas competentes e convictos democratas na administração da RTP não significa, pois, que não discordemos dos processos de nomeação seguidos para os órgãos de gestão desta e de outras empresas públicas. Adiante.

No nosso ponto de vista, se houve alguns progressos, eles não foram, no entanto, suficientes. E refiro-me neste momento mais à questão da concepção e da prática informativa, a curto prazo mais preocupante, do que ao problema global da programação, onde os eventuais progressos são, por natureza, mais lentos, mas a lentidão das alterações nos confrange e nem todas as verificadas serão num sentido positivo.

Mas o que disse atrás em anterior pergunta feita quanto à coerência do CDS não quer dizer que não reconheçamos legitimidade a qualquer partido desta Câmara, independentemente da sua prática anterior em relação à televisão, para que exija o escrupuloso respeito pela isenção informativa e pela adequação da televisão aos seus objectivos, designadamente de difusão cultural, de informação e de recreação dos portugueses de todas as idades.

Enquanto não nos habituarmos a que a televisão deve estar efectivamente ao serviço de todos os portugueses, enquanto não legislarmos no sentido de salvaguardar clara e concretamente a sua independência e autonomia face a todos os governos, os votos aqui emitidos não passarão de votos piedosos, as discussões aqui travadas mais não serão do que uma encenação ou uma manobra de diversão, inserida em jogadas e táticas políticas, mais amplas, de controle da informação e, no fundo, de luta pelo poder.

O CDS que foi, pois, co-responsável da gestão vergonhosa de Proença de Carvalho, para não referir o facto de contar nas suas bancadas com ilustres representantes de um regime que foi o maior manipulador televisivo (durante cerca de 17 anos), o CDS quer agora uma televisão isenta. Mas tem razão! E nós damos-lha, apesar do que disse e mesmo pelo que disse.

Tem razão, do ponto de vista da UEDS, porque entendemos que os direitos democráticos devem ser estendidos a todos, mesmo àqueles que só formalmente os respeitam — e não será o caso da maioria dos deputados centristas ...

**O Sr. Narana Coissoró (CDS):** — O dono da democracia!

**O Orador:** — ... ou pelo menos da generalidade dos deputados centristas.

No que respeita aos aspectos concretos referidos pelo CDS — e registo com agrado a profissão de fé democrática reafirmada —, alguns deles não nos parecem, nem de perto nem de longe, os mais relevantes nem que caracterizem especificamente a situação existente.

Mas vejamos alguns: o programa de aniversário da morte do Dr. Sá Carneiro, contendo, de facto, alguns aspectos mal esclarecidos, não se pode comparar, nem de perto nem de longe, com a escandalosa manipulação que, em termos pré-electorais, foi a transmissão, durante longas horas, do funeral do mesmo político, que

visou constituir uma espécie de propaganda eleitoral, que talvez tenha tido, aliás, efeitos contraproducentes. Mas concedemos que há algo de estranho a esclarecer em torno do programa referido.

**O Sr. José Gama (CDS):** — Respeito por esse programa!

**O Orador:** — Quanto às referências ao ministro Seabra, já o caso fia mais fino; de vários lados chegam informações, um diz-se diz-se, um amontoar de informações, de estranhas práticas que gostaríamos de ver esclarecidas.

Quanto aos problemas globais da intimidação dos jornalistas, nós, que condenámos sem apelo nem agravo o despedimento de José Mensurado e a perseguição a numerosos profissionais no já mencionado negro consulado do Dr. Proença e mesmo noutros tempos, como aplaudiríamos agora de mãos ambas o esclarecimento de situações irregulares, criadas ou já existentes!

Também nos parece importante, para além de informações dispersas de que vamos dispondo, esclarecer rigorosa e sistematicamente o que se passará nos domínios de admissões, demissões, remunerações e acumulações, focados no documento do CDS.

O mesmo quanto a outros aspectos focados no referido pedido de inquérito, designadamente no que diz respeito à publicidade oculta, prática seguida durante o mandato da anterior administração e sobre a qual a actual mandou inquirir. É preciso, de facto, saber-se o resultado desse inquérito e exigirem-se responsabilidades!

**Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo,** não nos anteciparemos aos resultados do inquérito que eventualmente aqui venhamos a aprovar. Não emitirei, por ora, mais juízos críticos sobre a actual política e gestão televisiva; direi apenas que, apesar da falta de autoridade moral do proponente neste domínio e da fraca fundamentação do requerimento — aliás, estou de acordo com algumas das críticas aqui formuladas anteriormente quanto ao documento —, nós o votaremos favoravelmente, porque pensamos ser urgente e útil um esclarecimento público sobre este assunto. Nós, pela nossa parte, encaramos com tranquilidade as conclusões do inquérito, quaisquer que elas sejam!

*Aplausos da UEDS e do MDP/CDE.*

**O Sr. Presidente:** — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Silva Marques.

**O Sr. Silva Marques (PSD):** — Sr. Deputado Hasse Ferreira, gostaria de começar por dizer que tenho as minhas dúvidas quanto à economia do instituto do inquérito que temos usado nestes últimos anos no Parlamento. Continuo com essas dúvidas, mesmo relativamente a este caso concreto. Tenho a impressão que se tem tomado o instituto do inquérito em substituição ou em aditamento ao da postura política, quer sob a forma de declaração política quer de moção.

Continuo com essas dúvidas porque, relativamente às acusações que aqui têm sido proferidas, tenho uma questão prévia política, no sentido mais amplo e mais nobre do termo, que ainda não vi ser sequer afrolada ou citada.

Concretamente, a minha questão é esta, Sr. Deputado: o actual presidente da RTP escreveu uma carta à directora do jornal *A Tarde* que revela uma tal grosseria ...

O Sr. Narana Coissôrô (CDS): — Muito bem!

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — Aí estamos de acordo!

O Orador: — ... e um tal primarismo, que ele não deveria ser sequer um segundo mais presidente fosse do que fosse no nosso país ou em qualquer outro.

*Aplausos do PSD e do CDS.*

É por isso que tudo o que de mais se possa acrescentar, até do ponto de vista da utilidade do inquérito — talvez exagerado —, me parece vir fora de tempo, porque é inaceitável se quisermos cultivar o mínimo da dignidade das instituições e dos critérios que a política impõe.

O Sr. José Gama (CDS): — Muito bem!

O Orador: — Quem escreve uma frase daquelas, quem redige uma carta daquelas mostra que não deve ser presidente nem sequer de um clube de grosseiros, porque, por definição, o presidente de um clube de grosseiros deveria ser um pouco menos grosseiro.

*Risos do CDS.*

O Sr. José Luís Nunes (PS): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Para que efeito, Sr. Deputado?

O Sr. José Luís Nunes (PS): — Para um breve protesto relativamente às declarações do Sr. Deputado Silva Marques.

O Sr. Presidente: — Antes disso gostaria de saber se o Sr. Deputado Hasse Ferreira deseja ou não responder ao pedido de esclarecimento formulado pelo Sr. Deputado Silva Marques.

O Sr. Hasse Ferreira (UEDS): — Com efeito, Sr. Presidente, desejo dar resposta ao pedido de esclarecimento do Sr. Silva Marques, mas não tenho nada contra que o Sr. Presidente autorize o Sr. Deputado José Luís Nunes a fazer o seu protesto antes da minha resposta.

O Sr. Presidente: — Como, de facto, o Sr. Deputado José Luís Nunes pediu a palavra primeiro, concedo-lha imediatamente para formular o seu protesto.

Tem, pois, a palavra o Sr. Deputado José Luís Nunes.

O Sr. José Luís Nunes (PS): — O meu protesto, Sr. Presidente, ao contrário do que os Srs. Deputados poderiam pensar à primeira vista, não diz respeito essencialmente ao conteúdo da intervenção do Sr. Deputado Silva Marques.

Por acaso, acontece que li a carta em questão e acontece também que essa carta provocou um amplo

debate nos jornais — e o melhor é ficarmos por aqui — e foi publicada, creio eu, há cerca de 3 ou 4 meses.

É muito fácil dizer-se nesta Assembleia, e agora, que a carta era grosseira. Se eu obedecesse somente aos meus princípios pessoais e aos meus pontos de vista individuais, eu ou qualquer dos meus colegas de bancada teríamos vindo aqui dizer que essa carta era grosseira. Simplesmente, há outras maneiras de tutelar esse tipo de cartas grosseiras, que é confiar nas instituições, instituições essas das quais faz parte o Governo, que tanto eu como o Sr. Deputado Silva Marques apoiamos.

Foi por isso que abdicámos de dizer que essa carta era grosseira, como temos abdicado de muitíssimas outras coisas e continuaremos a abdicar no futuro.

De qualquer forma, a afirmação do Sr. Deputado Silva Marques seria tanto mais correcta quanto tivesse sido feita há 2 ou 3 meses.

Neste momento, pura e simplesmente, a afirmação do Sr. Deputado Silva Marques não tem sentido. Nada tira, porém, ao facto de que a carta tenha sido objectiva, clara e realmente uma carta grosseira.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Hasse Ferreira, tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

O Sr. Hasse Ferreira (UEDS): — Se um partido como o CDS tem dúvidas quanto ao funcionamento democrático da RTP, se se põem dúvidas, com alguns factos apontados, uns certos outros discutíveis, sobre a sua isenção informativa, nós, deputados da UEDS, apoiamos o pedido de inquérito.

Por vários motivos, dos quais não será mais relevante o apontado, não concordamos com a nomeação do presidente da RTP e, portanto, apoiamos a sua substituição.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Marques Mendes.

O Sr. Marques Mendes (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: O Grupo Parlamentar do PSD sempre tem dado o seu assentimento à realização de inquéritos parlamentares ...

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — É falso!

O Orador: — ..., pois considera que eles são um processo decorrente dos poderes e deveres de fiscalização inseridos nas competências desta Assembleia, uma das mais relevantes competências deste órgão.

Esse seu assentimento só não ocorrerá quando constatar, com objectividade, que os requerimentos respectivos revelam logo à partida que os inquéritos solicitados não cabem no âmbito daquela competência fiscalizadora.

Porém, ao dar a sua adesão e concordância à constituição de uma comissão parlamentar de inquérito, não o faz, nem fará jamais, com preconcebidos propósitos acusatórios, nem neles colaborará ou participará com juízos preconcebidos.

O poder fiscalizador cometido constitucionalmente à Assembleia da República não o foi apenas para detectar erros, irregularidades, processos ou condutas menos correctas, mas foi-o essencialmente para verificar a actividade da entidade visada com o inquérito.

verificação que deve e tem de ser efectuada com imparcialidade, seriedade e objectividade.

Com um inquérito parlamentar não se pode visar a recolha de elementos apenas incriminatórios, mas sim a colheita de dados seguros que permitam à Assembleia da República vir a exercer censura, se for caso disso, como a reconhecer que tal actividade se tem processado dentro dos parâmetros da legalidade e de uma actuação correcta, pautada pelo cumprimento da lei e pelo respeito dos interesses públicos que o órgão e os seus agentes têm o dever de prosseguir.

Fiscalizar ou inquirir não é nem pode ser sinónimo de acusar, mas sim uma atitude consciente e séria de, perante situações tidas por menos claras e transparentes, apurar a verdade, sem paixões nem parcialismos.

A RTP desempenha um papel importantíssimo na vida da nossa colectividade; trata-se de algo que pela palavra e pela imagem entra na casa de cada um, pelo que não pode ela esquecer que tem como destinatários portugueses dos mais diversos quadrantes ideológicos e religiosos, de sexos e idades diferentes, de formação cultural e profissional a mais variada.

Tendo um tal espectro de destinatários, a RTP tem desde logo uma pesada tarefa a desempenhar e uma grande responsabilidade, que a cada momento lhe deve merecer uma profunda e séria reflexão, sob pena de trair a própria função que lhe cabe, função que tem de ser multifacetada e que não pode ignorar que a liberdade de cada cidadão tem de ser respeitada.

A RTP não pode estar ao serviço de qualquer governo, pois tem de ser independente perante ele, devendo nortear-se tão-somente pelos fins de interesse público que lhe estão inerentes a prosseguir em atenção e respeito à colectividade destinatária.

Aceitamos que factos surgem que se podem ter como indícios de que a RTP não terá vindo a executar correctamente a sua missão, mas não aceitamos que esses indícios possam à partida ser já um motivo para sem mais se acusar, e muito menos condenar, as pessoas a quem está confiada a sua gestão e orientação ou o governo que as designou.

O requerimento do CDS é já um autêntico libelo acusatório, em que a administração dessa empresa pública e o Governo que a nomeou são colocados no banco dos réus.

Na verdade, o CDS, ao longo da fundamentação do seu requerimento, não se cansa de pretender dar já como assente aquilo que à comissão de inquérito compete apurar e, em relatório justificado, trazer a esta Assembleia.

Vai mesmo ao ponto, que não deixa de ser elucidativo, de afirmar que o inquérito deverá «averiguar certos factos ocorridos, ou certas ocorrências verificadas e cuja publicidade, sendo notória, não precisa de qualquer documentação».

Ora, Sr. Presidente e Srs. Deputados, se ocorreram factos já verificados e cuja publicidade é notória, como afirma o CDS, como é que o requerente pode, com seriedade de propósitos, pretender que o inquérito averigue o que está averiguado e é notório?

A ânsia de extrair conclusões, mesmo sem inquérito, está bem patente no arrazoado da fundamentação do pedido formulado pelo grupo parlamentar do CDS; com este se visa desde já um processo, nem sequer camouflado, de censurar o Governo. Compreendemos o seu papel de partido de oposição, mas entendemos

que também à oposição incumbe o dever de, permita-se-me a expressão, «não andar com o carro adiante dos bois».

Não estamos — e isto que fique claro — a articular a defesa da RTP e da sua administração e demais responsáveis, pois entendemos que o inquérito parlamentar, que apoiamos, é que terá de fornecer à Assembleia da República e, através dela, ao povo português os elementos que possibilitem um julgamento justo e desapaixonado.

A fundamentação constante do requerimento do CDS parece querer substituir-se já ao relatório a apresentar, sendo ele esse próprio relatório, o que é inaceitável.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, o grupo parlamentar do PSD vai votar favoravelmente o pedido de constituição de uma comissão parlamentar de inquérito à RTP e à forma como a mesma, nos mais diversos aspectos, vem exercendo a sua função de empresa pública ao serviço da colectividade.

Não deixaremos de nos empenhar no sentido de a comissão averiguar com profundidade, mas também com imparcialidade e objectividade, o que vem sendo e como vem sendo prosseguida a sua actividade, mas despindo-nos à partida de juízos de intenção, de convicções pré-concebidas ou de ideias feitas.

O Sr. Carlos Lage (PS): — Muito bem!

O Orador: — E sentimo-nos à vontade para assim falar, pois há muito o Conselho Nacional do Partido preconizou e defendeu, inclusivamente — o que mantém ainda —, o afastamento do presidente do conselho de administração da RTP, facto que, no entanto, nos leva a aderir ao pedido de inquérito e nele participar com a isenção que é devida e exigida perante um processo constitucional que não pode à partida pretender averiguar o que no entender do grupo parlamentar requerente está já averiguado.

A comissão de inquérito não pode actuar condicionada ou pressionada por posições que antecipadamente são assumidas por quem requer a sua criação ou por quem quer que seja; temos de convir, e não nos coibimos de frontalmente o afirmar, que um requerimento como o do CDS traduz mesmo um acto de menor respeito por tal comissão e pelos deputados que a irão constituir.

O Sr. Carlos Lage (PS): — É verdade!

O Sr. Nogueira de Brito (CDS): — Não apoiado!

O Orador: — É a sua opinião, Sr. Deputado!

Todavia, Sr. Presidente e Srs. Deputados, porque a acção fiscalizadora é extremamente importante, que a verdade e a transparência de processos e condutas é indispensável à consolidação da democracia e à credibilidade das instituições, o grupo parlamentar do PSD votará — não as afirmações, indicadas como justificativas, constantes do requerimento do CDS — a favor da criação de uma tal comissão de inquérito, pois lhe importa sobremaneira a clarificação total e completa de processos e actuações a fim de a final, serena mas firmemente, condenar o que for de condenar, mas também isentar de culpas, se se entender que, porventura, não existem.

A democracia e as instituições só beneficiam com o esclarecimento da verdade e é para se apurar esta — e daí se extrairem as conclusões práticas que se impuserem — que o grupo parlamentar do PSD vai dar o seu voto favorável ao requerido inquérito parlamentar, mas não partindo para ele com quaisquer ideias feitas ou juízos antecipados.

*Aplausos do PSD e do PS.*

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Jorge Lemos, para que efeito pediu a palavra?

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — Para formular um pedido de esclarecimento ao Sr. Deputado Marques Mendes.

O Sr. Presidente: — Mas o seu grupo parlamentar já não dispõe de tempo, como o Sr. Deputado sabe.

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — Sr. Presidente, face a essa realidade, tive oportunidade de contactar o Sr. Deputado António Gonzalez, do Partido «Os Verdes», que me cede algum do seu tempo para eu poder fazer este pedido de esclarecimento.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, o que significa então a expressão que usou «algum do seu tempo»?

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — O Sr. Deputado António Gonzalez concede-me 2 minutos.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Joge Lemos (PCP): — Sr. Deputado Marques Mendes, ouvi com interesse a sua intervenção.

Estamos de acordo com a sua frase de que «a democracia só beneficia com a verdade», mas creio que esse facto deve ser levado às últimas consequências. Creio que o PSD não pode vir aqui impunemente afirmar, em 1984, que tem votado favoravelmente os pedidos de inquérito parlamentar quando temos bem presente na memória que o PSD, enquanto primeiro responsável pela AD, votou no dia 8 de Janeiro de 1981 contra um pedido de inquérito formulado pelo PCP de idêntico teor ao pedido hoje apresentado pelo CDS e votou, no fim de 1981, contra um pedido de inquérito a uma greve na RTP formulado pelo Partido Socialista.

Tenhamos alguma prudência naquilo que utilizamos, Sr. Deputado Marques Mendes! É que os factos que então eram questionados não eram menos graves do que os que hoje se estão a passar. Tratava-se, por exemplo, da manipulação televisiva a menos de uma semana das eleições para a Presidência da República. E contra esse facto o PSD votou. Por isso, hoje, nós perguntamos: o PSD neste momento vota favoravelmente porque quer o apuramento completo da verdade ou porque, como dissemos na nossa intervenção, considera que com este pedido de inquérito parlamentar ganhará mais alguns *scores* no *élan* administrativo da televisão?

Vamos para o apuramento da verdade ou vamos entrar numa guerra entre os 2 partidos da coligação?

Isto tem de ficar esclarecido, Sr. Deputado. Quando definimos com rigor o âmbito do inquérito em que vamos participar, pensamos que o que se espera desta Assembleia da República — e pensamos que a genera-

lidade dos deputados estarão connosco — é que vamos até às últimas consequências, vamos ver onde radicam os erros que hoje se verificam, vamos cortar o mal pela raiz. Veremos a quem é que toca a responsabilidade pelo que hoje se está a passar.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Marques Mendes, há mais inscrições para pedidos de esclarecimento.

Deseja responder já ao pedido de esclarecimento formulado pelo Sr. Deputado Jorge Lemos ou só no final?

O Sr. Marques Mendes (PSD): — Respondo no fim, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Está inscrito a seguir, para um pedido de esclarecimento, o Sr. Deputado César Oliveira, que dispõe de meio minuto para o formular.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. César Oliveira (UEDS): — Sr. Deputado Marques Mendes, quando o ouvi referir que o PSD tem sempre votado favoravelmente a constituição de comissões de inquérito pela Assembleia da República, julguei que V. Ex.<sup>a</sup> se referia apenas a esta legislatura.

De facto, o primeiro pedido de inquérito existente é o da RTP. Portanto, V. Ex.<sup>a</sup> certamente falará verdade quando diz «nesta legislatura o PSD tem votado sempre favoravelmente a constituição de comissões de inquérito».

Mas eu interrogo-me e ponho-lhe esta questão: se o Conselho Nacional do seu partido não estivesse interessado em ter a cabeça do presidente do conselho de administração da RTP, Dr. Palma-Ferreira, o PSD votaria na mesma favoravelmente a constituição de comissões de inquérito ou votaria como sempre votou os outros pedidos, isto é, negativamente?

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Corregedor da Fonseca, para que efeito está a pedir a palavra?

O Sr. João Corregedor da Fonseca (MDP/CDE): — Para um pequeno pedido de esclarecimento, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra.

O Sr. João Corregedor da Fonseca (MDP/CDE): — O Sr. Deputado Marques Mendes disse que a TV não deve estar ao serviço de qualquer governo.

V. Ex.<sup>a</sup> poderá, por favor, informar-me, a mim e a esta Câmara, se acha ou não que a RTP está a manipular a informação privilegiando o Governo, ou V. Ex.<sup>a</sup> tem a opinião célebre do Sr. Primeiro-Ministro dizendo, muito preocupado, quando há dias dava uma entrevista ao *Diário de Notícias*, que a televisão está contra o Governo?

*Risos do PCP e do CDS.*

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Narana Coissoró, também está a pedir a palavra para um pedido de esclarecimento?

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Exactamente, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Naturalmente que não posso obrigar, e muito menos esperar, que qualquer deputado desta Assembleia da República leia com atenção o Regimento e os requerimentos e que ouça com atenção as intervenções feitas. Naturalmente, as pessoas estão interessadas em ouvir-se a si próprias; trazem os textos escritos e depois debatam-se em saber se tem lugar, se não tem lugar. Isso é com cada um.

Naturalmente que se o Sr. Deputado Marques Mendes tivesse lido com atenção o n.º 2 do artigo 218.º veria que «qualquer requerimento ou proposta tendente à realização de um inquérito deve indicar os seus fundamentos e delimitar o seu âmbito, sob pena de rejeição liminar pelo Presidente».

O nosso requerimento tinha de dar os factos concretos sobre que baseava o nosso pedido de inquérito, delimitar, portanto, o seu âmbito. E nós arrolámos, ou seriámos, quase 19 ou 20 factos que podem, depois, ser mais desdobrados, que entendemos ser factos indiciários da violação da Constituição, do Estatuto da Oposição e do próprio Estatuto da RTP pela televisão e pelo Governo.

Além disso, quando fiz a minha intervenção, disse claramente o seguinte: «Todos estes factos, com as respectivas provas indiciárias, documentais ou testemunhais, serão apresentados perante a comissão de inquérito para que sejam devidamente ponderados e o Governo e a RTP responsabilizados pelas condutas e práticas antidemocráticas, extraíndo-se daí, se for caso disso, todas as consequências políticas que se impuseram perante os resultados obtidos.»

Não houve, portanto, da nossa parte qualquer acusação ou sentença antes do julgamento: foi fornecimento dos factos e esperamos pelo resultado do inquérito para a Assembleia tirar daí todas as suas consequências.

Mas o que me preocupou mais foi o seguinte: o Sr. Deputado Marques Mendes rebela-se contra o pedido de inquérito dizendo «ai, daí! Aqui d'el-rei!», porque o CDS quer, desde já, limpar o Sr. Palma Ferreira sem julgamento, com o libelo acusatório, quando o seu próprio partido o tinha expulso e condenado à morte sem sequer dar a conhecer ao público quais eram os fundamentos por que queria o afastamento de Palma-Ferreira.

#### *Aplausos do CDS.*

Quer isto dizer que a partidarização era tal que o Sr. Deputado Marques Mendes julgava que só pelo facto de o PSD ser PSD podia expulsar o presidente de uma empresa pública, só porque não lhe convinha esse presidente naquele lugar.

#### *Vozes do CDS: — Muito bem!*

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Marques Mendes, tem a palavra para responder aos pedidos de esclarecimento que lhe foram formulados.

Informo-o de que o seu partido dispõe de 3 minutos.

O Sr. Marques Mendes (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Vou tentar responder em 3 minutos, portanto telegraficamente.

Não esperava, enfim, tantas reacções a uma intervenção que me pareceu demasiado simples.

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — Talvez de mais!

O Orador: — Devo dizer ao Sr. Deputado Jorge Lemos o seguinte: em primeiro lugar, resulta claramente da minha intervenção que nós queremos que o inquérito seja para apurar a verdade e, quando se quer apurar a verdade, ela vai até às últimas consequências, sejam elas quais forem.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — E oxalá que o PCP não venha a ser abrangido por essas últimas consequências! ...

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — Vamos lá a ver!

O Sr. César Oliveira (UEDS): — Está certo! Precisavam de ouvir esta!

O Orador: — Oxalá para si, Sr. Deputado.

Olhe, Sr. Deputado, quanto aos anteriores pedidos de inquérito, devo dizer-lhe que se a bancada do meu partido votou na altura contra, na minha intervenção distingo claramente, não só que nós votaremos a favor dos inquéritos quando eles forem efectivamente uso de uma actividade fiscalizadora correcta ou votaremos contra quando não se enquadrem nesse critério, que é nosso, e que não poderá ser aquele que o PCP ou seja quem for nos queira impor.

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — Dá-me licença, Sr. Deputado?

O Orador: — Com certeza, Sr. Deputado.

Evidentemente, se for dentro do seu tempo, pois não posso conceder-lhe tempo do meu partido para me interromper.

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — A minha intervenção é muito curta. Leva 30 segundos e pode ser feita dentro do tempo do meu partido.

Sr. Deputado Marques Mendes, acha que há razão mais funda para apuramento de responsabilidades do que a que há quando está em causa o resultado de uma eleição presidencial? Uma campanha presidencial não será um momento concreto para a realização de um inquérito quando surgem dúvidas sobre a independência de um órgão de comunicação social?

Como foi possível a atitude que então tomaram?

O Orador: — Sr. Deputado, não confunda, por exemplo, interpretações da lei, quando divergentes, com inquéritos sobre a actividade e os processos usados.

Sei que é muito fácil, com o verbalismo que lhe é peculiar, procurar confundir. Mas não vamos entrar nessa polémica.

Devo dizer-lhe, Sr. Deputado, que, ao votar o inquérito, o PSD quer a verdade e não quer ganhar nada, mas mesmo nada, a não ser apurar e trazer aqui à Assembleia da República a verdade, até às suas últimas consequências.

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — Vamos a isso!

O Orador: — Ao Sr. Deputado César Oliveira, quero dizer-lhe o seguinte: a nossa adesão ao inquérito não

tem nada a ver com o caso Palma-Perreira. Na minha intervenção eu disse o que tinha a dizer sobre esse assunto e, apesar dessa deliberação, que não foi alterada, nós aderimos ao inquérito e nele colaboraremos com imparcialidade absolutamente total, sem que isso mova, de forma alguma, a nossa posição. O que nós queremos é que sejam apurados os factos.

Sr. Deputado João Corregedor da Fonseca, quanto à sua pergunta sobre se eu estava ou não a privilegiar o Sr. Primeiro-Ministro, o relatório do inquérito é que o há-de dizer. Isso não me compete a mim.

Se eu condeno juízos antecipados e preconcebidos, não serei eu a emitir agora, aqui, esse mesmo juízo.

Sr. Deputado Narana Coissoró, quero apenas dizer-lhe que, quanto a textos escritos, não fiz mais do que V. Ex.<sup>a</sup> fez.

Quanto à leitura do Regimento, também a fiz. O Regimento fala em fundamentos mas não fala em acusações.

V. Ex.<sup>a</sup> diz que eu que não li o requerimento, que nele não se fala em acusações. Basta começar por ver o n.º 1 do requerimento, que diz assim: «a situação que se vive actualmente na RTP, E. P., é deveras preocupante e significante de um desrespeito contínuo dos mais elementares princípios constitucionais e legais, no âmbito ...»!

Só pergunto se isto é uma conclusão ou se é, apenas, o trazer aqui o indício de determinados factos que carecem de apuramento.

Isto é uma afirmação condenatória.

Ora, é contra isto que nós nos insurgimos.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Disse na minha intervenção, e não retiro uma palavra, que há indícios — e não fui mais longe porque, em princípio, defendemos que não devíamos ir — de que algo não está certo. Mas daí a afirmações desde já peremptórias ...!

E a citação que eu fiz é bem evidente. Pedir-se que se averigüe aquilo que adiante se diz que já está averiguado, francamente, Sr. Deputado, é algo que está errado!

Queria dizer-lhe, ainda, que este requerimento foi um pouco precipitado na sua formulação porque, quanto ao resto — o pedido de inquérito e o apontar como indícios estes factos — estaríamos de acordo. Teríamos muitos mais factos a apontar, e até talvez já tenhamos apontado alguns antes mesmo dos Srs. Deputados do CDS.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Sr. Presidente:** — Sr. Deputado Marques Mendes, descontei 1 minuto ao tempo do PS, que lho cedeu para a resposta que acaba de dar.

Srs. Deputados, assistem aos nossos trabalhos, acompanhados por alguns professores, alunos da Escola Secundária de Vale de Cambra.

*Aplausos gerais.*

Sr. Deputado Joaquim Miranda, para que efeito está a pedir a palavra?

**O Sr. Joaquim Miranda (PCP):** — Para interpelar a Mesa, Sr. Presidente.

**O Sr. Presidente:** — Faça favor, Sr. Deputado.

**O Sr. Joaquim Miranda (PCP):** — Sr. Presidente, a questão que eu gostaria de colocar, e porque estamos precisamente a travar um debate no sentido da criação de uma comissão para inquérito, é a seguinte: tempos atrás, e já é decorrido algum tempo, foi decidido por esta Assembleia a criação de uma comissão eventual para a chamada «Questão EPAC».

Até este momento essa comissão não tomou posse e, tanto quanto sabemos, isso deve-se ao facto de alguns partidos ou algum partido da maioria não ter indicado ainda os seus representantes.

Gostaríamos, pois, de saber, pelo Sr. Presidente, se, na verdade, até este momento não houve ainda indicação dos elementos dos dois partidos da maioria que farão parte dessa comissão. Se assim for, quando se prevê a posse dessa comissão eventual para o caso EPAC?

**O Sr. Presidente:** — Sr. Deputado, embora seja um assunto completamente diferente daquele que estamos a tratar ...

**O Sr. Jorge Lemos (PCP):** — Tem a ver com o que aqui se disse sobre o apuramento dos factos!

**O Sr. Presidente:** — ..., dir-lhe-ei que penso que já todos os partidos deram a indicação dos deputados que fazem parte dessa comissão. Penso também dar posse à comissão na próxima terça-feira, depois de conferir se, realmente, estão indicados todos os deputados.

**Sr. Deputado Narana Coissoró:** para que efeito pretende usar da palavra?

**O Sr. Narana Coissoró (CDS):** — Para um brevíssimo protesto, Sr. Presidente.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra.

**O Sr. Narana Coissoró (CDS):** — Naturalmente que este protesto tem de ser brevíssimo porque tenho o Sr. Deputado Marques Mendes na conta de um bom profissional de direito e de um bom jurista. Ele sabe que quando se faz uma petição inicial, a gente diz, depois da enumeração dos factos, que o réu violou tais, tais e tais disposições jurídicas e só depois se faz o pedido.

Dizer que há violação dos preceitos jurídicos não significa que o autor venha logo dar uma sentença em face do réu. Basta simplesmente dizer que violações há. Além disso, como ouvi um certo assentimento por parte dos deputados do PS quanto a essa violação, faria também uma pequena leitura de quando o PS requereu um inquérito no mesmo sentido, e que dizia, exactamente, no n.º 18: «os mesmos factos constituem da parte do Governo e da administração e da direcção dos referidos órgãos de comunicação social ...», isto até parece nosso, mas é do PS, «... conduta politicamente reprovável do ponto de vista de defesa de legalidade e normalidade democrática, além de patente violação de promessas constantes do Programa do Governo e do discurso de apresentação pelo Primeiro-Ministro do mesmo Programa».

Isto significa meramente o pedido que se faz, a respectiva fundamentação jurídica e a subsunção dos fac-

tos aos preceitos legais. O Sr. Deputado Marques Mendes sabe isso e eu não vou ensinar o padre-nosso ao vigário.

O Sr. Presidente: — Para formular um contraprotesto — presumo que dentro do tempo que o PS lhe concedeu — tem a palavra o Sr. Deputado Marques Mendes.

O Sr. Marques Mendes (PSD): — É só para afirmar que o Sr. Deputado Narana Coissoró acabou por reconhecer que a razão me assistia quando afirmei que, efectivamente, aqui se encontra uma acusação. Foi aquilo que resultou das suas próprias palavras. É que quando se faz uma participação não se acusa e não se diz claramente aquilo que está dito em várias passagens dos considerados deste requerimento. Portanto, reconheceu que me assistia razão. Fico-lhe muito grato por isso.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Ministro de Estado.

O Sr. Ministro de Estado e dos Assuntos Parlamentares (Almeida Santos): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Agradeço-lhes bastante esta oportunidade, que começou por me ser facultada pelos Srs. Deputados que, muito amavelmente, solicitaram, ou, melhor, exigiram, dado que é esta a maneira como actualmente se conjuga o verbo solicitar, a minha presença.

Apesar de terem na sua presença um responsável institucional pela tutela da comunicação social, o Sr. Secretário de Estado Adjunto, que recebeu delegação directa do Sr. Primeiro-Ministro, creio que quiseram ter a amabilidade de me considerar o responsável por tudo o que de mal acontece na comunicação social. Aqui estou, assumindo essa responsabilidade, se me quiserem fazer esse favor.

Quando me dirigia para aqui trazia alguma preocupação. E a primeira era a de que, contra todas as minhas previsões, os Srs. Deputados da maioria pudessem votar contra o pedido de inquérito. Podia ter acontecido que, contra o que seria de esperar — seria absurdo, mas as coisas acontecem —, o PS resolvesse exercer uma vingança sobre o CDS, que, se estou bem lembrado, votou uma vez contra um pedido de inquérito sobre esta mesma matéria, acusando o Governo de então, com factos objectivos, de praticar autênticos actos de censura. Podia ter acontecido que, na sequência dessa atitude, o PSD resolvesse também votar contra, pensando coerentemente que se na última vez disse que não deveria também agora fazê-lo.

Mas, quando aqui cheguei, tendo logo reparado que todas as bancadas se começaram a pronunciar favoravelmente a esse inquérito, fiquei tranquilo e disse logo para mim: não pareça que o Governo não é também favorável a que esse inquérito seja levado até às últimas consequências! Foi só para isso que pedi a palavra.

Mas como estão aqui os jovens de Vale de Cambra, digo que ainda bem que eles chegaram tarde, porque se não eram capazes de não estar a perceber agora por que é que estamos a discutir. Pois se toda a gente está de acordo com o inquérito, discutimos o quê?

*Risos do PS, do PSD e do CDS.*

Não estaremos nós a perder tempo, adiantado para umas horas depois a possibilidade de darmos os passos seguintes para a realização do inquérito? Parece que, quando se está de acordo sobre tudo, alguma razão há para se discutir. E a razão parece que terá sido a da, com alguma veemência — mas o CDS tem direito à sua veemência —, com alguma demagogia — mas o CDS tem direito à sua demagogia —, liberdade de expressão.

*Risos do PS e do PSD.*

Que mal pareceria se a liberdade de expressão parasse na fronteira da demagogia. Liberdade de expressão sim, mas não para fazer demagogia! Isso é impossível!

Portanto, o CDS exerceu o seu direito, da mesma forma que esta Câmara vai exercer o seu direito de aprovar ou não aprovar — já sabemos que vai aprovar — o inquérito. Como é da praxe, o Governo e a Televisão vão ser fiscalizados, e muito bem!

Só não acho bem que, simultaneamente, o CDS inquiriu e responda àquilo que pergunta. Quer dizer, já respondeu a todas as suas perguntas e já fez o julgamento de tudo aquilo que questionou: fez a petição e a sentença. Isto é que se pode estranhar um pouco, ou seja, estranha-se que não se tenha formulado a acusação, a tal petição inicial, e que se tenha aguardado o resultado do inquérito para, então sim, aqui se fazer a catilinária que a Televisão e o Governo merecessem.

Bateu-se no pobre Palma-Ferreira, que até já pediu a demissão ...

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Não sabíamos!

O Orador: — Bom, todos os jornais já divulgaram essa notícia, não desmentida, como se costuma dizer quando convém.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — O Governo não confirmou!

O Orador: — Confirma agora, Sr. Deputado. E posso até dizer que, ao contrário do que há pouco afirmou o CDS, tal pedido de demissão não foi o primeiro resultado ou consequência deste pedido de inquérito. A sua fundamentação é outra: é uma fundamentação completamente nobre e digna. Se assim o entender, o Dr. Palma-Ferreira torná-la-á pública — ou talvez até o inquérito venha a demonstrar isso.

Só que foram produzidas aqui algumas afirmações que, indo para lá da veemência e do direito de inquirir, perguntar, questionar, constituem autênticas petições de princípio, autênticas acusações, como se já estivessem comprovadas: o Primeiro-Ministro interfere, o outro ministro não sabe quem interfere, o Sr. Ministro José Augusto Seabra interferiu.

E aqui talvez haja algum pequeno pecado deontológico ou ético. Se se requer um inquérito, aguarda-se o resultado desse inquérito, só depois se aguardando a sentença. Depois virá a catilinária, perfeitamente merecida, se o for, ou até o quase pedido de desculpa, se, na verdade, o inquérito demonstrar que não há qualquer culpa da parte dos presumidos culpados no espírito de quem questiona.

É só esta a observação que pretendia fazer, mas, simultaneamente, quero também dizer o seguinte: não seria deselegante ao ponto de lembrar aqui que todos os grupos parlamentares se entretiveram de certo modo a acusar-se no tempo, relativamente à condução que cada um teve quando esteve na chefia da televisão. A verdade é que, em matéria de liderança da televisão, já ninguém é pomba branca neste Parlamento.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — O melhor é todos reconhecermos isso mesmo. Evidentemente que uns serão mais brancos do que outros, mas com que desvanecimento ouvi aqui o Grupo Parlamentar do PCP defender a isenção e o pluralismo da comunicação social!

*Risos do PSD.*

Deselegante seria — mas não serei — se me pusesse aqui a relembrar os tempos em que fui Ministro da Comunicação Social.

Portanto, o Governo está sereno e tranquilo. Se quiserem, incluam nas perguntas a formular a questão de saber se alguma vez o ministro responsável — já que como tal me consideram — telefonou ou conversou com alguém da televisão, do mais alto ao mais baixo nível, sobre qualquer aspecto relativo à programação ou à informação — e posso afirmá-lo em nome de todos os Srs. Ministros, sobretudo do Sr. Primeiro-Ministro. O Governo não receia a resposta e espero que este inquérito venha exactamente corrigir o excesso de veemência e de paixão que tem existido nas críticas à comunicação social e, sobretudo — se me permitem — à própria televisão, porque, muitas vezes, os responsáveis por esta têm também sido acusados exactamente do contrário, isto é, de a televisão não estar de modo nenhum favorável ao Governo — certamente que os Srs. Deputados não desconhecem essas posições e críticas. E, lá fora, onde algumas televisões quase são consideradas paradigmáticas, são frequentes discussões semelhantes a esta, acusando-se as maioria e as oposições, afirmando a oposição que as maioria dominam as televisões e defendendo-se estas com a afirmação de que as televisões são contrárias aos seus próprios interesses ou até ao rigor e à verdade da informação.

Portanto, estejamos todos tranquilos. Penso que foi uma tarde agradável, podíamos talvez tê-la reduzido a um pouco menos, mas, de qualquer modo, vamos ter um inquérito. É óptimo que tenhamos um inquérito. Venha a verdade até às últimas consequências e então, depois, venham os juízos finais, as apreciações finais, o julgamento e as conclusões.

*Aplausos do PS e do PSD.*

**O Sr. Presidente:** — O Sr. Deputado Nogueira de Brito pediu a palavra para que efeito?

**O Sr. Nogueira de Brito (CDS):** — É para uma intervenção, Sr. Presidente.

**O Sr. Presidente:** — Sr. Deputado Nogueira de Brito, vai-me desculpar mas, tendo pedido V. Ex.<sup>a</sup> a palavra a fim de produzir uma intervenção e havendo um outro Sr. Deputado já inscrito para o mesmo efeito, tenho que dar a palavra a esse Sr. Deputado.

Para uma intervenção, tem, pois, a palavra o Sr. Deputado João Corregedor da Fonseca.

**O Sr. João Corregedor da Fonseca (MDP/CDE):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: O Sr. Ministro Almeida Santos pretendia que a sessão tivesse sido reduzida. Lamento, Sr. Ministro, mas ainda me vai ouvir. Desta vez falo eu e só depois V. Ex.<sup>a</sup> Mas pode o Sr. Ministro estar tranquilo que não vou humorizar, como V. Ex.<sup>a</sup> nos vem habituando, nomeadamente como aconteceu no encerramento das interpelações incómodas a V. Ex.<sup>a</sup> — deve certamente recordar-se disso.

O Grupo Parlamentar do MDP/CDE vai votar favoravelmente o requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS, que visa a realização de um inquérito parlamentar à actuação da Radiotelevisão Portuguesa. Outro não poderia ser o nosso sentido de voto, já que, no nosso entendimento, existem razões mais do que suficientes para que se efectue um inquérito à RTP, nomeadamente no que diz respeito ao seu serviço informativo, embora reconheçamos que o CDS tem graves culpas na situação actual da RTP, uma vez que esta administração e muitos dos directores que lá existem seguem métodos em tudo idênticos aos que eram seguidos quando era seu presidente Procença de Carvalho, que Freitas do Amaral, então no governo AD classificou, alto e bom som — e veio publicado em todos os jornais —, como o quinto ministro do CDS.

A questão da RTP não pode nem deve ser dissociada da política que o actual Governo tem desenvolvido no sector da comunicação social. Nós, deputados, não podemos esquecer a incrível situação em que este Governo, na sequência da actuação do anterior Secretário de Estado, Alfaia, colocou a ANOP. Sentindo que se lhe tornava praticamente impossível encerrar a Agência Noticiosa Portuguesa, manteve-a numa indefinição, com a qual se pretendeu que a ANOP não pudesse cumprir com as suas finalidades. O Governo atrasou decisões que se tornavam inadiáveis e que impedissem a gradual degradação da Agência Noticiosa Portuguesa. O que se passou e o que se passa com a ANOP tem de ser — e sé-lo-á — apreciado também nesta Assembleia da República.

Mas não é só a ANOP que sofre os problemas criados pelo Governo, como se pode verificar com outros órgãos do sector da comunicação social estatizada, como, por exemplo, na empresa do Diário de Notícias/Capital, na empresa do Jornal de Notícias do Porto e no Comércio do Porto, onde a acção do Governo tem sido determinada por uma clara intenção de enfraquecer o sector estatizado da comunicação social. Isto para já não falarmos no Conselho da Comunicação Social, que, por culpa da maioria, ainda não foi eleito.

Contudo, o que hoje debatemos diz directamente respeito à televisão, o órgão mais apetecido de todos, o órgão de que o Governo rapidamente se apossou, agravando, em muitos casos, o que de muito mau já existia.

Impõe-se uma análise circunstanciada do tipo de actuação da RTP ao longo do último ano; das lutas internas no próprio seio da administração (onde, ao que parece, apenas um administrador não é posto em causa); das constantes alterações nos serviços de informação; das exigências dos dois partidos que

clamam para si o melhor quinhão, das intervenções directas de membros do Governo sobre a administração; dos actos intimidatórios sobre os jornalistas; do afastamento de jornalistas competentes, que, conseguindo manter naquele pandemónio um mínimo de seriedade moral e profissional, se tornam, por isso mesmo, incómodos — é difícil ser-se sério e bom profissional na TV, e os que o forem são desde logo colocados na «prateleira» —, incómodos para a administração, que intervém, sem ter qualquer direito a isso, no sector informativo, incómodos para a maioria governamental, incómodos para o próprio Governo, que não hesita em exercer pressões inqualificáveis em democracia; do desrespeito pelas decisões de um órgão emanado da Assembleia da República, o Conselho de Informação; da falta de pluralismo.

Fazer uma análise detalhada à TV só mesmo com um inquérito parlamentar, através do qual se fique totalmente esclarecido dos métodos adoptados, os quais urge clarificar e alterar para que o País possa, enfim, ter confiança na actuação do poderoso órgão de comunicação social, que se quer ao serviço de todos os portugueses, na defesa dos valores democráticos, e não como um mero órgão de propaganda governamental e de defesa dos interesses da maioria política, desconhecendo a oposição e o movimento social contrário à política do Governo.

É evidente que o Governo dirá não corresponder à verdade afirmar-se que existe intromissão governamental na TV. Pois bem, se o Governo tem essa opinião, não basta dizer-lá, há que a confirmar. Assim — já o sabemos e o Sr. Ministro tranquilizou os deputados do PS —, esta Câmara vai realmente fazer o inquérito parlamentar. Em sede própria, ficará a Assembleia da República esclarecida dos motivos que levaram o Primeiro-Ministro a manifestar o seu desagrado, intervindo directamente na RTP, sobre a reportagem efectuada por altura da prisão dos sindicalistas que pretendiam ser recebidos pelo chefe do Governo, que parece aliar às suas funções de um governo inoperante outra qualidade: as de um mau chefe de redacção e de um político que não admite a clarificação das situações e que tenta impedir a vasta audiência televisiva de saber como, a pouco e pouco, este Governo envereda — já enveredou — pela repressão policial, que lhe sirva de suporte a repressão económica que tem sido uma constante do Governo do PS e do PSD.

#### *Aplausos do PCP.*

A verdade é que essa manifestação de desagrado do Primeiro-Ministro acarretou o imediato afastamento e suspensão das funções que aí exerciam os jornalistas Lopes de Araújo e Víctor Pereira.

É claro que o Governo, nomeadamente o Primeiro-Ministro, desmente tudo. Os jornalistas sabem que desmente todas as entrevistas. Só que nenhum de nós viu ser desmentida uma frase homéricamente humorística de Mário Soares, que, numa longa entrevista ao *Diário de Notícias*, afirmou, entre outras encantadoras declarações, que a televisão está contra o Governo, facto que muito o preocupa. O Primeiro-Ministro acha que a TV pouco faz: ainda quer mais.

Quando se perde a noção da gravidade das situações, a noção do valor das palavras, tudo serve a alguns para lançarem poeira aos olhos dos incautos. Só que

essa declaração bombástica de Mário Soares não teve a repercussão que pretendia. Foi colocada na prateleira das coisas inúteis, nas colunas humorísticas dos semanários e em programas humorísticos da rádio.

Só quem não assiste aos noticiários televisivos não imagina o massacre diário, semanal, anual, que os telespectadores sofrem em termos noticiosos: é o Governo em bloco, um ministro que não dá um chuto numa pedra que não haja logo notícia, é o Mota Pinto — chamo a atenção dos socialistas: normalmente, ao inefável Vice-Primeiro-Ministro, Ministro da Defesa e «patrão» do PSD, é reservado lugar preferencial nos telejornais, beneficiando de mais tempo do que o vosso líder partidário, Mário Soares —, é o PS e o PSD. Enfim, é em torno destas entidades que os telejornais, elaborados por fiéis serviços, se baseiam, acompanhados pela permanente intervenção de outro actor, que também dirige um país: trata-se de Ronald Reagan. Esse, se der um espirro, tem logo direito de antena.

#### *Aplausos do PCP.*

Da mesma sorte não se pode queixar o Sr. Presidente da República Portuguesa, que a RTP trata de uma forma que chega a ser insultuosa.

Seria interessante, através de um inquérito parlamentar, saber a razão que leva a administração da televisão a, desde Dezembro do ano passado, não remeter para a Assembleia da República e para o Conselho da Informação os mapas com os tempos de antena registados nos tempos noticiosos. Por exemplo, de Julho a Outubro de 1983, o Governo beneficiou de 185 minutos e 31 segundos nos telejornais, enquanto o Sr. Presidente da República teve direito a 24 minutos e 15 segundos.

Por sua vez, em 4 meses seguidos, o MDP/CDE teve o louco tempo de 24 segundos, que lhe foi concedido no dia 9 de Agosto do ano passado.

#### *Vozes do PSD: — É de mais!*

O Orador: — É de mais ...

O tipo de noticiário na TV é de tal ordem manipulador da opinião pública que, há dias, a propósito da reportagem, se reportagem se pode chamar, que foi transmitida sobre as comemorações populares de 25 de Abril, a televisão mentiu ao País. Relata-se o episódio em poucas palavras. Em certa altura, no comício realizado no Rossio, perante os muitos milhares de pessoas, 3 autocarros da polícia de choque, numa atitude provocatória, atravessou aquela enorme massa de manifestantes. Estes, sentindo a provocação, apuraram as forças policiais. A televisão, ao transmitir o noticiário, mostrou uma oradora — Maria de Lurdes Pintassilgo — e a seguir as forças policiais e, em som off, fazia ouvir fortes aplausos, como se os manifestantes alguma vez tivessem apoiado a atitude provocatória da polícia, para regressar depois, nesta montagem inqualificável, à oradora, que nem sequer era ela quem na ocasião usava da palavra, já que quem falava, na altura em que a polícia passou, nem sequer era mulher, mas sim o Dr. António Galhordas.

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — Um escândalo!

**O Orador:** — A forma grosseira como a RTP fez a reportagem, mentindo ao País, obrigou a que o nosso partido exigisse — hoje mesmo — o visionamento, no Conselho de Informação, da aludida reportagem.

O controle abusivo da TV por parte do Governo, a censura e os actos intimidatórios sobre jornalistas têm de ser denunciados. O que se passa com a televisão tem de merecer um esclarecimento público e total. O inquérito parlamentar proposto pelo CDS é o melhor caminho. Por isso lhe damos o nosso voto favorável.

**O Sr. Presidente:** — O Sr. Deputado José Luís Nunes pediu a palavra para que efecto?

**O Sr. José Luís Nunes (PS):** — Para um protesto, Sr. Presidente.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra, Sr. Deputado.

**O Sr. José Luís Nunes (PS):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Obviamente que nós, dentro desta Casa, votamos por convicções. E, como votamos por convicções, pode o Sr. Deputado que me antecedeu no uso da palavra acumular os insultos, que nós continuaremos a votar por convicções, alheios aos insultos dos Srs. Deputados.

Nomeadamente, em primeiro lugar, é inadmissível que nesta Casa alguém se dirija ao Sr. Vice-Primeiro-Ministro chamando-lhe, «o patrão do PSD», como também seria inadmissível se me dirigisse ao Sr. Deputado Corregedor da Fonseca tratando-o não como deputado, mas como representante em Portugal da agência soviética Novosti. Isso seria também inadmissível!

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Em segundo lugar, é inadmissível que se diga que o Sr. Primeiro-Ministro desmente tudo.

Em terceiro lugar, é inadmissível que se tenha dito aqui que o Sr. Presidente da República foi tratado de forma insultuosa, porque sabemos que o MDP/CDE não tem respeito por figuras, mas apenas por pessoas, e não hesitará em insultar um presidente da República que faça uma política que considere, de todo em todo, contrária à sua.

Em último lugar, é inadmissível que se diga que a RTP mentiu ao País, na medida em que já trabalham imensas pessoas a quem o qualificativo de mentiroso talvez não seja demasiado agradável.

Este conjunto de coisas não vai levar o nosso grupo parlamentar a mudar o sentido do seu voto. O que olhamos com preocupação é o facto de certos pigmeus que, arvorando-se em juízes, se põem em bicos de pés e que, sobretudo, não têm autoridade moral para julgarem quem quer que seja.

O MDP/CDE intitula-se de «grupo parlamentar» e é-o, mas, quando tal afirma — e sem prejuízo de muita gente honrada que aqui se encontra —, pensamos que, assim, pretende intitular-se como «pessoa individual» ou como «pessoa colectiva». E ficamos por aqui para não termos de usar uma linguagem ainda mais dura.

*Aplausos do PS e do PSD.*

**O Sr. João Corregedor da Fonseca (MDP/CDE):** — Sr. Presidente, peço a palavra para um pequeno contraprotesto, já que este protesto não merece mais do isso.

**O Sr. Presidente:** — O Sr. Deputado tem a palavra 1 minuto.

**O Sr. João Corregedor da Fonseca (MDP/CDE):** — É evidente, Sr. Deputado José Luís Nunes, que a minha declaração não lhe podia agradar, e V. Ex.<sup>a</sup> vai ter, quer queira quer não, um inquérito parlamentar à Radiotelevisão.

Enfim, V. Ex.<sup>a</sup> ficou muito ferido por se falar em «patrão do PSD», mas não foi o PSD que protestou e sim V. Ex.<sup>a</sup>

Falou ainda do sítio onde eu trabalho: exaustiva, honrada e honestamente, o que não sei se V. Ex.<sup>a</sup> fará. Sou jornalista e exerço a minha profissão. V. Ex.<sup>a</sup> é adyogado e não sei se trabalha exaustiva, honrada e honestamente como eu.

#### *Protestos do PS e do PSD.*

**O Sr. Presidente:** — Agradecia ao Sr. Deputado que evitasse referências dessa natureza.

**O Orador:** — Sr. Presidente, V. Ex.<sup>a</sup> não interrompeu o Sr. Deputado José Luís Nunes quando ele falou em atitude moral, quando disse que somos gente, quando insultou o Grupo Parlamentar do MDP/CDE. Estou apenas a responder à letra, embora nem isso o Sr. Deputado José Luís Nunes merecesse.

É evidente que, quando diz que a RTP não mentiu ao País, o Partido Socialista tem os seus representantes no Conselho de Informação que dirão a V. Ex.<sup>a</sup> se mentiu ou não, ou se é V. Ex.<sup>a</sup> que também quer manipular esta Câmara mentindo também ao País.

É evidente, Sr. Deputado, que, quando fala nos «pigmeus» e nos «bicos de pés», lhe devolvo essa frase. Não sei se V. Ex.<sup>a</sup> consegue ter a altura na cabeça que desejaría, mas, enfim, depois saberemos.

Quando V. Ex.<sup>a</sup> diz que o Primeiro-Ministro ...

**O Sr. Presidente:** — Terminou o seu tempo, Sr. Deputado.

**O Orador:** — É para concluir, Sr. Presidente, V. Ex.<sup>a</sup> não me pode cortar a palavra, como também não a cortou a outros oradores.

**O Sr. Presidente:** — Não estou a dizer que lhe cortei a palavra, Sr. Deputado. Estou a dizer-lhe que terminou o seu tempo em correspondência aquilo que o Sr. Deputado disse de que lhe chegava o tempo que tinha para fazer um breve contraprotesto. De forma que lhe peço que termine rapidamente as suas considerações para não me obrigar a cortar-lhe a palavra.

**O Orador:** — Não será preciso fazer isso, Sr. Presidente.

V. Ex.<sup>a</sup> não terá necessidade de cortar a palavra ao MDP/CDE.

Quanto ao facto de dizer que o Primeiro-Ministro não desmente nada, Sr. Deputado José Luís Nunes, o

que lhe digo é que faça um rápido inquérito ali na bancada parlamentar dos jornalistas.

Quanto ao problema do insulto, creio que V. Ex.<sup>a</sup> baixou, realmente, à sarjeta do insulto quando falou como falou.

**O Sr. Malato Correia (PSD):** — Pode puxar o autoclismo, Sr. Presidente!

**O Sr. José Luís Nunes (PS):** — Sr. Presidente, peço a palavra para dar explicações à Câmara. Posso fazê-lo. Está no Regimento.

Não desejaria invocar o direito de defesa por um motivo muito simples: nos casos concretos, não ofende quem quer. Eu sou um cumpridor exacto das normas regimentais e, de facto, isto não justifica o uso do direito de defesa. O que justifica é dar explicações à Câmara, não exercendo o direito de defesa, perante uma série de afirmações que aqui foram feitas, porque todas as pessoas me conhecem aqui.

Nestas mesmas circunstâncias, em casos idênticos, já foi concedida a palavra, Sr. Presidente.

**O Sr. Presidente:** — Sr. Deputado, o Regimento ...

**O Sr. José Luís Nunes (PS):** — Pronto, Sr. Presidente, se V. Ex.<sup>a</sup> pensa que estou a causar dificuldades à Mesa com esta atitude vou utilizar o direito de defesa, mas os deputados que aqui se sentam sabem o que é que quero dizer com isto.

Peço, então, a palavra para exercer o direito de defesa, Sr. Presidente.

**O Sr. Presidente:** — Faça favor, Sr. Deputado.

**O Sr. José Luís Nunes (PS):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Sr. Deputado Corregedor da Fonseca acaba de dar, ou de traçar, o seu auto-retrato.

Em primeiro lugar, quando falei em «pigmeus» queria referir-me a pigmeus intelectuais e é só assim e nessa base que o caso pode ser referido.

Em segundo lugar, referi-me ao facto de o Sr. Deputado trabalhar na Agência Novosti e disse que seria tão despropositado referir-me a esse facto como, por exemplo, falar-se aqui do Sr. Vice-Primeiro-Ministro e Ministro da Defesa Mota Pinto como o «patrão do PSD».

Diz-me V. Ex.<sup>a</sup> que o PSD não protestou. É que, quando se ofende uma figura de Estado — qualquer que ela seja — nós sentimo-nos todos ofendidos. Não é preciso que o PSD proteste. Se por acaso chamarem, por exemplo, um nome desse estilo ao secretário-geral do seu partido, ou ao secretário-geral de qualquer outro partido, devo dizer-lhe que também me sentirei ofendido. Há pessoas que funcionam no plano dos princípios e outras que funcionam no plano da oportunidade.

Enfim, o Sr. Deputado Corregedor da Fonseca faz uma insinuação que é a chamada «insinuação grosseira». Diz que sempre exerceu honestamente a sua actividade — e isso não está em causa —, enquanto não sabe se eu exercei honestamente a minha, só porque sou advogado.

**O Sr. João Corregedor da Fonseca (MDP/CDE):** — Não foi isso, Sr. Deputado!

**O Orador:** — Isto significa que um indivíduo — um deputado —, a quem se diz que trabalha em tal parte, não hesita, como termo de reacção, em tentar lançar salpicos de lama sobre uma pessoa que, aliás, o Sr. Deputado Corregedor da Fonseca muito bem conhece. Isto significa que a comissão de inquérito não pode funcionar assim. Não deixaremos — PS, PSD e, sobretudo, os deputados que aqui estamos, a Assembleia da República — que uma comissão de inquérito funcione assim e que, para além da procura da verdade, os Srs. Deputados, ou alguns dos Srs. Deputados, venham para aqui trazer as suas frustações os seus ódios, as suas mal-querenças e, sobretudo — desculpar-me-ão que o diga —, a sua alma pequena e mesquinha.

*Aplausos do PS e do PSD.*

**O Sr. João Corregedor da Fonseca (MDP/CDE):** — Sr. Presidente, peço a palavra para exercer o direito de defesa.

**O Sr. Jerónimo de Sousa (PCP):** — Dois pesos, duas medidas!

**O Sr. Presidente:** — Faça favor, Sr. Deputado.

**O Sr. João Corregedor da Fonseca (MDP/CDE):** — Sr. Presidente, por muito que me custe, verifiquei que V. Ex.<sup>a</sup>, ao ouvir certas frases do Sr. Deputado José Luís Nunes — como a da «alma pequena e mesquinha» — não teve o cuidado de o interromper, como me interrompeu há momentos.

**Vozes do PCP:** — Muito bem!

**O Orador:** — É evidente, Sr. Deputado José Luís Nunes, que V. Ex.<sup>a</sup> tem uma alma muito odiosa. Quando amanhã ler o *Diário da Assembleia da República*, verificará, talvez com surpresa, o tipo de palavrões que utilizou nesta Câmara.

**Vozes do PCP:** — Muito bem!

**O Orador:** — É evidente que quando V. Ex.<sup>a</sup> falou em pigmeus intelectuais nós entendemos o que isso queria dizer — também somos todos, de certo modo, lidos e sabemos ler e pensar, Sr. Deputado. Só que V. Ex.<sup>a</sup>, perante aquilo que disse, não merece sequer o susto de que eu o classifique de pigmeu intelectual.

**O Sr. Ministro de Estado e dos Assuntos Parlamentares:** — Sr. Presidente, peço a palavra para fazer um protesto.

**O Sr. Presidente:** — Faça favor, Sr. Ministro.

**O Sr. Ministro de Estado e dos Assuntos Parlamentares:** — Por mais sereno que um Ministro de Estado seja — e procuro sé-lo — é difícil assistir sentado e silencioso a uma intervenção como a do Sr. Deputado João Corregedor da Fonseca.

Já levo algum tempo de presença nesta Câmara — sobretudo como deputado — e raras vezes, talvez nunca, assisti a uma intervenção tão desmedida e que

revelasse, no fundo, uma tal amargura. Deve estar politicamente muito amargurado, Sr. Deputado, para ter dito o que disse.

Foram destacadas as suas principais afirmações, que merecem este protesto. Vou sintetizá-las numa só: «o Sr. Primeiro-Ministro desmente todas as entrevistas». Foi esta a sua afirmação.

Peço-lhe que, num momento de maior serenidade, medite sobre ela e que talvez tenha, mais tarde, outra oportunidade de intervir aqui e de se julgar a si mesmo.

Começa-se por desrespeitar o Primeiro-Ministro, o Vice-Primeiro-Ministro e os ministros do Governo e acaba-se normalmente por se desrespeitar as instituições democráticas, sobretudo através da mentira. Aí é que está o prejuízo e o perigo.

O Sr. João Amaral (PCP): — Isso também é um exagero!

O Orador: — Sr. Deputado, sem quebra do respeito que lhe devo, quero dizer-lhe que tenho muita pena que não presira o meu humor à sua grosseria.

*Aplausos do PSD e do PSD.*

O Sr. João Corregedor da Fonseca (MDP/CDE): — Sr. Presidente, peço a palavra para fazer um contra-protesto.

O Sr. Presidente: — Não tem tempo, Sr. Deputado.

O Sr. Ministro de Estado e dos Assuntos Parlamentares: — Sr. Presidente, se for possível o Governo conceder tempo ao Sr. Deputado João Corregedor da Fonseca, teria muito gosto em o fazer.

O Sr. Presidente: — O Governo tem 7 minutos, Sr. Ministro.

O Sr. Ministro de Estado e dos Assuntos Parlamentares: — Tem, então, 7 minutos, Sr. Deputado João Corregedor da Fonseca.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. João Corregedor da Fonseca (MDP/CDE): — Muito obrigado, Sr. Ministro, por essa atenção que deu ao MDP/CDE.

O Sr. Ministro classificou a minha intervenção de grosseira e preferiu o seu humor à minha grosseria, como disse.

Estou ciente de que V. Ex.<sup>a</sup> vai ler o debate que aqui se travou, apesar de ter assistido, e, por certo, não vai considerar grosseira a minha intervenção, porque ela refere apenas alguns factos que se passam na televisão e o apoio ao pedido de inquérito.

É evidente que V. Ex.<sup>a</sup> fica muito ferido quando digo que o Sr. Primeiro-Ministro desmente todas as entrevistas.

Pois bem, isso é uma força de expressão. Não serão todas as entrevistas, mas quase todas. Ainda esta semana tivemos oportunidade de verificar como o Sr. Primeiro-Ministro desmentiu uma entrevista a um jornal estrangeiro e o jornalista veio depois dizer que tinha a gravação.

É evidente que o Sr. Ministro Almeida Santos não esquece que sou jornalista há muitos anos e que também tenho acompanhado — e acompanhei antes de estar aqui — o Sr. Primeiro-Ministro mais do que uma vez, e lamento muitos dos seus desmentidos.

É evidente, Sr. Ministro, que o que aqui nos trouxe é um assunto extremamente sério e um inquérito parlamentar tem que revelar toda uma seriedade que não pode ser imposta como o Sr. Deputado José Luís Nunes pretende. Essa seriedade será dada com a nossa contribuição.

É claro, Sr. Ministro, que não estou amargurado por um facto subjectivo qualquer que está na sua cabeça. Estou amargurado e muito preocupado pela forma como o Governo continua a reagir — e V. Ex.<sup>a</sup> deu aqui, mais uma vez, prova disso — perante problemas extremamente sérios. E não esqueça, Sr. Ministro, que o que se passa na televisão é muito mais sério do que aquilo que à primeira vista pode parecer.

Quando V. Ex.<sup>a</sup> diz que a minha intervenção pode ir ao ponto de desrespeitar as instituições democráticas, só posso dizer que essa é forte, Sr. Ministro, e devolvo-a inteiramente ao Governo que vai, amiudadas vezes, desrespeitando as instituições democráticas.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Nogueira de Brito para uma intervenção.

O Sr. Nogueira de Brito (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Ministro: A minha intervenção começa por ser uma intervenção de congratulação, porque a iniciativa do CDS permitiu-nos descobrir que a quase totalidade dos partidos — só não ouvimos nesta matéria o PS — compartilhava as nossas acusações e as nossas dúvidas sobre as irregularidades cometidas na RTP.

Contra o CDS, e por uma questão que diríamos ser da praxe, apenas foram esgrimidos argumentos históricos completamente deslocados e falsos argumentos formais.

São, aliás, tão evidentes essas irregularidades cometidas na RTP que o próprio Governo, que tem a seu cargo a tutela deste importante meio de comunicação social, não ousou, aqui, defender a gestão da RTP.

Em segundo lugar, queria salientar a vitória que, desde já, constitui, sem dúvida, a demissão do presidente do conselho de gestão da RTP. É uma vitória para o CDS, para a sua iniciativa e para o próprio País a demissão que foi hoje aqui confirmada pelo Sr. Ministro de Estado. Para desfazer dúvidas, seria bom que fosse dada publicidade à carta de demissão que o Sr. Ministro também aqui hoje referiu e anunciou.

Quanto ao mais, há que desfazer um falso argumento formal que aqui foi esgrimido pelo Sr. Ministro e pela bancada do PSD.

Que diria esta Câmara se o CDS, ao fundamentar o seu requerimento, não apontasse as irregularidades que, em seu entender, têm sido cometidas e os factos que são do seu conhecimento e que indiciam essas mesmas irregularidades?

A Câmara diria, e bem, que estaríamos a ocupar levianamente o seu tempo e, sem fundamento, estaríamos a levantar suspeitas sobre um conselho de

gestão e sobre todo um órgão de comunicação social. E por isso falso o único argumento que aqui tentou esgrimir-se quanto ao CDS.

Estamos, porém, satisfeitos por o presidente do conselho de gestão da RTP já ter apresentado a sua demissão.

Todos os partidos aqui presentes concordam que há factos graves a apontar à RTP e todos estão dispostos a votar connosco esta comissão de inquérito. Os nossos votos são que ela reúna rapidamente e que, conforme proposta que vamos apresentar, rapidamente apresente as suas conclusões, para que o País possa ficar esclarecido.

*Aplausos do CDS.*

**O Sr. Presidente:** — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Lage.

**O Sr. Carlos Lage (PS):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: De entre as três funções essenciais do Parlamento, a legislativa, a orçamental e a de controle da acção do Governo e da Administração, esta última é uma das mais importantes, que o Grupo Parlamentar Socialista pretende valorizar, como vem acentuando em sucessivas intervenções dos seus responsáveis e dos seus deputados. De facto, o controlo exercido sobre o Governo e sobre a Administração pelos representantes do povo constitui uma exigência fundamental de todos os regimes empenhados no ideal democrático.

O interesse nas formas de controle, representadas pelos inquéritos parlamentares, pelas perguntas ao Governo e pelas interpelações parece ser cada vez mais válido, quer para as assembleias parlamentares, em que se verifica uma certa tendência para o debilitamento da função legislativa, quer para as assembleias parlamentares, em que as suas relações com o Executivo se pautam pelo princípio da separação de poderes.

De facto, estamos convencidos de que o reforço do instrumento «comissão parlamentar de inquérito» é necessário e constitui um progresso e uma evolução na nossa vida parlamentar. Como se sabe, este instrumento foi, de alguma maneira, transscrito daquilo que se passa no Congresso dos Estados Unidos e na nossa ordem constitucional poderá vir a dar bons frutos. Para isso, precisa de ser usado — como já dissemos variadíssimas vezes — com ponderação, pois não se deve banalizar. A comissão parlamentar de inquérito não deve ser um simples instrumento de luta política, muito menos de chicana política, e sim um instrumento de controle destinado a apurar se, na actuação do Governo, da Administração e no cumprimento da Constituição, há factos e situações que mereçam a criação de uma comissão que, com prerrogativas importantes e com amplos poderes, possa chegar a conclusões que habilitem o Parlamento a tomar posição.

E já agora, permito-me citar-lhes, Srs. Deputados, para quem anda esquecido, parte do conteúdo da lei dos inquéritos parlamentares, a qual refere que os poderes das comissões de inquérito são substanciais. Como sabem, há parlamentos onde as comissões parlamentares de inquérito têm limites temporais, não podendo, por exemplo, convocar pessoas, porque não

há sanções para aplicar a quem não comparece, mas a nossa comissão parlamentar de inquérito, como se diz na própria lei, tem amplicíssimos poderes, os quais, pois, me permitem sublinhar:

As comissões parlamentares de inquérito gozam de todos os poderes de investigação das autoridades judiciais.

As comissões parlamentares de inquérito podem convocar qualquer cidadão para depor sobre factos relativos ao inquérito.

Não é admitida, em caso algum, a recusa de comparência de funcionários, de agentes do Estado e de outras entidades públicas, podendo, contudo ...

Fora dos casos previstos no artigo 8.º, a falta de comparência, a recusa de depoimento ou o não cumprimento de ordens de uma comissão parlamentar de inquérito no exercício das suas funções constituem crime de desobediência, punível com pena de prisão não inferior a 3 meses.

Permito-me chamar a atenção para estes dispositivos legais para sublinhar a importância das comissões parlamentares de inquérito, as quais não devem ser para esta Câmara um instrumento provisório de acção política nem, por vezes, de propaganda momentânea e circunstancial, mas sim instrumentos básicos de controle da acção governativa e da Administração e de fiscalização do cumprimento das leis e da Constituição.

É exactamente com este espírito que nós votamos a favor da comissão parlamentar de inquérito proposta pelo CDS, aliás com algumas reservas importantes, as quais já aqui foram expendidas. A primeira reserva é a de que, ao contrário do que disse o Sr. Deputado Nogueira de Brito — que toda esta Câmara, com excepção do PS, partilhava das suas acusações —, nos parece que houve aqui muitos matizes e cambiantes.

Nós não partilhamos das acusações que o Sr. Deputado Nogueira de Brito diz constarem do seu texto, partilhamos, sim, de inquietações que alguns indícios podem evidenciar. E é exactamente por considerarmos que algumas das acusações referidas pelo CDS são de tal maneira relevantes que justificam uma comissão parlamentar de inquérito, que estamos dispostos a votar a favor e empenharmo-nos nessa comissão para que se façam averiguações.

Assim, não formulamos juízos de valor *a priori* e não tiramos conclusões antecipadas. Pensamos que se quisermos dar dignidade e força a esta instituição esse procedimento deve ser afastado. Entenda-se, assim, qual é o espírito e a intenção do nosso voto: não é fazer uma execução sumária de alguém.

Quero aqui chamar a atenção ao Sr. Deputado Nogueira de Brito para a sua afirmação de que, com esta comissão parlamentar de inquérito, já conseguiu o seu objectivo: a demissão do presidente da RTP. Penso que essa é uma atitude triunfalista, que não fica bem nem ao Sr. Deputado Nogueira de Brito nem ao CDS. Essa atitude triunfalista não fica bem ao CDS nem está em sintonia com a modéstia que um partido do estilo e da dimensão do CDS deveria adoptar.

*Vozes do CDS:* — Essa é boa!

**O Sr. Costa Andrade (PSD):** — Mas eles estão a crescer!

**O Orador:** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Não concordamos com essa ilação e estamos convencidos que a comissão parlamentar de inquérito vai ter um trabalho válido.

Não é por acaso que é a primeira vez que essa comissão é aprovada nesta Câmara. Já aqui foi assinalado que antes se fizeram tentativas frustradas. Acho que o facto deve ser considerado uma atitude positiva. Parece que se esquecem de relevar o contexto político e parlamentar em que isto acontece.

Não é por acaso que com o Partido Socialista e com o PSD no Governo, maioritários nesta Câmara, é possível fazer esta comissão parlamentar de inquérito em liberdade e com amplos poderes.

Não abdicaremos, portanto, de levar este inquérito às últimas consequências. No entanto, pensamos que, para além de não se anteciparem conclusões, como já aqui afirmei, há outra regra de ouro neste inquérito, ou seja, a de alargar o seu âmbito a factos anteriores. É necessário ir buscar os antecedentes, porque algumas das questões levantadas pelo CDS — por exemplo, questões de natureza financeira ou as relacionadas com a política de pessoal — entram num processo e numa sequência que têm raízes profundas na própria estrutura, na orgânica e no sistema de funcionamento da RTP.

Assim, pensamos que este inquérito deve ser alargado a actos anteriores, muito para trás, e não ir agora encontrar réus e alvos privilegiados para um ataque político mais ou menos demagógico.

É com este espírito que desejamos à comissão parlamentar de inquérito que faça um trabalho que dignifique as instituições e esta Câmara.

*Aplausos do PS, do PSD e da ASDI.*

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Marques Mendes.

**O Sr. Marques Mendes (PSD):** — Já há pouco tinha pedido a palavra, sob a forma de interpelação.

Queria deixar bem claro apenas uma coisa. Perante as acusações e diabrites da intervenção do Sr. Deputado João Corregedor da Fonseca, queria dizer que é bom termos sempre presente que, acima de tudo, estamos numa Câmara que tem de ser dignificada e prestigiada, e que não é com acusações e palavras menos correctas que estamos a prestigiar aquilo que tanto se apregoa mas tão mal se cumpre, que é a democracia.

*Aplausos do PS e do PSD.*

**O Sr. Presidente:** — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Magalhães Mota.

**O Sr. Magalhães Mota (ASDI):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Também gostaríamos de dizer que estamos de acordo com o pedido de inquérito que é solicitado, mas que o consideramos claramente insuficiente. É claramente insuficiente porque — e não é, apenas, do nosso ponto de vista — não são os factos

ocorridos em relação a uma determinada administração da RTP, em relação a determinado tipo de actuação, que estão em causa, mas alguma coisa de muito mais vasto.

Pensamos — e sempre o temos dito — que vai sendo tempo de claramente se assumirem responsabilidades, de claramente se não terem comportamentos diversos quando se é Governo e quando se é oposição. Por isso mesmo, insistimos que não pode ser apenas este conjunto de factos a ser objecto de um pedido de inquérito formulado no âmbito da Assembleia, mas pelo contrário ele deve abranger mais factos e mais épocas. Aquilo que realmente está em causa não é o acto concreto A, B ou C, a actuação deste governante em concreto, a utilização deste meio de pressão em concreto. Todos sabemos quantas, infelizmente, são as formas variadas de exercer pressões e que, muitas vezes, são as formas mais indirectas aquelas que mais importância e mais peso têm. Talvez a forma mais indirecta mas mais importante seja a recusa de meios de subsistência e a recusa de vencimentos dignos. São situações dessas que têm a ver com a própria vida das pessoas. Esse é o meio de pressão mais eficaz. Creio que o que está em causa quando problemas destes se debatem é, afinal, o problema da informação em Portugal e das suas relações com o poder, observado no meio mais poderoso de comunicação social, que é a Televisão.

Creio, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que mal iríamos se depois desta reunião da Assembleia da República acabássemos por concordar que somos todos bons rapazes, com alguns pecadilhos, ou que, pelo contrário, somos maus rapazes, mas que enfim, todas essas coisas são mais ou menos desculpadas.

Creio que o importante será termos consciência de que, num tempo que é o nosso, os meios de comunicação de massas, cada vez mais industrializados, cada vez exigindo meios financeiros mais poderosos, não são de per si favoráveis à liberdade de expressão, mas, pelo contrário, instrumento de poder daqueles que o controlam. Na maior parte das actuações dos sucessivos governos em Portugal, em relação à informação, tivemos muito mais a ideia de que a opinião pública e a informação devem ser matérias inertes, em relação às quais a propaganda impõe objectivos, de que alguma coisa que deva ser objecto de educação, reflexão, criatividade, liberdade e independência.

Creio que nas várias actuações sempre se protegeu a subserviência, o conformismo e sempre se puniu a independência, a crítica, a liberdade de actuação e de reflexão que ela implica. Se quiséssemos apreciar comportamentos não poderíamos chegar à palmadinha nas costas, mas teríamos de dizer, com grande crueza e realismo, que todas as disposições autenticamente libertadoras do papel da informação em Portugal foram tomadas quando os sucessivos poderes não eram suficientemente fortes para pretendê-los, eles próprios, manipular e dirigir essa informação.

Creio que isto deveria ser dito e que nos obriga a uma reflexão séria, a qual é realmente importante salientar neste momento.

De vários pedidos para a constituição de uma comissão de inquérito, este é o primeiro que é levado até ao fim e a Assembleia da República já manifestou

posição unânime no sentido de o fazer. Isso merece ser salientado, porque não foi possível antes.

Por isso, mal ficaríamos se isto não fosse ponto de partida para uma reflexão mais aprofundada. Na verdade, como podemos continuar a criticar os actos de sucessivas gestões quando essas gestões são de exclusiva responsabilidade partidária e quando são os sucessivos poderes a designarem os gestores? Pois bem, se todos caímos nisso, então talvez aí resida o problema. Talvez não seja possível pedir independência a quem começamos por colocar em situações de dependência. Talvez não seja possível criticar-se por ter actuações este ou aquele gestor quando os critérios de designação não foram, eles próprios, os mais isentos, os mais sérios, os mais correctos.

E nem se diga que o simples problema da gestão financeira se pode também colocar em termos simples. Oportunamente, tivemos aqui ocasião de denunciar uma situação calamitosa, e que as contas já reveladas tornam transparentes, mas estarão para vir, certamente, o poder que tenha coragem de colocar em situação económica difícil a RTP, tal como coloca alguns jornais e algumas empresas noticiosas.

Isso revela como é diferente a conceção que se tem de independência, de recursos e, até, de coragem de actuação perante a informação. Creio, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que, se este inquérito servir para esta reflexão alargada sobre o papel e o serviço que uma informação livre e isenta pode desempenhar para uma comunidade democrática, todos nós teremos a ganhar com isso e teremos, com certeza, alguma coisa a melhorar nos nossos procedimentos futuros. Com essa melhoria nos nossos procedimentos futuros e com uma informação mais livre, mais pluralista, mais objectiva, mais eficiente e, por isso mesmo, mais prestigiada e apoiada terá a ganhar também a democracia portuguesa.

**O Sr. Presidente:** — Srs. Deputados, votaremos de imediato um requerimento apresentado pelo CDS, o qual, nos termos regimentais, vem requerer o prolongamento dos trabalhos da Assembleia da República até ser votado o pedido de inquérito à RTP.

*Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.*

**O Sr. Presidente:** — Não havendo mais inscrições, passamos à votação do projecto de resolução n.º 5/III, apresentado pelo CDS.

O Sr. Deputado Carlos Lage pede a palavra?

**O Sr. Carlos Lage (PS):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Nós gostaríamos de votar não o texto integral do pedido de inquérito do CDS, pelas razões expostas — temos discordâncias sobre juízos de valor implícitos ou explícitos —, pelo que queríamos votar não os considerandos, mas a conclusão. Isto é, temos uma atitude favorável em relação à conclusão — criar uma comissão parlamentar de inquérito para averiguar e investigar Y, X ou Z —, mas não podemos votar tudo de uma vez como se se tratasse de uma moção.

Pedia, pois, ao Sr. Presidente que separasse a parte conclusiva da parte introdutória. Nós votamos a parte conclusiva, mas não queríamos votar os considerandos.

**O Sr. Presidente:** — Sr. Deputado, os considerandos nunca são votados; votadas são só as conclusões. No entanto, e caso VV. Ex.ºs estivessem de acordo, como existe uma outra proposta do CDS que propõe a formação da comissão de inquérito à situação que se vive na RTP, a votação desta proposta substituiria, eventualmente, a votação da proposta anterior.

No entanto, e como o Sr. Deputado Nogueira de Brito parece não estar de acordo, teremos de fazer duas votações sobre o mesmo assunto.

**O Sr. Nogueira de Brito (CDS):** — Sr. Presidente, não estou de acordo, porque a segunda proposta diz respeito apenas à constituição da comissão e ao prazo de duração dos seus trabalhos. Ela invoca, aliás, como fundamento, a resolução tomada no pedido de inquérito. Simplesmente, não há razão para que o Sr. Deputado Carlos Lage se preocupe, porque, na realidade, o que se vota aqui quando se apresenta um pedido de inquérito, como V. Ex.ª muito bem disse, é apenas a conclusão, isto é, fazer o inquérito. É isso que está em votação, e não os considerandos do CDS.

**O Sr. Presidente:** — Srs. Deputados, vamos, portanto, votar o projecto de resolução n.º 5/III, apresentado pelo CDS.

*Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.*

**O Sr. Presidente:** — Há uma proposta, do CDS, que vou passar a ler.

*Foi lida. É a seguinte:*

#### Proposta

Nos termos do artigo 188.º da Constituição da República Portuguesa e de acordo com a resolução tomada pela Assembleia da República sobre o pedido de inquérito parlamentar à RTP, o Grupo Parlamentar do Centro Democrático Social — CDS propõe:

- a) Que seja constituída uma comissão eventual de inquérito à situação que se vive na RTP, com a seguinte composição:

Partido Socialista — 4 deputados;  
Partido Social-Democrata — 3 deputados;  
Partido Comunista Português — 2 deputados;  
Partido do Centro Democrático Social — 2 deputados;  
MDP/CDE — 1 deputado;  
UEDS — 1 deputado;  
ASDI — 1 deputado.

- b) Que a Comissão referida na alínea a) conclua os seus trabalhos no prazo de 30 dias.

*(Seguem-se as assinaturas.)*

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado Jorge Lemos pede a palavra?

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — Sr. Presidente, votámos favoravelmente a constituição e a criação da comissão parlamentar de inquérito, mas, como já tivemos oportunidade de dizer, consideramos que a composição sugerida para a comissão eventual não corresponde ao preceito constitucional que obriga à proporcionalidade e à representatividade nas comissões. Como tal, nós não poderemos votar favoravelmente.

Voltamos, pois, a fazer a sugestão de que se opte por um outro critério já aqui seguido para outras comissões eventuais, em que o respeito da proporcionalidade está garantido.

Desde já adiantamos a sugestão: para o PS 5 deputados, para o PSD 4, para o PCP 3, para o CDS 2 e para os restantes partidos 1 deputado por cada um. Esta é a composição da comissão eventual que está a tratar da problemática dos serviços de informações e é a composição que melhor corresponde ao princípio proporcional.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Lage.

O Sr. Carlos Lage (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Sob uma perspectiva puramente egocêntrica da maioria, a proposta do Sr. Deputado Jorge Lemos é inteiramente de aceitar. Basta fazer a adição: 9 deputados a representar a maioria e 8 a representar a oposição. Nós aceitamos perfeitamente isto.

No entanto, nós não proporíamos isso porque consideramos que, numa matéria deste tipo, talvez seja o momento de a maioria não se fazer reproduzir no seio da comissão. Já em situações anteriores aceitámos um empate entre a maioria e os restantes partidos para garantir que não haja, à partida, uma predominância que leve, de alguma maneira, a informar as conclusões.

Mas, na verdade, desde que é o próprio Partido Comunista a fazer esta proposta, nós aceitamos.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, a proposta que está na Mesa é a apresentada pelo CDS e, portanto, é esta que temos de votar.

O Sr. Carlos Lage (PS): — Dá-me licença, Sr. Presidente?

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Carlos Lage (PS): — Sr. Presidente, o Partido Comunista Português, ainda que oralmente, acaba de formular outra proposta que é alternativa à anterior e com certeza que a redigirá, se o Sr. Presidente assim o quiser.

Uma voz do CDS: — Não é uma proposta, é uma sugestão.

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — Dá-me licença, Sr. Presidente?

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — Sr. Presidente, nós vamos formalizar por escrito a nossa proposta, que entregaremos na Mesa dentro de 1 ou 2 minutos.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Jorge Lemos, posso considerar a proposta do PCP como entregue, mas só será votada depois da do CDS.

Portanto, Srs. Deputados, vamos votar a proposta apresentada pelo CDS e depois, se for caso disso, a apresentada pelo PCP, da qual já conhecem o teor.

*Submetida à votação, foi rejeitada, com votos contra do PCP, votos a favor do CDS e abstenções do PS, do PSD, do MDP/CDE, da UEDS e da ASDI.*

O Sr. Presidente: — Vamos votar agora a proposta apresentada pelo PCP, que altera simplesmente a composição da comissão de inquérito, mantendo-se o prazo de 30 dias definido na alínea b) da proposta votada anteriormente.

*Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor do PS, do PSD, do PCP, do MDP/CDE e da UEDS, votos contra do CDS e a abstenção da ASDI.*

É a seguinte:

Propõe-se que a composição da comissão parlamentar de inquérito à situação que se vive na RTP seja a seguinte:

PS — 5 deputados.  
PSD — 4 deputados.  
PCP — 3 deputados.  
CDS — 2 deputados.  
MDP/CDE — 1 deputado.  
ASDI — 1 deputado.  
UEDS — 1 deputado.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, a próxima reunião plenária realizar-se-á amanhã, pelas 10 horas, sem período de antes da ordem do dia, tendo como ordem do dia perguntas ao Governo.

Dado que a lista das perguntas a que o Governo vai responder já foi distribuída por todos os grupos parlamentares, dispenso-me de a ler.

O Sr. Magalhães Mota (ASDI): — Dá-me licença que interpele a Mesa, Sr. Presidente?

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Magalhães Mota (ASDI): — Dá-me licença, Sr. Presidente?

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Magalhães Mota (ASDI): — Sr. Presidente, pretendia saber se deu entrada na Mesa alguma candidatura para as eleições anunciadas para vários órgãos.

O Sr. Presidente: — Não deu, Sr. Deputado. Amanhã faremos uma reunião dos presidentes dos grupos parlamentares para se decidir sobre esse assunto.

Srs. Deputados, estão encerrados os nossos trabalhos.

*Eram 20 horas e 15 minutos.*

*Entraram durante a sessão os seguintes Srs. Deputados:*

Partido Socialista (PS):

António Gonçalves Janeiro.

Partido Social-Democrata (PSD/PPD):

Carlos Miguel Almeida Coelho.

Partido Comunista Português (PCP):

António Guilherme Branco Gonzalez.

Maria Odete Santos.

*Faltaram à sessão os seguintes Srs. Deputados:*

Partido Socialista (PS):

Amadeu Augusto Pires.

António Domingues Azevedo.

António Jorge Duarte Rebelo de Sousa.

Avelino Feliciano Martins Rodrigues.

Fernando Alberto Pereira de Sousa.

João Joaquim Gomes.

Leonel de Sousa Fadigas.

Manuel Filipe Santos Loureiro.

Manuel Laranjeira Vaz.

Rui Fernando Pereira Mateus.

Partido Social-Democrata (PSD/PPD):

Amélia Cavaleiro Montciro A. Azevedo.

Fernando José Roque Correia Afonso.

José Luís de Figueiredo Lopes.

Leonardo Eugénio Ramos Ribeiro Almeida.

Partido Comunista Português (PCP):

Domingos Abrantes Ferreira.

Joaquim Gomes dos Santos.

Maria Margarida Tengarrinha.

Maria Ilda Costa Figueiredo.

Centro Democrático Social (CDS):

António José de Castro Bagão Félix.

Eugenio Maria Nunes Anacoreta Correia.

João António de Moraes Silva Leitão.

João Carlos Dias M. Coutinho Lencastre.

João Gomes de Abreu Lima.

José Vieira de Carvalho.

Luís Filipe Paes Beiroco.

Os Redactores, José Diogo — Ana Maria Marques da Cruz.

**Declaração de voto do CDS, enviada à Mesa para publicação, relativa à proposta de lei n.º 63/III, discutida na sessão de 2 de Maio de 1984.**

O CDS votou contra a proposta de lei n.º 63/III, que «concede ao Governo autorização legislativa para

definir em geral ilícitos criminais e penais», em coerência, aliás, com a posição assumida na votação do recurso da ASDI sobre a admissibilidade da referenciada proposta.

Com efeito, considerámos — e consideramos — que esta proposta viola o disposto no n.º 2 do artigo 168.º da Constituição, que exige que os pedidos de autorização legislativa solicitados pelo Governo à Assembleia da República indiquem com clareza o objecto, o sentido e a extensão da autorização legislativa a conceder, o que não ocorre, inequivocamente, na presente autorização legislativa.

Esta proposta, com efeito, é um autêntico cheque em branco ao Governo ou, mais rigorosamente, uma proposta stand-by, que na lógica governamental, para além de habitual, «é indispensável para assegurar a função legislativa do Governo», o que altera o enquadramento tipológico-normativo das competências atribuídas à Assembleia da República. Considerando, em suma, que a proposta é materialmente inconstitucional e que ao CDS o Governo não merece suficiente confiança para a aprovação de uma proposta de autorização legislativa deste teor, votámos contra.

**Declaração de voto do MDP/CDE, sobre os projectos de leis n.º 169/III, 302/III e 306/III, discutidos na sessão de 2 de Maio de 1984, enviada à Mesa para publicação.**

O MDP/CDE, no pressuposto de que as consultas directas aos cidadãos eletores deverão ser entendidas:

Como processo de avaliação de opinião pública sobre questões cuja resolução é da competência da autarquia;

Como componente do processo de decisão que à mesma autarquia compete assumir ponderando todos os factores objectiváveis da mesma;

Como passo — e não alternativa — para uma efectiva democracia participada que envolva a posição consciente e reflectida da população sobre as questões que mais directamente lhe respeitam;

Exprimiu em relação aos 3 projectos de lei discutidos no Plenário as principais reservas que, na generalidade, seguidamente se enunciam.

1 — Reservas incidentes na especificidade dos projectos de lei n.ºs 169/III e 302/III:

A eficácia da consulta não deve poder ser deliberativa, mas antes parte integrante do processo evolutivo de diálogo entre a população e a administração local, que aquela deve prestar conta do apuramento da consulta efectuada, do grau em que a mesma é tida em conta no processo de decisão e da fundamentação de eventuais desajustes que surjam entre o sentido da decisão e o da opinião pública, face a factores que esta possa não ter considerado.

2 — Reservas incidentes nos projectos de lei n.ºs 302/III e 306/III:

A necessidade de consulta deve ser decidida pelo órgão deliberativo da autarquia, sob proposta

própria, do órgão executivo ou de grupo de cidadãos eletores em proporção que a lei fixar, sendo que:

A formulação do projecto de lei n.º 306/III, nos seus artigos 6.º e 8.º, pode permitir ambiguidades que redundem em posições conflituais na definição da questão e dos termos da consulta;

A eliminação do direito de iniciativa dos cidadãos para proporem consulta sobre os problemas locais litigia com a filosofia de

regime democrático que o MDP/CDE perfilha em relação ao quadro constitucional.

Assim, o MDP/CDE, não podendo votar favoravelmente nenhum dos projectos apreciados:

Absteve-se na votação do projecto de lei n.º 169/III, da responsabilidade da UEDS, que, embora concebido em termos de rigor e compatibilidade com perspectivas de democracia participada, contém as ambiguidades assinaladas; Votou contra os projectos de lei n.ºs 302/III, do CDS, e 306/III, da responsabilidade conjunta do PS e do PSD.